

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

1992 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

128

Pede-se permuta
Pidese canje
On demandé échange
We ask for exchange
Si richiede lo scambio
Wir bitten um austausch

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal 359
90010-271 — Porto Alegre-RS
Brasil

Selo
Stamp

Ao

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
— IHGRGS —

Rua Riachuelo, 1317
Caixa Postal 359

90010-271 — PORTO ALEGRE-RS
BRASIL

Remetente
Sender

.....
nome *name*

.....
endereço *address*

.....
cidade e Estado *city and State*

.....
País *Country*

Senhores:
Dear Sirs:

Queiram ter a gentileza de preencher o presente, devolvendo-o ao IHGRGS, a fim de que não haja interrupção na remessa do número seguinte de sua Revista.

Please complete the requested below and return to us, so that we can send you the next number of Revista do IHGRGS.

1. Rebecemos e agradecemos: Revista do IHGRGS — N° 128-1992
We have received:

2. *Faltam-nos:*
We are in want of:

3. Enviamos em permuta:
We send you in exchange:

Local e data:
City and date:

Assinatura:
Signature:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4.373, de 24/11/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/4/1964 e Decreto Municipal nº 2.464, de 10/12/1962).

Sede Social: Rua Riachuelo, 1317 — Caixa Postal 359
Telefone: 224-3760
90010-271 — Porto Alegre-RS — Brasil.

Diretoria (Biênio 1990-1992)

Presidente — Luís Alberto Cibils

1º Vice-Presidente — Earle Diniz Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente — Riograndino da Costa e Silva

Secretário-Geral — Helio Moro Mariante

Secretário — Moacyr Flores

Tesoureiro-Geral — Lothar Francisco Hessel

Tesoureiro — Paulo Xavier

Orador — Tarcísio A. Costa Taborda

Responsável pela Biblioteca — Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Moraes

Mozart Pereira Soares

Raphael Copstein

Comissão da Revista

Carlos Reverbel

Moacyr Flores

Sérgio da Costa Franco

SUMÁRIO

Primeira parte

Moacyr Flores

Sistema colonial nos séculos XVI e XVII	11
---	----

Pe. Arthur Rabuske S.J.

A fazanha de Colombo: uma conceituação mais acurada	25
---	----

Fernando O. M. O'Donnell

Alguns textos políticos da transição institucional no Rio Grande do Sul (1887-1893)	43
---	----

Hélio Moro Mariante

Aspectos militares da capitania e província do Rio Grande do Sul	57
---	----

Raphael Copstein

Iates na navegação do Rio Grande do Sul	69
---	----

Francisco Riopardense de Macedo

Novos aspectos do hino rio-grandense	91
--	----

Tarcísio Taborda

Em memória de Dom Pedro II	103
----------------------------------	-----

Carlos de Souza Moraes

Em memória de Lindolfo Collor	111
-------------------------------------	-----

Alfonso Fernandez Cabrelli

1828, las "fuerzas secretas" y la campaña de las Misiones	123
---	-----

Luís Alberto Cibils

Saudação ao Dr. Arno Alvarez Kern	133
---	-----

Segunda parte

Relatório da gestão da diretoria de 5/8/1990 a 5/8/1992	139
---	-----

Terceira parte (Documentação)

Arquivo Visconde de São Leopoldo	151
--	-----

Arquivo Visconde de Pelotas	167
-----------------------------------	-----

Arquivo Borges de Medeiros	189
----------------------------------	-----

PRIMEIRA PARTE

SISTEMA COLONIAL NOS SÉCULOS XVI E XVII

Moacyr Flores

1. O ESTADO MODERNO NO SÉCULO XVI

Quando se preparam as comemorações de 500 anos da primeira viagem de Cristóvão Colombo à uma pequena ilha do mar do Caribe, é importante reconstituir o processo de colonização no continente americano, especialmente no Brasil, durante o primeiro século de sua implantação.

A civilização cristã-ocidental ampliou suas áreas de domínio com a viagem de Vasco da Gama e com a conquista de Hernan Cortez, impondo seus padrões culturais aos povos da África, Ásia e Américas. A descoberta e conquistas de novas terras, contato com novos povos e a organização de um sistema colonial, na América espanhola e portuguesa, modificaram profundamente as estruturas européias.

A expansão da civilização cristã-ocidental explica-se pelo domínio da tecnologia, desenvolvida graças ao espírito da religiosidade judaico-cristã, que considera o mundo como simples objeto que pode ser usado pelo homem. Sagrado é apenas Deus, portanto o homem tem o direito de utilizar e transformar o mundo em seu benefício. Os asiáticos, africanos e ameríndios, presos aos mitos das forças da natureza, não podem alterar a ordem natural, pois os animais, vegetais e própria terra participam de uma relação equilibrada entre o mundo natural e sobrenatural.

A mentalidade judaico-cristã permite alterar a natureza, porque considera o ser humano como feito à imagem de Deus e que a natureza existe para ser explorada e usada por ele. Outros povos conheciam a bússola, a pólvora e a imprensa, mas foi a civilização cristã-ocidental, graças a esta mentalidade, que as utilizou tecnicamente.

A partir do século XII a cultura deixou de ser entesourada nos mosteiros, onde os manuscritos possuíam apenas valor material, para ser posta em circulação nas escolas urbanas. A maioria das cidades européias, nos séculos XIV e XV eram principados isolados, laicos ou eclesiásticos, governadas autocraticamente.

O comércio das cidades portuárias modificou as estruturas jurídico-sociais, os burgueses que ascendiam, buscavam o apoio real, financiando seu exército, aumentando o poder do monarca, em detrimento dos privilégios e autoridade da nobreza. No estado feudal, o rei não tinha força, era suserano sem poder. O novo

estado determinou impostos regulares e fixos, em lugar das contribuições de acordo com as necessidades do soberano. Os contribuintes queriam saber onde eram aplicados os impostos, surgiram os conselhos que controlavam as despesas, era o primeiro passo para a formação do parlamento. As cerimônias litúrgicas são codificadas e a Igreja transforma-se em departamento do estado.

O rei passou a ter uma nova função, um novo poder, correspondentes à nova estrutura política, face às modificações surgidas no ecúmeno cristão. Nasceram assim os primeiros estados modernos: Portugal (1139), Espanha (1492), França (1650) e Inglaterra (1650).

A monarquia nacional ou autocracia representa a secularização do pensamento político e a nacionalização do poder do estado, com a predominância da autoridade do rei. O recolhimento de impostos permanentes permite a contratação de oficiais, que passam a servir ao rei em troca de ordenado. Junto ao rei forma-se um grupo de funcionários civis e militares que dispensam as alianças com o senhores feudais, quebrando com a autoridade dos nobres. Nem sempre a autoridade do rei estendeu-se por todo o território. Havia administração provincial que controlava as autoridades locais, como os casos de Borgonha, Bretanha, Provença, que votavam seus impostos e Aragão que mantinha seus fueros. As cidades eram poucas e as distâncias dificultavam as comunicações por falta de estradas, facilitando o surgimento de autoridades locais, em detrimento do absolutismo do rei.

O reino de Portugal surgiu como desdobramento do reino de Leão, através da doação do condado Portucalense ao conde Dom Henrique de Borgonha, quando desposou Teresa, filha de Afonso VI. O condado conservou o direito vigente em Leão e os costumes locais. Em 1139, Dom Afonso Henriques venceu os mouros em Ourique e no ano seguinte foi aclamado rei, reconhecido pelo papa Alexandre III e por seu primo, o rei de Castela, envolvido na luta contra os mouros.

Dom Henrique de Borgonha era monge guerreiro e o título de conde correspondia ao comandante militar de uma cidade fortificada. Portugal nasceu à sombra da cruz e da espada.

A primeira fase da monarquia portuguesa caracteriza-se por uma soberania social, onde o poder do rei é limitado pela nobreza, clero, ordens militares e burguesia, com representantes nas **Cortes** ou **Concelhos**. O rei exercia o poder por origem divina, pois lhe era outorgado por vontade de Deus, enfeixando amplos privilégios de administrar justiça, receber alimentação, obrigar a prestação de serviço militar e de cunhar moeda. Abandonou-se monarquia eletiva, vigente entre os visigodos, em favor do princípio da hereditariedade.

Durante a fase de conquista do território ocupado pelos mouros, o rei colocou-se à frente de seu exército, unindo o povo e a nobreza em torno de si, evitando o surgimento de poderosos senhores feudais, como acontecia no restante da Europa.

O solo pertencia à nobreza e às ordens religiosas, cultivado por colonos ou servos, constituindo-se a agricultura na principal atividade econômica de Portugal.

As Cortes e os Concelhos formavam o sistema representativo. As Cortes reuniam os três braços da população: o clero, a nobreza e o povo, este representado pelos burgueses, ou seja comerciantes e artesãos. O período de maior atuação das Cortes foi durante os reinados da dinastia de Aviz, declinando com D. João II. Em 1383, as Cortes reunidas em Lisboa, com medo de que o trono de Portugal passasse ao rei de Castela, por ser este casado com a herdeira portuguesa, declararam o trono vago e aclamaram D. João I, iniciando a dinastia de Aviz.

A dinastia de Aviz deu preferência ao comércio e navegação, por ter sido colocada no trono pela burguesia, aumentando a circulação da moeda e a receita alfandegária, em detrimento à colonização agrícola que os fidalgos ligados à terra almejavam. Empobrecidos, os nobres tornaram-se economicamente dependentes da coroa. A Igreja aos poucos agregou-se ao Estado, através das concordatas, e os Concelhos Municipais tiveram suas autonomias restringidas pela nomeação de juiz de fora, em lugar do juiz eleito pelos vizinhos. Deixaram de convocar as Cortes, aumentando o poder pessoal do rei.

Só uma monarquia centralizada, contando com o apoio de mercadores e artesãos, poderia conduzir todo um povo na dispendiosa empresa de busca do ouro em Ceuta, perseguindo depois as rotas das caravanas que vinham de Mina, pelo litoral africano, até chegar às Índias, com Vasco da Gama, completando o ciclo de navegação com a anexação do litoral brasileiro. Nenhuma empresa particular possuía tão grande capital para a conquista e colonização de novas terras.

2. A ECONOMIA COLONIAL

Quatro reis da casa de Aviz reinaram no século XVI, período de implantação do sistema colonial no Brasil. D. Manoel, o venturoso, reinou de 1495 a 1521, sendo responsável pelas feitorias, envio de degredados e contratos de pau-brasil. D. João III reinou de 1521 a 1577, iniciando a colonização com as capitânias, câmara municipal, visitação do Santo Ofício, colégio de jesuítas, escravidão de índios e africanos, implantação da empresa agrícola da cana-de-açúcar, algodão, fumo, arroz. mudou a administração para governo geral e sofreu a invasão dos franceses no Rio de Janeiro. D. Sebastião reinou pouco, de 1577 a 1580, preocupado com os mouros, desapareceu na batalha de Alcácer Quibir, sendo ainda esperado por visionários. Em 1580 sobe ao trono o velho decrépito bispo D. Henrique, que logo faleceu, passando a coroa para o rei de Espanha, iniciando a chamada União Ibérica, com graves conseqüências para a economia açucareira, com invasão holandesa em Pernambuco e Bahia.

O comércio marítimo dependeu da tecnologia portuguesa, que inventou a caravela, barco de 50 toneladas, com 15 a 20 metros de comprimento, com três mastros, castelo na popa, com velas quadradas e latinas. Vasco da Gama atingiu a Índia, em 1498, com uma nau de 30 metros e 500 toneladas. Em 1500 a frota de Pedro Álvares Cabral, depois de passar pelo Brasil, atingiu a Índia, onde organizou o comércio português no Oceano Índico. Afonso Albuquerque tomou Goa em 1510, Málaca em 1511 e Hormuz em 1515. Os portugueses chegaram a Cantão

em 1514 e à ilha de Kyushu (Japão), em 1542. O sucesso dos portugueses foi a recompensa do poder inventivo e da coragem, segundo Toynbee.⁽¹⁾

A arte de navegar requeria alta tecnologia de construção naval, pilotos formados, portulanos, astrolábios e tabelas náuticas.

O investimento em homens, navios e mercadorias para troca, era dispendioso. De 1497 a 1612, saíram de Portugal para as Índias 806 naus, retornaram apenas 425. Cada uma conduzia de 100 a 150 homens. Anualmente partiam de Portugal de 2.500 a 3.000 homens, morrendo até um terço. Dos sobreviventes só 10% voltavam a Portugal. Os campos se despovoaram, a agricultura foi abandonada, todos queriam enriquecer rapidamente com o comércio, aumentando o número de viúvas e órfãos.⁽²⁾

Fernando Pessoa registrou com maestria a conquista do mar tenebroso, que se transformou num mar português:

O mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choravam,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu
Mas nele é que espelhou o céu.

Portugal usava como mercadoria de troca por escravos africanos, o cobre sob forma de manilha e moeda, além de cavalos, trigo, roupa velha, utensílios de cobre e latão. Antes de 1460 um cavalo era trocado por 25 até 30 escravos africanos; no início do século XVI, um cavalo valia cinco escravos. Os valores de troca e pagamento na Índia e na China eram a prata, o ouro em pó, o estanho e o chumbo. Na Abissínia usavam o sal e em Moçambique o cauri ou búzio.⁽³⁾

Ao importar da Ásia pimenta, penas de avestruz, marfim, gomas, óleos, anil, cochinilha, açafrão, laca, leques, tapetes, canela, cravo, nós-mosvada, gengibre, sagu, açúcar, chá, arroz, salitre, algodão, seda, ébano, sândolo, cetim, porcelana e pedras preciosas, Portugal provocou uma drenagem de metais preciosos do meio circulante. A prata e o ouro do México e do Perú aumentaram o volume da produção das manufaturas de linho, algodão e lã nas regiões de Flandes e Inglaterra, mudando o comportamento e o consumo.⁽⁴⁾

(1) TOYNBEE, Arnold — *A Humanidade a Mãe-terra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 639 a 641.

(2) SIMOSEN, Robert C. — *História econômica do Brasil*. S. Paulo, Nacional/Brasília, MEC, 1977, p. 46 a 47.

(3) GODINHO, Vitorino Magalhães — *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, Presença, 1971, vol. 2, p. 14 a 22.

(4) SIMOSEN — Op. cit., p. 29 a 31.

Quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, em 22/4/1500, houve apenas troca de presentes com os indígenas, objeto por objeto.

3. O CICLO DO PAU-BRASIL

Inicialmente os únicos atrativos de comercialização no litoral brasileiro era o pau-brasil, empregado na tinturaria de tecidos, na fabricação de móveis e de navios. Exploravam também o jacarandá e a cana-fístula. Os macacos, papagaios e índios despertavam apenas curiosidade. A Europa preferia escravos negros.

A Coroa possuía o monopólio do pau-brasil, arrendando sua exploração. O arrendatário ou tratante era obrigado a mandar anualmente três naus à terra de Santa Cruz, descobrir 300 léguas de costa, a instalar fortaleza e a pagar 1/5 do valor da madeira. Uma nau transportava cerca de 5.000 toros de pau-brasil. Ora, a mesma nau transportando especiarias das Índias ganharia 10 vezes mais. Não havia interesse de Portugal investir na terra de Santa Cruz.

Os primeiros portugueses a tratar da madeira do pau-brasil foram Pero Magalhães de Gândavo (1576), Gabriel Soares de Sousa (1587) e frei Vicente do Salvador (1627).

Em 1576, Gândavo deu o nome à sua obra de “História da Província de Santa Cruz”, lamentando que este santo nome, que lembrava a nossa fé, tenha sido trocado por arte do demônio, pelo nome de um pau que dá tinha da cor de brasa.⁽⁵⁾

Os portugueses construíram na costa as feitorias, pequenos depósitos com um rancho e paliçada, onde os índios amontoavam os toros de pau-brasil, em troca de machados, facões, contas de vidro, guizos, espelhos, tesouras, foices e pentes.

Os franceses também participavam deste escambo com os índios, principalmente no Rio de Janeiro, conforme narrativa de Hans Staden, chegaram a trocar um prisioneiro português por pau-brasil, sabendo que os índios queriam-no para um banquete antropofágico.⁽⁶⁾

Frei Salvador (1627) critica a ocupação inicial da costa, sem que andassem pelo sertão, sendo os portugueses grandes conquistadores de terra, “não se aproveitam delas mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.⁽⁷⁾

Esta negligência talvez fosse explicável pelo grande número de degredados que vinham expiar a pena. Sua preocupação era capturar índios, para que os servissem e de empenhar as índias, sem casar com elas.⁽⁸⁾

Heitor Marçal acrescenta outra circunstância para abandono da faina agrícola na infância econômica da colônia: “a de que entre os grupos iniciais de povoadores predominavam os judeus”.⁽⁹⁾

(5) GANDAVO, Pero de Magalhães de — *História da Província de Santa Cruz*. S. Paulo, Obelisco, 1964, p. 26.

(6) STADEN, Hans — *Suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*. S. Paulo, Nacional, 1945, p. 179.

(7) SALVADOR, Frei Vicente de — *História do Brasil*. S. Paulo, Melhoramentos/Brasília, MEC, 1975, p. 59.

(8) SALVADOR — Op. cit., p. 63.

(9) MARÇAL, Heitor — *Marinha e sertão*. Rio de Janeiro, GRD, 1966, p. 36.

A extração do pau-brasil continuará ao longo do período colonial. Frei Vicente de Salvador informa que a capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, pagava anualmente ao rei de Portugal 60 mil cruzados de dízimo, fora o pau-brasil e os direitos de açúcar.⁽¹⁰⁾

A concessão para exploração do pau-brasil era de 10 mil cruzados, pelo prazo de três anos.

O rei D. Manoel e depois D. João III, até 1531, limitaram-se a enviar expedições punitivas contra os franceses que exploravam o pau-brasil.

Os índios aderiram ao resgate do pau-brasil. Quando a caravela de Pero Lopes de Sousa aproximou-se do cabo de Santo Agostinho, os indígenas vieram de terra, nadando até a caravela perguntando se queriam pau-brasil. A frota e Martin Afonso combateram três naus francesas no litoral de Pernambuco, carregadas de pau-brasil. A terceira foi afundada com a tripulação.⁽¹¹⁾

Os toros de pau-brasil, o algodão e óleos levados pelos franceses não pagavam o quinto, portanto chegavam mais barato aos mercados europeus.

O comércio com a Índia começava a dar prejuízo. O dinheiro tomado emprestado, para aparelhar as naus, produziam juros elevados, aumentando a dívida externa de Portugal, os lucros repartidos entre a tripulação e a queda dos preços das especiarias, aumentavam o negativo da balança comercial, impedindo Portugal de colonizar o Brasil e de buscar outro produto para o comércio.

A legislação sobre a exploração do pau-brasil era suprida pelas chamadas leis extravagantes. Só em 1605 editou-se o Regimento do Pau-Brasil, codificando todas as disposições e com o objetivo de defender o monopólio real. Em 1697 a Fazenda Real passou a administrar o monopólio do pau-brasil. Somente em 1859 extinguiu-se o monopólio, em pleno Império, por causa da concorrência das anilinas para tingir tecidos.

A instituição das capitanias hereditárias, com a colonização e com a cultura da cana-de-açúcar por conta de particulares, foi a melhor solução para debelar a crise do comércio da rota do Cabo.

4. O CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

As capitanias hereditárias organizaram o espaço colonial, dividindo-se em sesmarias, freguesias e municípios. Em 1532, Martin Afonso de Sousa fundou São Vicente e Santos, trazendo ao Brasil a estrutura político-administrativa. Proveu cargos e funções, dando origem a um quadro burocrático que prestava contas ao poder centralizado do rei.

O plano de colonização transferia aos particulares as despesas decorrentes de engajamento, transporte e fixação de colonos. Como sempre, o governo não dispunha de capital para o empreendimento.

(10) SALVADOR — Op. cit., p. 19.

(11) SOUSA, Pero Lopes de — *Diário da navegação*. S. Paulo, Obelisco, 1964, p. 21 a 23.

D. João III dividiu o litoral brasileiro em 15 lotes, entregues a 12 donatários, que deveriam por conta própria colonizar e defender a terra. O donatário doava sesmarias, podia escravizar índios infiéis e vendê-los em Portugal, recebiam a vintena do pau-brasil, o redízimo sobre outros produtos e o meio-dízimo sobre o pescado.

O rei mantinha o monopólio sobre o pau-brasil, ouro e pedras preciosas. Qualquer estrangeiro podia se estabelecer desde que fosse católico. Com o funcionamento da Inquisição Portuguesa a partir de 1536, muitos cristãos-novos refugiaram-se no Brasil, onde só havia visitação do Santo Ofício, a fim de não obstaculizar a colonização.

O branco não trabalhava a terra, que era tarefa de escravo. O português veio como administrador e feitor, preocupado com a riqueza rápida. Não há idéia de colonização, apenas de conquista.

Na esquadra de Martin Afonso de Sousa não vieram mulheres brancas. A primeira chegou em 1537, era a esposa de João Gonçalves, meirinho em São Vicente.⁽¹²⁾

Martin Afonso contou com o auxílio de João Ramalho, que tinha mulheres e filhos na tribo dos Guaianazes, chefiada por Tibiriçá.

O donatário construiu o engenho de S. Jorge, também chamado do governador, mandando buscar gado e mudas de cana-de-açúcar nas ilhas de Cabo Verde. Do engenho de S. Jorge saíram as mudas de cana para os demais engenhos.

O fato de apenas duas capitanias prosperarem com os engenhos de açúcar, não significa que o sistema tenha fracassado, é apenas uma etapa do plano de colonização em uma terra desconhecida, exigindo capacidade, administração e recursos. O mundo europeu sofria lenta transformação pela ampliação das rotas marítimas, pelo sistema de crédito e empréstimos, pela aceleração das transformações das cidades em centros mercantis, pelo renascer da escravidão e pela centralização do poder do rei.⁽¹³⁾

A produção de açúcar precisava adaptar-se à economia européia: a terra era vasta e doada, mas necessitava de mão-de-obra barata para compensar o frete da longa distância. A solução encontrada foi a escravidão dos índios, que provocou revolta e massacre dos grupos indígenas do litoral. Quando o litoral se despovoou de índios, os colonos usaram o escravo africano.

Em 1548, D. João III ordena a criação do Governo Geral e do bispado do Brasil, com sede em Salvador com o objetivo de centralizar o poder real.

O novo governador é Tomé de Souza, do ramo bastardo da família real portuguesa, governa de 1549 a 1553, trazendo um regimento com ordens claras de conservar e enobrecer as capitanias, defender a costa dos franceses, explorar o

(12) MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da — *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, USP, 1975, p. 64.

(13) FONSECA, Célia Freire A. — *A Economia Européia e a Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1978, p. 15 a 18.

pau-brasil, restringir o luxo entre os colonos, isentar de taxas a construção de engenhos, escravizar os gentios que hostilizavam os cristãos.

Junto com Tomé de Souza chegam os jesuítas para desenvolver missões entre os índios e estabelecer colégios. Os inácianos ficaram encarregados da educação no Brasil preparando jovens até o estudo de leis canônicas, capacitando-os para o sacerdócio e para as funções públicas.

O Governo Geral passava a ter um Ouvidor-Mor, encarregado da justiça, um Provedor-Mor, titular da Alfandega que contabilizava o recolhimento das taxas e um Capitão-Mor da Costa, responsável pela defesa do litoral.

Diogo Alves de Souza e mais 40 brancos, que viviam na capitania, auxiliaram Tomé de Souza na construção de Salvador. Em 1551 chegou a primeira remessa de órfãs da rainha destinadas a casar com os colonos. A Coroa realizou mais duas remessas destas noivas.

Conforme a força motriz, os engenhos se classificavam em:

Real, com todos os equipamentos e movido a água;

Inferior, com almajarras acionadas por animais;

Engenhoca, pequeno e movido por força humana.

A plantação de cana poderia ser na terra do proprietário do engenho, arrendada ou livre, esta pertencia ao pequeno sitiante.

A mão-de-obra era livre e escrava.

Entre os livres constavam os oficiais, que recebiam a soldada (ordenado): 1 mestre de açúcar, um banqueiro, um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, um feitor-mor, feitores nos partidos e um capelão.

Os oficiais mestre de açúcar, banqueiro e purgador prestavam exame e juramento de não falsificar e nem desviar a garapa perante à Câmara de Vereadores.

Os mestres de açúcar eram os verdadeiros senhores de engenho porque eram os responsáveis pelo rendimento e pela qualidade do açúcar. Segundo Cardim, em 1584, eram tratados com muito mimos e os senhores davam-lhes mesa e cem mil réis por ano, alguns recebiam mais.⁽¹⁴⁾

Além destes havia oficiais ambulantes como carpinteiros, ferreiros, fazedores de tachos e bacias que percorriam os engenhos em busca de trabalho.

Um engenho possuía de 150 a 200 escravos, divididos em partidos de 30 a 40 cativos, sob a tutela de um feitor.

De acordo com as tarefas os escravos se classificavam como de foice, de enxada, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores, pescadores e de serviço na casa de moenda e de purgar.

Havia também os escravos de serviço doméstico.

Os escravos podiam ter uma pequena roça e criar galinhas para sua alimentação. Recebiam roupa, comida e medicamentos.

(14) CARDIM, Fernão — *Tratados da Terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, USP, p. 158.

Em 1587, Fernão Cardim anotou que havia 36 engenhos no Recôncavo Baiano, 21 movidos a água e 15 que moiam a boi. Cardim ficou maravilhado com a facilidade de agasalharem hóspedes, porque a qualquer hora que chegassem os cinco padres missionários, e mais os acompanhantes, recebiam em brevíssimo tempo todas as variedades de carnes: galinhas, perus, patos, leitões, cabritos e outros tipos de animais que criavam, além de peixes e mariscos pescados pelos escravos.⁽¹⁵⁾

O trabalho no engenho de produção de açúcar durava oito meses, o que requeria grande quantidade de lenha para as fornalhas. Os carros de bois e barcos transportavam as madeiras para a serraria. A jornada de trabalho começava à meia noite e prosseguia até três ou quatro horas depois do meia dia. Os serventes andavam sempre correndo e por isso morriam muitos escravos por acidente ou pancadas. Cardim observa que os encargos de consciência eram muitos, os pecados que se cometiam não tinham conta, quase todos andavam amancebados por causa das muitas ocasiões, bem cheio de pecados ia o açúcar.⁽¹⁶⁾

O engenho propriamente dito, era o conjunto de edificações que abrigava a moenda, a casa de purgar, o tendal de secagem, o local de fazer as caixas ou urcas e o alambique.

Os escravos eram recolhidos à senzala, vasta construção sem divisão internas.

Na casa grande habitava a família do senhor de engenho, abrigando às vezes os parentes pobres. Havia também uma casa de hóspedes.

Os oficiais moravam em casas separadas.

O capelão, geralmente alguém da família do senhor de engenho, tinha que doutrinar a família e os escravos, realizando missas aos domingos e dias santos, ouvir confissões e ministrar sacramentos, impedir discórdias, rezar ladainhas em mês que o engenho não moia a cana e benzer o engenho no início da safra. Não podia ter escravas moças.⁽¹⁷⁾

Enquanto predominou o sistema de escambo, na exploração do pau-brasil, as relações entre portugueses e índios realizavam-se sem a destribalização, embora os brancos se unissem com as índias. A produção de cana-de-açúcar trouxe a necessidade de novas terras de lenha, de agricultura, de pastagem. O índio passa a ser considerado como um obstáculo à cultura de cana-de-açúcar e reage à escravidão. As lutas tribais são aproveitadas pelos portugueses para capturar mão-de-obra escrava. A mestiçagem com a mulher indígena destrói a cultura indígena, o mestiço passa a agir pelos padrões culturais europeus.

Os franceses estabeleceram numa ilha da baía da Guanaraba, em 1555, a chamada França Antártica, sob o comando de Nicolau Durand de Villegagnon, for-

(15) CARDIM — Op. cit., p. 158.

(16) CARDIM — Op. cit., p. 158.

(17) ANTONIL, André João — *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador, Progresso, 1955. p. 22 a 36.

mando aliança com índios tamoios que forneciam água e alimentos. A primeira expedição portuguesa, em 1560, expulsou os franceses, que retornaram em seguida. Estácio de Sá funda Rio de Janeiro como cidade castrense, de onde partiam os ataques contra os franceses e tamoios, que foram derrotados em 1567.⁽¹⁸⁾

José de Anchieta, em seu poema de louvor a Mem de Sá, apresenta os índios infieis que viviam:

“ao jugo do tirano infernal e levava uma vida vazia de luz divina. Imersa na mais triste miséria soberba, desenfreada, cruel, atroz, sanguinária, mestres em trespassar a vítima com a seta ligeira, mais feroz do que o tigre, mais voraz do que o lobo, mais assanhada que o lebréu, mais audaz que o leão, saciava o ávido ventre com carnes humanas”.⁽¹⁹⁾

Anchieta canta em versos que os lusos habitavam tranqüilos em Ilhéus por muitos anos, comerciando com os vizinhos selvagens que romperam subitamente as “doce cadeias” de antiga amizade, arrasando os campos ricos de cana-de-açúcar, incendiando as casas e matando homens, mulheres, crianças e tenras donzelas.⁽²⁰⁾

O adjetivo tenra não deixa de ter um sabor antropofágico.

Os missionários jesuítas entraram em choque com os colonos que escravizavam os índios cristãos, a tal ponto que o rei D. João III solicitou parecer à Mesa da Consciência, de Lisboa. O tribunal aconselhou um meio termo: os colonos só podiam reter em escravidão três tipos de índios, os aprisionados em guerra justa, os vendidos pelos próprios pais e aqueles que vendiam a si mesmo. Em 20.3.1570 o rei D. Sebastião proibia em definitivo qualquer tipo de escravidão do índio.⁽²¹⁾

Os trabalhadores portugueses não emigravam para o trópico para o trabalho assalariado, restava substituir o trabalho escravo indígena pelo do negro.

Junto ao engenho surge a criação de gado, necessário para o transporte e alimentação. A conquista do litoral do nordeste, Sergipe em 1590, construção do forte dos Reis Magos, 1597, e fundação de Natal, 1599, conquista do Ceará em 1611 facilitaram o surgimento de fazendas de criação de gado, a partir do rio S. Francisco e atingindo o Piauí.

A produção de aguardente em alambiques não requer grande mão-de-obra. O aguardente, junto com o fumo serviram de produto de troca por escravos africanos.

(18) AVELLAR, Hélio de Alcântara — *História Administrativa e Econômica do Brasil*. Brasília, FENAME, 1970, p. 90.

(19) ANCHIETA, Joseph — *Feitos de Mem de Sá*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958, p. 55.

(20) ANCHIETA, — Op. cit. p. 106 e 107.

(21) HANDELMANN, Heinrich — *História do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, USP, 1982, p. 141 e 142.

No século XVI o número de escravos transportados da África para o litoral do Brasil fora pequeno. Fernão Cardim informa que a capitania d'El Rei da Bahia tinha 3.000 vizinhos portugueses, 8.000 índios cristãos e 3 ou 4.000 escravos de Guiné.⁽²²⁾

Os índios cristãos, chamados de gente da terra, forma o principal contingente de mão-de-obra. Em 1600 já existiam cerca de 7.000 escravos da Guiné na Bahia.

Junto com a principal economia de cana-de-açúcar existia uma economia de subsistência, que garantia a alimentação dos próprios escravos e também da pequena população dos núcleos urbanos.

Os índios praticavam agricultura de subsistência, como mandioca, milho, abóbora e feijão trocando os produtos por objetos como facas, machados e tesouras. Os que se "civilizaram" ou eram mestiços formaram os chamados caboclos com pequenas roças junto aos núcleos urbanos. A pecuária, no século XVI, não apresentou papel importante na economia colonial, sua produção era ínfima, mais ou menos 120 quilos de carne por animal. As pastagens, em direção ao rio São Francisco, sustentavam apenas dois animais por quilômetro quadrado. Uma sesmaria, com criação de gado, ocupava apenas 12 homens, recrutados entre índios e mestiços, num imenso deserto humano de três léguas.⁽²³⁾

Na década de 1551 estabelece-se linhas de contrabando entre São Paulo e Assunção do Paraguai. Na rota deste comércio surgem as cidades espanholas de Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real, no atual oeste do estado do Paraná. Por esta rota os paulistas traficavam açúcar, ferramentas, armas, tecidos em troca de prata e índios guaranis. O comércio intensificou-se com a União Ibérica, em 1580. Uma rota saía de S. Paulo, seguindo o rio Tietê, até o Iguatemi, de onde se bifurcava, rumo a Cuiabá ou em direção à Assunção. A segunda rota descia de São Paulo rumando para as Sete Quedas, no rio Paraná, atravessando Ciudad Real e Vila Rica, atingindo Assunção. A terceira vinha por mar, até a ilha de Santa Catarina, subia até o rio Iguaçu, seguindo para oeste rumo à Assunção.⁽²⁴⁾

Como os índios se escondiam nos matos, os espanhóis solicitaram missões, para reduzir os índios em aldeias, onde seria mais fácil capturá-los, como fizeram na serra de Maracaju. Em 1610 os jesuítas organizaram reduções na região de Guairá, fundando treze povoados missioneiros. Os paulistas organizaram-se em bandeiras e destruíram as reduções, capturando os índios missioneiros para vendê-los aos engenhos da Baixada Fluminense e do sul da Bahia. O fato de os holandeses terem conquistado Angola, impossibilitando o tráfico de escravos africanos, oportunizou o surgimento de outra atividade econômica no sul do Brasil: a captura de índios para vendê-los como escravos para os engenhos. Esta atividade dos paulistas perdurou até 1638, com a destruição das reduções do Tapê.⁽²⁵⁾

(22) CARDIM — Op. cit., p. 144.

(23) PRADO JÚNIOR, Caio — *História Econômica do Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1977, p. 44 e 45.

(24) FLORES, Moacyr — *Rotas de penetração luso-brasileira no Paraguai durante a União Ibérica*. In *Anais Segundas Jornadas Internacionales de las Misiones Jesuíticas, Resistência, Argentina*, 1986, p. 56 a 68.

(25) FLORES, Moacyr — *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre, EST/Nova Dimensão, 1986, p. 35 a 44.

Não podemos esquecer que os índios tupis ajudaram os paulistas a capturarem os índios guaranis das missões jesuíticas.

A criação da Companhia da Índias Ocidentais, em 3/6/1621, com finalidade mercantis e colonizadoras, trouxe uma mudança na administração implantada no Brasil, com a invasão holandesa na Bahia, em 1624/5 e em Pernambuco de 1630/54, quando rompeu-se a tradição luso-espanhola de ação governamental, para a administração por uma companhia de comércio.

Neste período, Grotius publicou a obra **Mare Liberum**, que sofreu contestação do professor Serafim de Freitas. A doutrina do Mare Liberum deu a fundamentação jurídica à expansão do comércio holandês.

No tráfico de escravos, durante a segunda metade do século XVI predominaram escravos da Guiné. No século XVII, a maioria dos escravos vêm da Angola e do Congo. Em 1600 a Bahia contava com 7.000 escravos de diversas regiões. No forte de São Jorge, na Costa da Mina (Gana), os portugueses trocavam escravos do Congo por ouro. A perda do castelo de São Jorge da Mina, em 1637, para os holandeses, desorganizou as finanças de Portugal. De 1641 a 1648 a Angola permaneceu em mãos dos holandeses, que controlaram o tráfico de escravos.⁽²⁶⁾

Havia um comércio triangular, de anil, açúcar e aguardente que saíam do Brasil para Lisboa, de lá partiam os navios com bugigangas para África, retornando ao Brasil com escravos.

A invasão holandesa no nordeste, permitiu o desenvolvimento da produção de tabaco no Recôncavo e seu comércio com a África. O Decreto Real de 2/11/1644 autorizando o monopólio do comércio de tabaco de terceira categoria da Bahia para a Costa da Mina.

Os negros da Costa da Mina preferiam o fumo em rolo baiano, os negros Bantos queriam baralhos, aguardentes e tecidos.

Um navio carregava 3.000 rolos de fumo, no valor de 3:827\$000 réis. Os holandeses, que dominavam o forte de São Jorge desde 1637, cobravam a taxa de 300 rolos, mais 77 que eram distribuídos para o governador, oficiais, canoeiros, além de açúcar e doces.

Verger quantificou os navios da Bahia que demandaram à Angola e Costa da Mina:⁽²⁷⁾

Costa da Mina	Angola	
1681-1685	11	5
1686-1690	32	3
1691-1695	49	6
1696-1700	60	2
	152	16

(26) VERGER, Pierre — **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**. S. Paulo, Corrupio, 1987, p. 2 a 11.

(27) VERGER — Op. cit., p. 13.

Rapidamente a população escrava da Bahia pula de 7.000 para 25.000 escravos negros. Salvador chama a atenção para o grande número de escravos domésticos e carregadores que percorrem suas ruas.

Há alusões de escravas que se faziam amantes ou esposas dos portugueses, originando grande número de mulatos. Um comerciante inglês acha explicação para esta união: os brancos se alimentavam com o leite de amas negras, daí esta inclinação (sic).

Escravas vestiam linho, sedas e jóias para atrair os homens, dividindo os lucros com a senhora. O Decreto Real de 3/10/1696 baixou disposições para disciplinar as práticas que feriam os bons costumes: proibindo roupas lascivas das escravas e seus passeios à noite, que incitavam os homens ao pecado.⁽²⁸⁾

Em 1649, a conselho do padre Antônio Vieira, o rei de Portugal criou a Companhia Geral do Brasil, com capital de cristãos novos, para o transporte de vinho, farinha, azeite e bacalhau. Os altos preços cobrados pela Companhia provocou protestos dos colonos. Em 1658 teve seus privilégios reprimidos e em 1684 foi incorporada ao Estado.

Em 1698 descobriu-se ouro nas Gerais, começava outro ciclo econômico, também sob a tutela do Estado, no Brasil Colonial.

5. CONCLUSÃO

O primeiro século de ocupação caracteriza-se por dois momentos distintos:

a) a exploração do pau-brasil, com instalação de feitorias, escambo com os índios, mistura de degredados e náufragos com os índios. Neste período alguns índios são capturados e levados para Portugal, junto com ervas, algodão e papagaios.

b) a instalação da primeira empresa agrícola no continente americano, tendo como base o cultivo da cana-de-açúcar. Embora houvesse outras culturas como algodão, fumo, arroz e criação de gado, o sistema colonial será organizado em função da produção açucareira.

O sistema de capitania foi a solução mais econômica que a Coroa encontrou para iniciar a colonização, às custas de particulares. O governo geral não surgiu para terminar com as capitanias, mas para centralizar o sistema de governo, aumentando a eficiência de arrecadação de impostos e taxas, com a instalação de Alfândega em Salvador.

O sistema colonial português trouxe uma inovação na economia européia, utilizando parques recursos e implantando um sistema agrícola da grande propriedade em terras desconhecidas, inovando relações de trabalho que depois serão imitadas na América espanhola e nas colônias inglesas. A mestiçagem, por carência de mulheres brancas, produziu novo tipo de mão-de-obra, miliciano e funcionário para o sistema colonial, diferente das áreas do México, do Peru e das colônias inglesas onde predominaram o massacre.

(28) VERGER — Op. cit., p. 62.

Os grupos detentores do poder e honra criaram imagens negativas dos des-
senraizados, os índios e negros, que ainda persistem em nossa sociedade, princi-
palmente em relação às categorias honra, trabalho, responsabilidade.

No século XVII a produção de fumo, algodão, aguardente, arroz, pecuária,
são meros complementos da principal atividade que é a cultura de cana-de-açúcar.

A invasão holandesa facilitou o comércio de fumo com a África e forçou
o livre comércio no Atlântico sul.

A FAÇANHA DE COLOMBO: UMA CONCEITUAÇÃO MAIS ACURADA (Palestra no IHGRGS a 27/05/1992)

Pe. Arthur José Rabuske, S.J.

INTRODUÇÃO AMBIENTADORA

A partir do que os meios de comunicação, ditos “mass media”, vêm divulgando ao ensejo do centenário em causa, facilmente se percebe uma tal e qual confusão de idéias relativas a esse fato histórico de importância mundial. E temos como consequência uma insegurança evidente, não se sabendo ao certo o que, se e como celebrar, no caso vertente. Desta forma as atitudes, tanto no Velho Continente como no Mundo Novo, divergem de um modo flagrante, pois em seu extremo se acham as “pró” — e “contra” — comemorações.

Em concreto se verifica, de um lado, a Exposição de Sevilha, considerada a maior deste século em declínio, e a realização dos Jogos Olímpicos, a ocorrerem nos meses de julho e agosto em Barcelona. De outro lado consta que japoneses estão navegando, em nau semelhante à “Santa María” de Colombo, desde Espanha para o Japão, aonde pretendem aportar precisamente no dia 12 de outubro do corrente ano. Óbvio é que os nipônicos, assim procedendo, também queiram lembrar, entre outras coisas, o equívoco do navegador genovês que, no concernente às descobertas marítimas de 1492, pensara em haver achado a lendária Cipango ou Cipangu, com que a Idade Média, por ex. em seguimento de um Marco Polo, tinha batizado a “Ilha do Japão”, tratando-se de fato da ilha de Cuba ou de Haiti.

À semelhança de filhos do sol nascente, alguns nórdicos europeus, talvez descendentes longínquos dos “wikings”, ultimamente apontaram diante de Recife, PE em barco viquinge reconstruído, para lembrar que a Groelândia e América já haviam sido descobertas por seus ancestrais no século 10º, portanto, há quase 500 anos antes de Colombo no Caribe.

E, por fim, os próprios índios americanos resolveram descobrir, em 1992, a Espanha, provavelmente de avião, sendo para mostrar, através de um proceder tão curioso como irônico, que a América já fora descoberta, povoada e possuída, milênios antes, por seus avoengos.

Além de tudo isso, teremos ainda em 1992 a “Eco-Rio”, no Rio de Janeiro, RJ, e a 4ª Conferência dos Bispos Latino-americanos em Santo Domingo, sendo esta para recordar os 500 anos de evangelização da América.

Pois bem, evidenciam todas essas comemorações ou anticomemorações uma babel de conceitos, motivos e atitudes, que, se não se apresentam contraditórios em si, ao menos se mostram contrastantes, convidando-nos por conseguinte a elaborar uma conceituação mais acurada a respeito da façanha inicial de Cristóvão Colombo. Impõe-se, por outra, a aquisição de idéias claras, sobretudo quanto ao termo “descoberta”, como naquela época se entendia e, em sua seqüela, de outras palavras, como “conquista” e “exploração”, para não citarmos as demais, que vêm a ser povoamento, ação cristianizadora, expansão territorial europeia e transplante ou intercâmbio cultural.

É que de certa forma já se pode dizer, desde a mera palavra “descoberta americana”, que tudo isso se acha ligado tão estreitamente que, na prática, todos esses vocábulos têm a ver uns com os outros e viram, por assim dizer, em sinônimos. Prová-lo, de um modo convincente, há de ser o objetivo primordial deste singelo estudo, que não pretende ser uma pesquisa propriamente dita. Isso, porque, em nossa exposição, seguimos de perto a um Urs Bitterli, mestre e historiador moderno de Zurique, em sua apreciável obra “Die Entdeckung Amerikas — von Kolumbus bis Alexander von Humboldt”⁽¹⁾ ou seja, em tradução vernácula, “A descoberta da América: Desde Colombo até Alexandre von Humboldt”. Visando a um livro de síntese, não por simples acaso antepõe esse autor a seu extenso texto de 544 pgs. um capítulo especial, em que examina, a partir de vasta bibliografia a nós inacessível, precisamente o conceito dos verbos “descobrir, conquistar e investigar”. Acompanhá-lo, em seus passos, mesmo que por uma tradução livre, acrescida de comentários nossos explicativos, pareceu-nos um esforço compensador para nós mesmos e um resultado proveitoso para as comemorações em andamento.⁽²⁾

Assim procedendo, ou seja, apontando para o significado amplo das palavras em questão, entenderemos melhor a obra pioneira de Colombo, que deu num longo processo criador, ainda não terminado em nossos dias. Numa palavra, mudou ela os rumos da história humana intercontinental, apontando, para além disso, para um nosso existencial perene, que perdura até aos dias em curso e assim nos toca ao vivo. Sem dúvida, importa isso em tarefa árida, mas indispensável assim mesmo, para quem quiser avaliar devidamente a importância deste V centenário e de suas respectivas comemorações.

-
- (1) A obra citada apareceu no “Verlag C. H. Beck, München”, em 1992, como 2ª edição. Soma ela 544 pags. de texto, com 48 mapas ilustrativos no corpo da exposição. Seu autor houve por bem dividi-la em duas partes, das quais a primeira se refere às viagens marítimas e a segunda às expedições terrestres, sendo que a esta acrescenta, como término e começo novo, um estudo especial sobre Humboldt. De resto consagra Urs Bitterli uma atenção especial aos relatos da viagem.
- (2) Para o presente trabalho vem em questão, sobretudo, o texto introdutório, que se acha nas pgs. 11-24. De Bitterli conhecemos ainda uma contribuição especial para o Congresso da Academia Católica de Friburgo, realizado em Mannheim, de 28 a 29 de janeiro de 1989. Está sob o cabeçalho, aqui desde logo traduzido. “Também os americanos são gente. A imagem do índio nos relatos de viagem e nas representações cultural-históricas desde o século XVI a XVIII”. Este trabalho faz parte do opúsculo “Wem gehört Lateinamerika? Die Antwort der Opfer” (A quem pertence a América Latina? A resposta das vítimas), editado pela Academia citada através do “Verlag Schnell & Steiner, München-Zürich”, 1990, p. 29-45.

I. A PROPÓSITO DE “DESCOBRIR”.

Diziam-nos, como que categórica e dogmaticamente, os antigos manuais de História da Civilização: “Em 1492 descobriu Cristovão Colombo a América”... E mais ou menos tem sido assim que o fato da descoberta colombiana passou ao tradicional Ensino Médio e veio a fazer parte “segura” dos conhecimentos básicos de quem, um dia, cursou qualquer ginásio ou colégio secundário.

Hoje, porém, essa pequena frase, como está em sua brevidade e pretensão, por boas razões nos força a um exame bastante metucioso de todos os seus principais componentes, sobretudo quanto ao verbo “descobrir”, não sem omitir a data, o personagem principal, a ação descobridora e o objeto da descoberta. Assim fazendo, não deixaremos de verificar que muita coisa a mais se torna precisa, para simplesmente deixarmos a frasezinha como está ou admiti-la sem mais em tudo que ela, bem ou mal, isuficiente ou até erroneamente, expressa e significa.

Desde logo supõe ou encerra a mesma um acontecimento novo, porventura extraordinário, para o ano de 1492, mais exatamente para o dia 12 de outubro daquela data, ou também, de modo implícito, para os dias restantes de 1492 e os iniciais de 1493.

A seu respeito relata-se que já às dez da noite anterior, uma hora antes do aparecer da lua, pensavam Colombo e um dos seus marujos estarem vendo uma luz, a qual, à semelhança de uma vela de cera, bruxuleava a certa distância. Pelas duas da madrugada de 12 de outubro de 1492, lobrigou, porém, o marinheiro Rodrigo de Triana terra, desde a proa de “La Pinta”. E Martín Alonso Pinzón, seu comandante, tendo acorrido à voz “Tierra! Tierra!”, constatou em seguida o mesmo e logo houve por bem anunciar o visto com o disparo de um tiro de canhão. A ilha enxergada, cujos recifes cintilavam a umas 6 milhas ao luar, pertencia ao grupo das Bahamas, que os aborígenes, seus habitantes, conheciam por Guanahaní e o próprio Colombo se apressou em chamar de “San Salvador”. Note-se aqui de passagem que, conquanto ainda exista o nome “San Salvador”, com o passar dos tempos se perdeu a noção exata ou certa de qual tenha sido a ilha então descoberta por Colombo e seus companheiros.

Seja, porém, como for, neste passo nos deve interessar de modo muito especial a célebre parte de texto, que descreve a imediata aterrissagem e o desembarque de Colombo como segue:

“Foi o almirante à terra no bote armado, indo com ele Martín Alonso Pinzón e Vicente Yáñez (Pinzón), seu mano, que era o capitão de “La Niña”. Empunhou então o almirante o estandarte real, e os dois capitães agarraram cada qual uma bandeira com cruz verde, que o próprio Colombo conduzia como sinal característico em todas as suas naves, levando elas, respectivamente, as letras maiúsculas F (Fernando) e Y (Isabel ou Ysabel). Ambas as letras se achavam encimadas de uma coroa, sendo que uma das mesmas estava à esquerda e a outra à direita da haste horizontal da cruz. Chegados em terra, viram eles árvores de uma forte coloração verde, diversos córregos e muitas frutas de várias espécies. Chamou para perto de si o almirante aos dois capitães e aos outros que com ele ha-

viam desembarcado. Da mesma forma chamou a Rodrigo Descovedo, o escrivão da frota e a Rodrigo Sanchez, de Segóvia, dizendo-lhes que deviam ver e constatar juridicamente, que ele estava tomando posse da ilha à vista de todos, como então de fato fez em nome do rei e da rainha, nossa senhora” (Cfr. Bitterli, op. cit., p. 59. Tradução vernácula nossa!).

Esta foi, portanto, a descoberta e tomada de posse inicial de Colombo, ocorridas a 12 de outubro de 1492. Em última análise, tratou-se apenas do encontro de uma ilha no Atlântico, a saber, de uma das Pequenas Antilhas, sita no Mar chamado mais tarde de Antilhas, de Colombo ou simplesmente Caribe.

Do relato escrito devemos concluir, porém, que a ação descobridora incluía em si desde logo o efeito e significado jurídico da tomada de posse, portanto algo para além do sentido corrente de achar a primeira vez, valendo isso ainda quando a ilha em questão já se achasse previamente ocupada por aborígenes. É que os ilhéus, como consta em seguida, logo se reuniram em torno dos adventícios e se puseram a observar, com um misto de curiosidade e medo, o que estava ocorrendo. E foram eles, em 1492, autóctones representantes da grande família lingüística “Aruak”, desaparecidos dali, em tempos posteriores, por uma razão ou outra.

No prosseguimento da 1ª viagem de Colombo, deu-se coisa idêntica no respeitante à descoberta de Cuba e Haití, sendo que esta o almirante chamou “La Hispaniola” ou “La Española” e daquela pensou tratar-se de “Cipango” ou Cipangu”, portanto da Ilha do Japão. Os dois Pinzón se revelaram de parecer semelhante.

Quanto a todas as suas descobertas, — também as de suas três restantes viagens — Colombo teve a idéia fixa de haver encontrado as “Índias”, situadas no Oriente, as quais, porém, constatado o equívoco, passaram a chamar-se de “Índias Ocidentais”, nome que os espanhóis retiveram por longos decênios, mesmo ainda quando já se passara para o uso generalizado de “América” e se tinha a consciência nítida de tratar-se de todo um Continente ou Mundo Novo, do qual Colombo havia “descoberto” uma parte de forma pioneira. Em boa hipótese, poderia ter-se chamado a parcela achada por Colombo de “Colômbia”: o que não se fez por então. Ficou, no entanto, de “Índias” o nome “índios” para todos os habitantes autóctones do vasto continente, que, de 1507 em diante, teve de “Amérigo” ou “Américo” Vespucci seu onomástico até hoje.

Se, por conseguinte, quisermos perseverar na afirmação de que Colombo “descobriu a América”, no mínimo devemos conscientizar-nos de que assim incidimos em diversas incorreções histórico-geográficas. Em todo o caso, ficando com o nome América, no caso estamos recorrendo à figura estilística ou ao tropo da sinédoque, pela qual indicamos compreensivamente “a parte pelo todo” ou “o todo pela parte”: o que, aliás, ainda vale para as descobertas de Vespucci, Ojeda, Magalhães e de outros descobridores, depois de Colombo.

Coisa ainda mais singular se verifica, se com o verbo “descobrir”, na frase em pauta, entendemos o mérito histórico pioneiro do almirante genovês. É que,

se com ele expressamos a primeira vista ou percepção de uma parte terrestre, desconhecida até 1492 pelos espanhóis, foi então Colombo deveras o primeiro? Neste enfoque apenas se revela positiva a resposta, se atribuirmos a façanha colombiana como algo ocorrido em nome e favor da Espanha ou até mesmo da Europa, mas apenas em 1492 e dali em diante.

Não deveríamos, contudo, conferir essa primazia aos viquinges, uma vez que eles já pelo ano de 1000 P.C., portanto quase 5 séculos antes de Colombo, tinham chegado à Ilha Terra Nova ("Newfoundland") e à Península do Labrador? Sua descoberta, como sabemos, ficou sem efeitos maiores, pois cedo se interrompeu. Mas continuando neste rumo no passado, não teriam de considerar-se a asiáticos os descobridores da "América", pois eles, em seus avanços, já haviam alcançado o Alasca milênios antes, sendo através de uma ponte terrestre, então existente, devido à fase final da glaciação no milênio doze?!

Ficando, porém, depois da menção de tais fatos históricos inegáveis, com a hipótese de que, por direito, se deva considerar a Colombo o descobridor daquilo que depois se chamou América, importa perguntarmos, mesmo assim, se ele próprio se considerou como ator de semelhante papel?!... Além disso, constando que a denominação "América" para as terras descobertas por ele ou por outrem, apenas foi colocada em 1507, portanto, dois anos depois da morte de Colombo, num mapa de Novo Mundo pelo cosmógrafo alemão Martin Waldseemüller, não seria mais acertado atribuir a Vespucci essa façanha?! Certo é que este, em suas viagens ao longo das costas sul-americanas do norte e do leste, se deu conta perfeita do caráter amplo de suas descobertas, sobretudo de terra firme...

Lembrando tudo isso, pecebemos que, na simples frase "Em 1492 Cristóvão Colombo descobriu a América", devemos fazer diversas restrições ao conceito do verbo "descobrir", se quisermos evitar impropriedades ou até erros nela existentes. Limitamos ou relativizamos com isso a ação descobridora nele contida. Por outra, não é absoluto seu conceito, quando, v.g., se aplica à descoberta de um continente inteiro. Assim não podemos parar nisso, mas nos importa fazer a seu respeito diversas observações básicas, úteis e oportunas para o nosso tema.

Dessa forma se nos faz preciso dizer com insistência que, para além de Colombo, o precursor, houve ao depois toda uma série de outros navegadores europeus, principalmente espanhóis, lusos, italianos, franceses, ingleses, flamengos e até poloneses, que descobriram, conquistaram e exploraram um vasto Mundo Novo para os mais diversos países europeus, mesmo que ele antes já fosse conhecido, possuído e habitado por outra gente, dita aborígine, autóctone ou "índia".

Foi, porém, um privilégio desses viajantes o de eles, do contrário de seus antecessores asiáticos ou viquinges, haverem relatado por escrito seus percursos, descobrimentos e resultados. E isso de tal forma que hoje nós os possamos acompanhar em espírito, reconstruir o seu itinerário e como que reviver o histórico de seus achados, sucessos ou fracassos. Ademais, o próprio fato de não ha-

verem sido europeus os primeiros descobridores e habitantes de tais territórios, obriga-nos ainda mais a coarctar o conceito da descoberta e excluir desde logo qualquer arrogância cultural ingênua.

Tal modo nosso de refletir era de certo bastante estranho ao espírito dos navegadores e viajantes do século 15 e ss., pois eles ainda não se puderam dar conta das conseqüências posteriores de seus feitos, por exemplo, de todos os prejuízos que causariam aos autóctones ou dos problemas atuais, próprios do Terceiro Mundo. Sua vitalidade de homens da Renascença, gasta de todo em abrir caminhos novos para territórios imensos, mostra-se como que inquebrantável e hercúlea. Sua motivação de sempre avançar, hoje, por vezes, nos parece bastante inócua, e a retórica de seu agir mal se vê tomada por uma dúvida inicial, consciente e séria.

Se, nos primeiros relatos de viagem, os termos descobrimento, conquista e exploração se evidenciam de conceitos bastante imprecisos, mesmo assim neles se capta algo como um processo palpável, que hoje chamaríamos de “expansão européia no além-mar”. Um mero olhar sobre tal procedimento já nos indica que a conduta na descoberta, conquista e exploração, não se pode separar com nitidez uma da outra, encontrando-se seus respectivos conteúdos ou conceitos tão próximos, que, na rápida sucessão dos fatos, descobrir, tomar posse, conquistar, explorar, etc., estamos diante de quase sinônimos.

Percebe-se, outrossim, que os relatos dos primeiros tempos se direcionam em demasia rumo a progressos geográficos e se ocupam de menos com a sua possível dimensão histórica. À sua vista perigamos esquecer que o navegador, partindo para a descoberta, conquista e exploração de terras novas, seja um agente especial, previamente determinado pelas imposições do seu tempo, tendo ele achar-se preparado, por conseguinte, da forma mais vária para a sua empresa.

Pressupõem, por outra, tais viagens transoceânicas nele conhecimentos náuticos, competência demonstrada, motivações justas, expectativas compensadoras, respeitáveis previsões alimentares, autorizações régias, preparativos minuciosos e esforços assíduos. Sabemos que para Cristóvão Colombo levou tudo isso, somente na Península Ibérica, doze longos e sofridos anos de gestões ininterruptas, quase desesperadoras. Daí afirmar-se que Colombo descobriu, em suas quatro viagens ultramarinas, as Pequenas e as Grandes Antilhas, bem como parte das costas centro — ou sul-americanas, importa sem dúvida em fatos verdadeiros para a Espanha. Constata, porém, de menos a respeito da importância histórica de sua façanha e fundamenta de modo insuficiente sua primazia diante de outros navegantes europeus.

Expresso de outra forma e com o fito de que se avalie devidamente o feito colombiano, deve considerar-se o meio histórico, em que se achou o genovês e que lhe possibilitou contribuir de modo exemplar para o ulterior processo de ampliação territorial e domínio cristão, pretendido inicialmente pela Península Ibérica e imitado, ao depois, por outras potências européias, quanto a todo um Mundo Novo. Além disso, deve examinar-se em que medida as 4 viagens de Co-

lombo criaram política, econômica, idealista e ideologicamente o ponto de partida para a tomada de posse, conquista, "exploração" e povoamento posterior por espanhóis das "Índias Ocidentais". "Mutatis mutandis", vale o mesmo, v.g. da descoberta feita por Pedro Álvares Cabral em 1500.

Dando-nos conta de tudo isso, saberemos também porque não cabe aos "vikings", no descobrimento americano, um mérito igual ao de Colombo. É que, através das viagens e descobertas viquingues, em absoluto estavam agindo, comparativamente falando, energias políticas e culturais tamanhas, como nas encontradiças do lado colombiano desde 1492 a 1505.

De resto como que ficou sem efeito histórico a descoberta viquinge, visto que, já no século onze, cortaram-se seus contatos transatlânticos. De Colombo deve, contudo, dizer-se que ele abriu em definitivo a porta para todo um Mundo Novo, começando o processo que se tornou semelhante a uma cadeia de descobertas, conquistas e "explorações", bem como de esforços civilizadores, que mudou aos poucos a face da terra inteira.

Também se determina o alcance histórico de uma viagem descobridora, de uma campanha conquistadora e de uma expedição exploradora, pelo modo como tais empresas se acham descritas, documentadas e transmitidas à posteridade.

Sob este aspecto a migração dos asiáticos para a América deve ter-se em pouca conta, se confrontada com as viagens de Colombo, visto que esses habitantes primitivos não nos legaram quaisquer apontamentos escritos e porque os achados arqueológicos de ossos ou utensílios com frequência se mostram incompletos ou questionáveis, apesar dos progressos havidos a seu respeito em decênios recentes.

Quanto às viagens de Colombo e de seus sucessores por mar e terra temos, contudo, informes certos, embora nem sempre com a mesma intensidade de dados, tanto pelos diários do próprio Colombo e de seus companheiros, como por testemunhas indiretas, cujos relatos respeitantes à preparação e consequência das viagens se nos conservaram.

E mesmo que não supervalorizemos o grau de conhecimento científico do próprio Colombo em seu tempo e que nos conste sua morte quase inconsiderada do grande público sabemos com segurança que não poucos contemporâneos seus, dentro e fora da Espanha, realmente se deram conta da sua importância histórica, se é que não a invejaram, como nos lembra a anedota do ovo de Colombo.

Em confronto com isso, principalmente para os inícios das viagens ultramarinas, diversas outras empresas não se acharam documentadas tão bem, e assim apenas se compreende com dificuldade sua importância histórica. Sirvam, para tanto, de exemplos as viagens de um John Cabot, aliás italiano também ele, que as fez com licenças da Coroa Inglesa entre 1496 e 98, uma vez que de seu descobrimento da Península do Labrador e do litoral norte-americano apenas se conservaram testemunhos secundários e assaz incompletos. Além disso, passou um século inteiro, até que "Greatbritain" (Gran-Bretanha) se movesse de fato, para seguir os rastros de Cabot. Com isso tanto a documentação deficiente como a continuidade interrompida diminuem bastante o valor do feito histórico de Cabot.

Por vezes faltam também de todo as fontes fidedignas, que então se buscam suprir através de conjecturas ou especulações, que tomam o lugar do fato documentado. Vale isso, por exemplo, das viagens pré-colombianas à América e de outras respeitantes ao Brasil, em anos anteriores ao de 1.500, pois elas simplesmente não se podem comprovar de forma segura.

Mas as empresas de navegadores conhecidos não importam apenas em fatos históricos, porque surgiram de condições ou circunstâncias determinadas e gozam de testemunhos escritos, senão também, porque criaram realidades novas e assim se tornaram historicamente efetivas.

Nos primórdios das viagens ultramarinas, todas as potências européias tinham consciência plena de que a descoberta de terras desconhecidas equivalia ao mesmo tempo a uma tomada de posse, com alcance jurídico internacional e político. Deduz-se tal condição dos contratos de reis e de suas cartas-privilegio ou licenças, que eram previamente objeto de negócio com os navegantes, os donos de navios e outros empresários ou capitalistas. Desta forma diz-se desde logo no contrato feito com Cristóvão Colombo, que se trata das “ilhas e terras firmes, que se hajam de descobrir e ‘ganhar’”. E John Cabot recebeu, em carta-licença, a indicação de que “se ergam as nossas bandeiras e sinais de jurisdição ao ensejo da descoberta... em cada ilha e em toda a terra firme”.

Essa equiparação de descoberta com a tomada de posse também ocorria, quando a terra “descoberta” já se achava povoada por gente não-européia. Assim, quando Jacques Cartier lançou âncoras, em 1534, na região da foz do Rio São Lourenço, fez ele plantar, diante dos índios reunidos ou presentes, uma cruz de madeira com o escudo das armas do rei da França. E erui-se do seu relato de viagem, que os índios compreenderam — aqui a dúvida nos é lícita! — tratar-se de um ato (jurídico) de tomada posse. Aliás, não procederam também assim ou de modo idêntico os lusos?

O que hoje nos causa estranheza especial é o fato de que, nesses contratos e cartas, se nota como regra uma completa desconsideração dos direitos da soberania aborígene. Ocasionalmente havia em tais documentos um acréscimo, com que apenas então se restringiam as pretensões de posse da respectiva nação ou potência, quando, no lugar descoberto, antes já aparecera comprovadamente outra gente européia, digamos como expressão de força marítima. Quanto a isso indicava-se de modo explícito a John Cabot, que se dirigisse a paragens, que “até o presente momento fossem desconhecidas dos cristãos”.

Nas contendas surgidas entre potências européias, no concernente ao “direito da descoberta”, tinha ao depois a palavra decisiva a superioridade militar e a força política. Humphrey Gilbert, quando em 1583 aportou a Newfoundland e ali encontrou marujos de outras nações, decidiu-se sem mais a usar de sua posição de força, impondo que no futuro ali se julgasse segundo o Direito Inglês e se respeitasse a soberania da rainha Elisabeth I. A propósito de tal proceder escreveu o cronista da viagem:

“Depois de todos — tanto ingleses como estrangeiros nisso consentindo — haverem prometido obediência, rezou-se pela subsistência da possessão e se deu início ao domínio”.

Até que ponto também se entendesse a descoberta de terra nova como ato de tomada de posse jurídica, sabêmo-lo outrossim da legenda colocada em mapas contemporâneos. Assim, quando Colombo apareceu no ano de 1492 diante das costas do Haiti, apressou-se ele próprio em inscrever num esquema cartográfico, que se pôs a confeccionar, o nome “La Española”: do que mais tarde nasceu esta designação para toda a ilha, que hoje é Haiti. Parece que o simples fato de dar o/um nome às coisas, já era sinal ou prova de posse, “segundo a Bíblia”.

Não raro se dava tal assinalação de território sem qualquer consideração a viagens anteriores de descobrimento, portanto com respeito a terras já conhecidas. Desta forma, por ex., sobreescreveu o holandês Adriaen Block, ao explorar, em 1611, a Baía de New York, o mapa daquela região costeira simplesmente com o nome de “New Netherland” (Novos Países Baixos ou “Neu Niederland”), embora bem soubesse que ali já o haviam precedido franceses e ingleses. Procederam, aliás, de modo semelhante, os franceses no Rio e os holandeses em Pernambuco.

Perguntamos: — Onde procedia essa incontestável pretensão de tomada de posse, que os europeus manifestavam como descobridores de terras ultramarinas?! A resposta explicativa está — por estranho que soe aos nossos ouvidos! — na aspiração cristã de domínio sobre o Universo todo e os pagãos nele existentes. Era assim que, por volta do século XIII e XIV, os canonistas Aegidius Romanus e Henrique de Segúsis o haviam exigido, baseados de certo em argumentos escriturísticos do Antigo e Novo Testamento.

Também as Bulas dos Papas, com que lusos e espanhóis fizeram reconhecer o seu direito antecipado de posse, no século XV, em seus avanços na África e no Atlântico, partiram da convicção de uma soberania cristã universal, que havia sido delegada pelo Papa a seus monarcas respectivos. Observamos que isso era fato e que como tal o devemos tomar, por estranho que hoje nos pareça, para compreendermos a atitude européia cristã da época dos descobrimentos e com isso, v.g., o Tratado de Tordesilhas, que a muitos causa hoje tanta espécie, por desejarem outra coisa... de modo anacrônico.

II. A PROPÓSITO DO VERBO “CONQUISTAR”.

Com isso a “descoberta” ou o “descobrir” chega a uma proximidade imediata de “conquistar”, sobretudo quando a gente pagã se opunha de qualquer forma à tomada de posse, unida esta obviamente ao fato da “descoberta”.

Nos relatos europeus de viagens “americanas” torna-se-nos possível acompanhar com alguma facilidade aquela fase inicial do contato de civilizações ou culturas, em que da própria descoberta se fez uma “conquista”.

De certo se assinalaram em geral os encontros iniciais das duas partes com formas cautelosas, quase medrosas e bastante esquisitas, de aproximação recí-

proca. É que então os assim-ditos “índios” ainda não se davam conta da importância do fato em curso e das intenções dos europeus. Vale isso, não em último lugar, do caso em que os estrangeiros ainda eram numericamente fracos demais, para se mostrarem como força militar e beligerante. Logo, porém, que com mais clareza se evidenciava a tomada de posse européia, seja pela construção de algum forte ou de alguma “colônia”, seja pela pressão crescente exercida sobre os autóctones, os relacionamentos mútuos começaram a estremecer, ficando eles tensos e hostis.

Podia ocorrer então que os índios procurassem libertar-se, por intermédio de um ataque súbito, da dominação alheia, que se lhes fizera incômoda. Pelos europeus tal atitude violenta era estigmatizada sem mais de traição maliciosa e pérfida, sobretudo porque até então não haviam duvidado seriamente de seu direito de posse justa. Além disso, em absoluto podiam compreender desde logo a situação dos próprios aborígenes, digamos do ponto de vista “índio”.

Tais ataques indígenas forneceram então o pretexto de medidas drásticas de represália e não raro ensejaram aquelas ações brutais de “pacificação”, que acabavam com a expulsão ou o extermínio dos índios, a ponto de hoje falarmos em “genocídio”.

Era, na verdade, estreita a margem de sutura entre descoberta e conquista, digamos entre paz e guerra. Na legislação colonial espanhola ela se acha assinalada por um documento, que o jurista real Palacios Rubios elaborou em 1513, portanto uns 7 anos depois da morte de Colombo. Trata-se do assim-chamado “requerimiento”, portanto de uma escritura que fosse lida aos índios e em que estes fossem advertidos do domínio universal do Papa e, em última análise, se intimassem à sujeição dos espanhóis. Nela se dizia: “... Se contudo não o fizerdes ou se acaso maliciosamente vos esquivardes, garanto-vos que, com o auxílio divino, à força irei ter convosco, fazendo-vos guerra em toda a linha e por todos os meios”. Aqui seria de utilidade vêr o texto todo de semelhante “requerimiento”, v.g. como o apresenta Amado Luiz Cervo no “Apêndice” de seu livro-tese “Contato entre Civilizações”, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda., 1975, p. 139-140, extraíndo-o da “Historia General y Natural de las Indias”, de Gonzalo Fernández de Oviedo.

Óbvio que os índios em absoluto pudessem entender tal texto ou discurso sob o ponto lingüístico, jurídico e temático. Era ele, porém, para os espanhóis um meio apropriado, para atribuírem aos índios a responsabilidade de seus futuros atos criminosos e declararem guerra justa a supressão violenta de qualquer oposição e levante.

Mesmo assim, não deixa de ser verdade que o “duvidoso” desse “requerimiento” e a tomada violenta de territórios ultramarinos em breve se tornassem objeto de ataque da parte de alguns juristas espanhóis, sobretudo, porém, do dominicano Fray Bartolomé de Las Casas. De início apontavam esses críticos antes de tudo para a obrigação missionária, expressa nas Bulas dos Papas. Por outra, observavam que ela, de um lado, servia para legitimar a tomada de posse das

terras, mas que, de outro lado, devia garantir também o trato humano, dispensado à gente e cultura alheia ou indígena. Parece que nisso está o ponto de partida para o “Direito de Gentes” ou o Direito Internacional, como hoje diríamos, cujas bases foram colocadas por um Vitória e um Suárez, e aproveitadas mais tarde por outros juristas europeus, como coisa própria.

Mesmo abstraindo da unilateralidade desse instrumento jurídico, em breve se evidenciou que a conquista e dominação costumavam anteceder à ação missionária e até mesmo, ao menos no começo, acompanhá-la de certa forma. Nosso Nóbrega, por ex., achou de início — o que hoje se lhe leva a mal, claro que não por um excesso de compreensão! — que o missionário devia fazer-se acompanhar em suas entradas e buscas do índio por uma pequena força militar, naturalmente para impor superioridade e respeito. Por outra, também se fazia recurso às Escrituras, precisamente à palavra “força-os a entrar” (em latim “compelle eos intrare”), encontrada na parábola do banquete real e aplicada à Igreja. Mas a ação missionária, que nem sempre se dava, não conseguiu mudar de fato, nem ainda com Las Casas, o domínio colonial ou aboli-lo. Por outra, o questionamento das bases jurídicas e dos métodos de expansão colonial por juristas, teólogos e monges espanhóis, não chegou a produzir o influxo esperado sobre as condições americanas ou indígenas. Foi, contudo, assim mesmo um esforço apreciável de primeira discussão crítica da “intelligentsia” européia com respeito ao processo de tomada de posse colonial.

Deve lembrar-se aqui que o desprezo dos direitos índios de soberania e liberdade, um desprezo baseado no fato da descoberta e da superioridade cultural ou militar, caracteriza não apenas aos espanhóis, mas a todas as potências marítimas européias, que estiveram presentes e ativas no espaço Além-Atlântico, mesmo que nisso haja algumas diferenças conhecidas.

Assim, percebe-se, por ex., que na ocupação americana do oeste pelos ingleses no século XVII, cessou de todo o mandato missionário. Não obstante isso, o rei cristão, em cujo nome ou encargo se partira de viagem, requeria para si de modo igual a autoridade irrestrita sobre a terra “recém-descoberta” e sobre sua gente pagã. Para assegurar semelhante pretensão de domínio ou conquista, fizeram-se com os índios contratos de cedência territorial, que observavam de certo a legislação vigente na Inglaterra, mas, quanto a seu cumprimento, não eram controlados por nenhuma instância independente e, além disso, com alguma frequência haviam surgido de uma imposição ardilosa! O fato de essas terras norte-americanas se acharem povoadas de forma pouco densa, serviu de argumento, para se dizer que eram mal-aproveitadas ou despovoadas. E, mais tarde, tal motivação atingiu credibilidade, visto que a população indígena se dizia por doenças introduzidas ou a partir do álcool.

Também no avanço francês Canadá-a-dentro, descoberta, tomada de posse, conquista e exploração se ligaram entre si com laços estreitíssimos, ficando intacto o sentido de pretensão soberana da pátria gaulesa. Nisso, contudo, voltou ali a conferir-se (nos inícios do século XVII) à incumbência missionária uma im-

portância comparável à do proceder hispânico e luso. Consta, outrossim, o papel decisivo que nisso coube aos negociantes de peles e aos missionários religiosos, sobretudo jesuítas.

No prefácio, que o navegante francês Jacques Cartier antepôs ao relato de sua 2ª viagem à América do Norte em 1535, consta expressamente que se trata da ampliação das posses territoriais do cristianíssimo rei Francisco I e da propagação da fé cristã-católica.

A migração francesa para o Canadá reteve-se, de certo, em moldes modestos, se a compararmos com as condições inglesas quanto à Nova Ânglia ou Virgínia. Verifica-se que a presença francesa no Canadá, quando descontamos Québec e Montréal, restringiu-se a uma rede de pequenos fortes e pontos de apoio, que de fato não puderam exercer um domínio profundo. Mesmo assim, também ali a pretensão da coroa francesa nunca se pôs em dúvida.

Sabemos todos, como se deram no Brasil os avanços lusos através dos bandeirantes e missionários em suas “entradas”, sem esquecermos o Tratado de Tordesilhas, ou um proceder à sua revelia, e a ocupação do sul litorâneo pela “Colônia do Sacramento” e do Rio Grande do Sul, desde o Rio e Laguna, merecendo, outrossim, menção especial o “presídio” de Rio Grande e a “tranqueira invicta” de Rio Pardo.

Ao lembrarmos tudo isso, mostramos sumariamente em que grau as viagens, marítimas ou terrestres, para ilhas, terra firme e o hinterland, não apenas alargaram os conhecimentos geográficos, mas criaram, outrossim, realidades políticas novas. Consta-nos, ademais, que as potências européias se esforçaram por conferir às suas conquistas ou ocupações um caráter possivelmente definitivo, seja pelo povoamento de imediato posterior à tomada de posse, seja pela concessão de “leyes indias” ou “americanas”, com que concediam o direito de cidadania aos “índios” todos e até a caciques títulos de nobreza.

O cronista López de Gómara reteve, em fórmula expressiva, a transferência de pretensões soberanas para o exercício de domínio sob o pretexto da ação missionária, ao escrever:

“Quem não povoa, deixa de fazer uma boa conquista; e quem não conquista o território, nunca irá converter os homens gentios à crença cristã. Por isso deve tornar-se o povoamento em base de conquista”.

Lícito se nos faz aqui perguntar, se não residiu nessa mentalidade o início das “reduções”, primeiro na América Central e depois no Antigo Paraguai, visto que se tratava de “reduzir ‘os índios’ à fé cristã e à verdadeira civilização”? É que cedo se verificou não ser isso possível, sem que se reunissem em povoados, aldeias ou precisamente “reduções”, aos índios dispersos nos “montes”, entendendo-se esta palavra por “matas e serranias”.

III. A *PROPÓSITO DE “EXPLORAR”*.

Toma-se aqui esse verbo em seu sentido primigênio ou original, portanto no de investigar ou “procurar conhecer” uma terra desconhecida até então para

o europeu e a gente da mesma com os seus costumes ancestrais. Não se trata, portanto, do seu conceito de lograr, sugar ou usufruir. E vale isso ainda da finalidade primordial de viagens marítimas ou terrestres, portanto no sentido de “descobrir”, mas se aplica, sobretudo, no senso da aquisição de conhecimentos novos: práticos, pré-científicos ou científicos.

Definindo, assim, o verbo “explorar”, estamos em condições de conseguir informes históricos muito vastos, interessantes e ricos, embora aqui forçosamente nos devamos restringir a alguns poucos.

Neste rumo notamos de início que, na época da “Aufklärung” ou Ilustração, portanto no século XVIII, aparece nessas viagens um elemento novo, pois, nas instruções entregues a navegadores como Cook e La Perousse, menciona-se também o caráter desinteresseiro da empresa e se proclama, de modo explícito, sua finalidade de respeito à vida e propriedade dos aborígenes. Mas, mesmo assim, a ampliação de posses território-coloniais e o aumento de prestígio nacional-político perduram como uma das metas principais da iniciativa, aliás bastante mal disfarçada.

Um dos exemplos primordiais típicos de tal espírito humanitário-científico temo-lo nas viagens de Alexandre von Humboldt, em companhia do nosso conhecido Aimé Bonpland, de 1799-1800, na Venezuela, ao longo do Orinoco, de 1801-02 aos Andes e de 1803-04 ao México e Estados Unidos. Com cientista praticou ele seu metiê de modo pluralente e desinteresseiro: o que também se diz no século XIX de um von Martius.

Há, porém, um processo importante de aquisição de conhecimentos novos, que chamamos de práticos ou vitais e até de pré-científicos. Acompanhou ele desde Colombo ao da descoberta e expansão geográfica e colonial, sendo que o situamos, não sem acerto, no âmbito de ciências futuras e de compreensão progressiva. É que, como se pode observar, nos relatos de viagens em absoluto se exaurem os informes quanto às rotas percorridas e aos fatos dados em sua sucessão cronológica. Mas eles nos transmitem, para além disso, uma gama vária e rica de impressões, que nos facultam a composição do quadro, mais ou menos completo, duma região nova, descoberta ou “explorada”, bem como nos oferecem os mais diversos elementos sobre sua gente e seus costumes.

Quem, por conseguinte, examinar com afincos tais descrições de viagem ou relatos, fazendo-o sob os mais diversos aspectos de seu conteúdo, terá de certo não poucas surpresas compensadoras, no sentido de conhecimentos “novos” de toda a espécie: geográficos, naturais, práticos, humanos ou pré-científicos. Verificará, por exemplo, que tais textos se acham condicionados pela personalidade dos autores e por sua função no processo colonial e missionário. Descobrirá o preparo cultural, maior ou menor, dos viajantes, sua capacidade observadora, seu poder de expressão lingüística, etc. O caráter do relato ou do relator irá revelar-se de acordo com as profissões de escrivão, de marujo, de soldado, de comerciante, de funcionário público ou de missionário, que todos à sua maneira prestam a atenção especial a este ou àquele objeto.

Independentemente do ofício, também pode restringir os ângulos de visão a exclusiva ganância do ouro e prata, aliás onipresente em muitos conquistadores ou povoadores, nos quais por isso o interesse pela opulência da flora e fauna ou gente índia se acha não pouco diminuído.

Importante também se afigura saber qual o leitor visado nalgum relato desses. Assim, quem presta contas ou informes a seu comitente, régio ou não, irá expressar-se de outra forma que aquele que visa as graças do grande público leitor.

Não devemos esquecer ainda, que o viajante ultramarino do século XV a XVIII, somente por exceção, se podia mover com aquela liberdade que hoje nos parece óbvia. Exposto a coações onímodas que lhe limitavam o plano de ação ou mobilidade e até de expressão, muita vez ele não estava em condições de observar detalhes ou aprofundar questões e coisas.

Sumamente necessário é ainda considerar não pouco, como tenha sido dificultoso descrever de modo acessível, ou com conceitos tradicionais europeus, a realidade de um mundo totalmente novo, outro, ou diferente e exótico. Muitas vezes faltavam as palavras, para donominar mais precisamente determinadas plantas, pois até 1735 não se tinha, por ex., um sistema botânico de classificação aproveitável, qual o desenvolvido por Karl von Linné.

Os viajantes ou autores do século XV a XVIII serviam-se, quando acaso possuíam interesses científicos, do latim de Plínio em sua “História Natural” ou recorriam a designações indígenas e se procuravam fazer compreendidos pelo leitor europeu através da comparação com coisas conhecidas, para indicarem os produtos exóticos do novo mundo. Pensamos aqui, por ex., nos livros de um Pe. Antônio Sepp, S.J. ou de um Irmão Pedro Montenegro, S.J. este com respeito ao opúsculo de suas plantas medicinais em espanhol, latim e guarani.

Muitas vezes a impressão do viajante era a de uma estupefação suprema, como a relativa às construções arquitetônicas dos aztecas, maias e incas, ou face à riqueza da vegetação tropical. Óbvio que o autor então achasse difícil, quase impossível, encontrar as expressões ou comparações condizentes.

Hernán Cortés compara a praça de mercado de Tenochtitlán (hoje México City) com Salamanca e concede que o palácio de Montezuma era tão “maravilhoso”, que se lhe fazia impossível “descrever a sua excelência e grandeza”.

O próprio Colombo achou a paisagem natural de “La Española” “uma maravilha”; e a descrição que dela faz vale certamente mais como uma expressão poética do que um testemunho de observação científica, exata.

À admiração do primeiro encontro com o exótico, feita por palavra e comparações, seguia-se logo, como passo seguinte, a interrogação pelo proveito imediato do objeto visto, descoberto e observado.

Tinham os viajantes e conquistadores “americanos” do século XV a XVIII a convicção óbvia de que todos os produtos da criação lhes tinham de servir de modo irrestrito. Não era assim que constava no relato da criação do Gênesis? Certo é que a Bíblia não raro lhes servia de argumento forte e decisivo para os efeitos mais diversos, até os científicos. José de Acosta, S.J., considerado o 1.º

naturalista americano, encontra, em fins do século XVI, esta formulação “ad hoc”:

“Queremos pensar, desta forma, na superabundância e na Providência Divina, que distribui em partes tão diversas da terra tamanha multiplicidade de árvores frutíferas e outras, sendo tudo para o consumo do ser humano. É coisa maravilhosa verificar as multiformes diferenças de aproveitamento, do gosto e das atividades (alimentares?), de que nada se sabia antes da descoberta da América” (Em “História Natural Y Moral”, p. 113 s., e p. 122 s.).

Um dos principais pressupostos para a sobrevivência era o de conhecerem os viajantes e povoadores do Além-Atlântico as plantas úteis e a seu respeito fazer-se instruir pelos índios. Em geral os colonos se acostumavam depressa e sem contradições à alimentação exótica e aos novos hábitos de nutrição. Quanto a isso deve ainda lembrar-se que naquele tempo a mesa européia em absoluto se apresentava rica, faltando-lhe as tão desejadas “especiarias”, para desenvolver um paladar mais exigente.

Nos relatos iniciais de toda a América, encontram-se por isso bastantes referências às plantas úteis, como ao milho, à batata-doce, à batatinha dita inglesa, ao tomate, à mandioca ou aipim e seu respectivo preparo. A lembrança do tabaco e da erva-mate também não se omitiu de certo.

Mais difícil que a descrição da flora e fauna e a aprendizagem de conhecimentos e hábitos de utilidade imediata, era a aproximação espiritual ou humana dos habitantes “índios”, esse termo coletivo que se deve a um equívoco de Colombo. O contato, sobretudo inicial das duas culturas, observa-se à maravilha a partir das fontes de viagens. No começo temos a estupefação, mencionada assim por Colombo:

“Nestas ilhas não cheguei a ver nenhum monstro em forma humana. Encontrei, contudo, em toda a parte gente de aspecto ameno”.

Tem o mundo luso-brasileiro quanto a isso o relato bem mais pitoresco e suculento da Carta de Pero Vaz de Caminha.

O diplomata e cartógrafo italiano Alberto Cantino que, nos primeiros anos depois de 1500, chegou a ver em Portugal índios trazidos para lá por navegadores lusitanos, constata a partir de sua curiosidade de homem da Renascença:

“Eu vi, toquei e me pus a examinar essa gente. E declaro, para começar com o seu aspecto exterior, que são em média um pouco mais altos do que nós e se apresentam com membros harmoniosos bem-formados...”

Do fato de os aborígenes serem pessoas ou gente, em geral os primeiros viajantes transatlânticos não duvidaram. Uma Bula de Paulo III, datada de 1537, mesmo assim teve de dizer expressamente que os índios eram “verdadeiros homens”, e assim aptos para o batismo e fé!

Em seguida, passava-se a pensar e discutir a respeito da proveniência do homem americano. O mencionado Acosta dizia que ele havia migrado da Ásia por uma ponte terrestre, nórdica. Mas o missionário francês Joseph-François Lafitau ainda queria provar, na 2ª metade do século XVIII, que os índios descendiam de ancestrais gregos. De outros escritores, já do século XVI, sabemos que

os ascendentes dos índios teriam sido egípcios ou até israelitas...

No tocante a informes sobre os índios, quais se encontram nos relatos de viajantes até o século XVIII, verificamos que suas descrições em geral não ultrapassam o exterior dos autóctones, seu papel na história da expansão colonial e um juízo valorativo, repetido ao depois de forma estereotipa. Designam-se grandemente os índios como bárbaros, pagãos ou selvagens (do latim "silvaticus"). Já em 1550 o viajante francês aplicou aos nossos tupis o termo "sauvages", sendo no sentido de "seres humanos extravagantemente bravios, exóticos e brutais, sem fé, sem lei, sem religião e sem sentimento (humano) comum". Predominou um clichê tão negativo por diversos séculos, por vezes também entre missionários, e ocasionalmente encontrou o agravante sinistro de "canibais", desconhecendo-se neste caso por vezes o conceito ritual de tal função desumana.

No século XVIII, porém, principalmente desde J.J. Rousseau, de modo curioso começou a falar-se, a partir do entusiasmo na moda pelo exótico, do "bom" e até do "nobre" selvagem. O nascimento da Etnologia e da Etnografia no século passado deu na ciência antropológica, apresentando-se esta hoje com o seu ramo indígena. A Arqueologia também deu sua contribuição a este respeito, sendo de notar que aos poucos alguns representantes das duas ciências citadas voltaram a valorizar os elementos antropológicos dispersos, que se encontravam nos relatos antigos, sobretudo de missionários.

Indubitável é que na Europa todos os relatos de viajantes ultramarinos encontraram cedo um interesse excepcional e tiveram vasta divulgação, graças à descoberta da arte gráfica de Gutenberg na 2ª metade do século XV.

Quanto a isso apenas citamos aqui a célebre "Carta 'Mundus Novus'" de Américo Vespucci, o bancário genovês que, em 1492, se achava em Sevilha, onde travou conhecimentos com Cristóvão Colombo, seu compatriota. Em 1499 partiu Vespucci da Espanha, fazendo parte da expedição de Ojeda, a qual, à altura da Guiana Francesa, se dividiu, cabendo a ele o comando de duas naves. Sabe-se que descobriu o Amazonas e costeou o nosso semicontinente até o 6º grau de lat. Sul: o que se deu alguns meses antes da chegada de Cabral... Em 1501, Vespucci comandou uma segunda expedição, especialmente enviada ao Novo Mundo pelo rei português. Em virtude de sua "carta", que de 1503-07 encontrou diversas edições no original, e em tradução alemã e neerlandesa, assim, bem como por causa do mapa de Waldseemüller, as terras descobertas começaram a ser conhecidas na Europa sob o nome geral de "América". Por isso nossa gente itálica, através de seu canto dialetal, talvez ainda hoje diga por vezes "Fare la Mérica" em vez de "Fare la Mérica".

Consta-nos que os diários de Colombo não gozaram do mesmo privilégio editorial que a produção de Vespucci. Se isso tivesse acontecido, talvez hoje não seríamos "americanos", mas "colombianos"...

De seu equívoco relativo à descoberta de "Índias Ocidentais", devemos observar que assim mesmo teve influxos inegáveis, sobretudo na busca incessante de chegar ao extremo oriente ou seja por uma passagem nórdica ao Pacífico: o

que apenas se conseguiu no século passado. Por outra, não diminui seu erro os méritos de descobridor pioneiro.

Exposto isso, chegamos à conclusão, que vamos fazer com a lenda de “O ovo de Colombo”, pois como sabemos é este o mérito, que invejosos já em seu tempo quiseram diminuir e que hoje, por outras razões, novamente se pretende menosprezar.

CONCLUSÃO

Para nós nos basta, aqui e agora, o esforço de havermos indicado de alguma forma a conceituação dos três termos “descobrir, conquistar e explorar” e esperamos ter mostrado que, embora de maneira diversa, se trata de três modos básicos de aproximação humana do ignoto ou desconhecido. De certa forma os substantivos “descoberta, conquista e exploração”, de tão intimamente que se compenetraram e condicionam, quase vêm a ser sinônimos. E isso a tal ponto que, desde o termo “descobrimento”, já indicamos todas as seqüelas imediatas ou próximo-futuras, como as da tomada de posse, conquista, povoamento, exploração, etc., não esquecendo que, na História, a aproximação do ignoto e o contato inicial entre civilizações sempre foi difícil, doloroso, e cruento, para não dizer trágico. Para tanto se precisa do existencial humano, que em seus representantes principais, como no próprio Colombo, tem não pouco de quichotesco: assim, espírito de iniciativa e aventura, ambição de dinheiro e ouro, prestígio e fama, sobretudo, porém, espírito religioso de serviço de Deus e do Rei.

De resto, o 5.º centenário em andamento nos torna conscientes de que a abertura da Espanha e Europa para o mundo além-atlântico, por Colombo, de 1492 em diante prosseguiu e de certa maneira até hoje não terminou, visto que ainda não chegamos, com o processo descobridor, a nenhum desfecho definitivo. Também nós, os contemporâneos de um século e milênio a findar, feitos habitantes de uma terra cada vez menor, por causa dos avanços científicos e técnicos, estamos envolvidos neste processo de descoberta e aproximação continuamente renovada, que exige isenção de preconceitos e corresponsabilidade solidária dos povos de todos os continentes. Fazemos votos de que isso se verifique na “Eco-Rio; na 4.ª Conferência dos Bispos Latino-americanos, em Santo Domingo, e ao ensejo do transcurso de 12 de outubro deste ano, produzindo frutos imediatos e a longo alcance de toda a espécie.”

Depois desta longa exposição, terminamos com a anedota de “O ovo de Colombo”, servindo-nos do teor, que Jônatas Serrano oferece em sua “História do Brasil” (edição de 1931, p. 31):

— Algum tempo depois da descoberta da América, comentavam alguns fidalgos o grande feito na presença de Colombo e tentavam diminuir-lhe a glória, dizendo que a empresa não era afinal tão difícil. Estavam à mesa. Colombo toma um ovo e pergunta aos invejosos:

“Qual de vós é capaz de fazer este ovo permanecer de pé?!.
Todos procuram em vão solver o problema. E, por fim, desanimam.
Colombo, então, amassa o ovo em uma das extremidades e coloca-o de pé
sobre a mesa.
Os fidalgos exclamaram irônicos: — “Grande coisa!”.
“Mas era preciso ter a idéia!”, responde Colombo. E acrescenta:
“Assim foi descoberta a América!”...

ALGUNS TEXTOS POLÍTICOS DA TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1887 — 1893)

Fernando O. M. O'Donnell

Em outubro de 1897, em Santa Maria, o Partido Republicano Rio-Grandense realizava a sua 5.^a reunião periódica⁽¹⁾. Este acontecimento, que lhe encerrava a fase congressual, iniciada na Conveção de 1882, não se constituía, porém, num mero acaso demarcatório na agenda organizacional partidária, mas registrava o definitivo ajustamento da máquina da Propaganda, a afirmação do castilhismo como referencial político e a escolha de um método de ação mais contundente e revolucionário. As causas eficientes desse processo foram uma tomada de consciência ao arrepio do “evolucionismo”, implícito no Manifesto de 1870 e consagrado pelos republicanos gaúchos nos conclaves regionais anteriores, a presença hegemônica de um líder, cujo proselitismo vinha se desenhando exemplar, e a necessidade de acelerar, agora com mais agudez, a derrocada imperial substancialmente evidenciada na inércia administrativa, na crise da lavoura advinda com a Campanha Abolicionista e no vazio de poder aprofundado pela Questão Militar, então em seu anticlímax.

Mas o partido, mesmo favorecido por este conjunto e com o aporte da nova geração acadêmica, que lhe revigorara os quadros rarefeitos tendentes a se estiolar ancorados na sombra de Félix da Cunha, ressentia-se ainda da lacuna deixada pelo ativismo de Venâncio Aires, na esteira da qual ameaçava emudecer também a artilharia doutrinária emparcada em “A Federação”. Precisava, pois, alçar-se acima e além da letra morta das atas e buscar uma estrutura uniforme, definida por uma filosofia de ação política em que se legitimasse a autoridade imprescindível às circunstâncias, ainda que repelida por seus segmentos “ilustrados”⁽²⁾.

Tais eram as exigências do momento, ainda que não acidentais, tanto que marcadas pela fatalidade exterior do “plano inclinado” em que escorregavam as instituições e pela comovedora incompreensão desse fenômeno por parte das elites estratificadas pelo domínio, incapazes de intuir a transição “orgânica” do estamento e apegadas às noções rituais do grupo.

Foi, destarte, para ousar a voz de comando emergente que Júlio de Castilhos transformou o 5.^o Congresso num *divortium aquarum* através de uma indi-

(1) Ver nota no final do texto.

(2) PAIM, et alii, Antônio — *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília, EUB, 1980, p. 3 e sgs.

cação catalizadora, marco miliário de um lustro de grandes impactos, na raiz do qual estariam, como um núcleo místico, dois dos mais altos valores rio-grandenses — a palavra empenhada e a definição por uma linha partidária.

Aí brotou a Indicação Separatista, primeiro de cinco documentos de choque, no sentido em que, a seu modo, e por sua veemente oportunidade, souberam captar a essencialidade do momento de condensação e vaza em que se concentraria toda a carga de contestação ou defesa da República pelas idéias e pelas armas.

Com efeito, no decurso de cinco anos, isto é, desde o 5.º Congresso Republicano até o ato final da paz precária vivida ao longo da transição institucional — aquela proclamação “às armas” do general Tavares, em fevereiro de 1893, na qual se consigna a via única para o desate da crise —, afora manifestações de cunho restrito ou particular, correspondências, ordens do dia, programas, plataformas, editoriais, artigos de doutrina ou textos legais de grande eficácia na vida do Estado, a exemplo dos quais é forçoso citar a Carta de 14 de Julho, produzir-se-ão quarenta e três documentos públicos de real influência e generalizada repercussão no ambiente político cada vez mais propenso à exação armada⁽³⁾.

É espantoso que este *mare magnum* de atas, proclamações, manifestos, moções, apelos, protestos, etc., em sua maioria complacentes ao contexto da guerra, ao se desviar com indisfarçável ceticismo de um sincero desejo de congraçamento, tenha sido impregnado por um dúbio “imperativo político” ou por uma determinação quase obsessiva ao recurso extremo. Tal disposição não é inverossímil; basta atentarmos para o ritmo crescente de sua produção, a partir do paternal e amistoso manifesto, espécie de homilia dominical meio paroquiana e bastante singela à gravidade da hora, que o Visconde de Pelotas dirigiu à Província, em 16 de novembro de 1889: eles serão em número de sete até o fim deste ano, ascenderão a dez, em 1890, diminuirão levemente para nove no ano seguinte, e alcançarão aos quatorze até fins de 1892, já nas vésperas do conflito civil.

É no bojo desta verdadeira enxurrada verbal que vamos encontrar, além da indicação de Santa Maria, gerada ainda intramuros, e da Moção Plebiscitária de São Borja, um texto legal *ratione materiae*, a revolucionária Declaração da Fazenda da Reserva, o chamado manifesto dos Três Joaquins, primor de absorção, e a denominada Ata de Caseros, escrita, já e sem rebuços, com tintas castrenses.

A INDICAÇÃO SEPARATISTA

A Indicação Separatista apresentada por Júlio de Castilhos, admitia a separação “com um meio capaz de operar a realização da aspiração federalista” quanto se impusessem certas causas diferenciais entre as províncias. Suscitou-a uma proposta semelhante de Assis Brasil no sentido de que a pátria republicana se constituísse desde logo numa federação e para que só aceitasse a separação provisoria-

(3) Ver nota no final do texto.

mente como caminho mais seguro para alcançar seu ideal. Embora retiradas ambas de pauta, a indicação andou a correr mundo no meio de sua grei. Afinal, a preocupação de que o País se fragmentasse estava na possibilidade mesma da transição institucional. O Partido Republicano Rio-Grandense, fiel às vertentes do federalismo do Manifesto de 1870, consubstanciadas no dilema “centralização-desmembramento; descentralização-unidade”, elaborou-lhe reiteradamente o conceito, quer ao expor, nos pródromos de sua 1.^a Convenção, em 1882, esta “questão gravíssima”(4) quer ao lançar a “Base Primordial”, dois anos depois, em que elegia como “aspiração suprema do partido” a transformação das províncias em estados autônomos e confederados sob a égide da descentralização administrativa e da discriminação das rendas do Estado e das províncias(5). Não há dúvida, outrossim, de que, o lastro desse tema nada episódico, mas de largo espectro político, compunha-se numa tentativa de Assis Brasil em mitigar a idéia das “pequenas pátrias”, um virtuosismo positivista que acenava com a concentração das liberdades civis e o desmembramento territorial atomizado.

Se, no 2.^o Congresso republicano, de 1884, a linha do separatismo puro parecia ter-se atenuado diante do perigo maior que representava a possível fragmentação territorial no caso de uma sub-reptícia queda da Monarquia, e, por isso mesmo, optado pela figura de uma adequação mais eficaz através da convencionalmente chamada “autonomia republicana”, ficara tocando aos ouvidos aquele terrível “não se investe impunemente contra as leis naturais” da Circular de 12 de dezembro de 1881, em que todo o eixo da discussão se dubmetia ao prisma mecanicista, que tanto agradava aos positivistas utópicos. Afinal, o debate não se exauriria na simples troca de uma fricção por uma ficção, mesmo porque, em se tratando de termos independentes entre si, o mecanicismo, e sua conseqüente regência pelo movimento, necessitava de um modelo para sobreviver... e o Partido, afirmara Castilhos, em artigo publicado em 26 de maio do ano anterior, já havia descido “das puras abstrações da propaganda”.

A idéia, porém, estava lançada. E frutificava. Acolheram-na e a debateram, por auto-afirmação, diletantismo ou convicção, diversos clubes republicanos da Província, desde sua meteórica propositura até ao ano seguinte, fato que obrigou o próprio Castilhos a escrever, quase dois anos depois, em artigo publicado a 10 de julho de 1890, já em plena República, que “a nação era moralmente homogênea”(6)

Tal rescrito, ainda que diluído por objetivo diversivo, deve explicar a constante de obscuridade que tisonou o percurso desta indicação: raros a lembrariam; raríssimos a reproduziriam. Transcreveu-a, porém, com todas as letras, um dos partícipes daquela reunião, Francisco Miranda, em depoimento hoje quase cin-

(4) Circular de 12.12.1881.

(5) ROSA, Othelo — Júlio de Castilhos, escritos políticos e perfil biográfico. Porto Alegre, Globo, 1928, pp. 72-73.

(6) “Deodoro”. “A Federação”, 10.07.1890.

qüentenário⁽⁷⁾, esclarecendo que a tirava das notas que havia tomada **de visu**. Para dar ênfase ao fato, Miranda assegurou existir, nas atas de vários clubes, a cópia deste documento, que teria sido trazido pelos seus representantes em Santa Maria, e citou o caso do Clube de São Gabriel. No livro de atas do Clube Republicano de São Borja, páginas 33 e 34, sessão de 2 de setembro de 1888, lê-se que um de seus membros “deu parte ao Clube da missão que lhe fora confiada, como representante ao Congresso em Santa Maria, expondo bem a **alta questão separatista** (grifo do secretário) suscitada pelas Províncias de São Paulo e Minas” e “pediu ao Clube a sua opinião a respeito, que depois servisse de medida para que se pudesse assegurar, com toda a firmeza, que (sic) o Clube de São Borja concorda ou não com a referida questão, sendo o orador interrompido pelas vozes de todos os cidadãos presentes que francamente declararam aderir à idéia separatista”⁽⁸⁾

Como o tema se prestava a dilatações desnecessárias e o envolvia uma aura extravagante, a intelectualidade do partido parece ter-se inspirado em Procópio, segundo o qual existe uma certa prudência que vela sobre a inocência e a sandice. É o que se deduz da ata da sessão seguinte do citado clube, folha 40, em que Homero Baptista, justamente um dos signatários da indicação, diz não ter concordado com a maioria do Clube. Esta evasão, que timbra a arrependimento, não terá sido gratuita...

Deixemos, pois de lado o mérito deste primeiro texto e fiquemos com a observação de Sérgio da Costa Franco, que vê na voluntariosa posição de Castilhos, “menos que uma tendência antibrasileira, a sofreguidão pela pronta vitória da República”⁽⁹⁾. Tais palavras expõem com clareza um momento excepcional do Patriarca. Foi ali, naquele 5º Congresso, que apareceram os primeiros signos críticos de antigas divergências⁽¹⁰⁾, sobretudo com os positivistas “ilustrados”, que recusavam soluções ditatoriais, desviando-se, assim, abertamente, do eixo prático da corrente castilhista, que avançava sobre a visão utópica interrogando o positivismo experimental e saint-simoniano, e de futuras cisões, matrizes, ambas, de arriações crônicas que inscreverão, com premonitório senso de refluxo posterior, os “históricos” revisionistas, os “nórmicos” da Constituinte⁽¹¹⁾, os dissidentes da primeira e da segunda dissidências, cujas trajetórias, centrifugadas pelo poder, só cessarão com o nascimento do Partido Republicano Conservador, destinado, a reconduzir, em futuro próximo, a desgarrados e infiéis sob o comando anular de Pinheiro Machado.

(7) MIRANDA, Francisco Gonçalves — “A Moção Plebiscitária de São Borja contra o 3º Reinado”. In revista do Arquivo Municipal, ano III, vol. LXXV, abril, 1941. São Paulo, pp. 171-200. Ver nota no final do texto.

(8) Atas do Diretório, do Clube e do Partido Republicanos de São Borja, pp. 33-34.

(9) FRANCO, Sérgio da Costa — Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967, p. 48.

(10) PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf — “A história do Rio Grande do Sul: uma história em processo de revisão e elaboração. O movimento republicano no século XIX”. In Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS), ano IX, 1981. Porto Alegre, 1981, p. 132.

(11) Ver nota no final do texto.

A MOÇÃO PLEBISCITÁRIA

A Moção Plebiscitária de São Borja, um texto curto, da lavra de Aparício Mariense, que se encontra transcrito na folha 127 do livro de atas da Câmara de São Borja, referência 05, entre 3 de março de 1884 a 14 de novembro de 1889, enquadrava-se num amplíssimo circuito de agitação parlamentar, de aspecto difuso, filtrada subsidiariamente pelas lojas maçônicas e conforme o mais notório evolucionismo positivista republicano.

Como se fundamentava numa hipótese — a da morte do Imperador —, seu alvo principal era, na aparência, a questão sucessória, enquanto que, na verdade, buscava sujeitar a Herdeira à *capitis deminutio* de sua obsessão religiosa e de seu estado de mulher casada com um príncipe estrangeiro. Sendo assim, em nome da liberdade de pensamento e de crença não se podia retroceder ao estágio primário — ou “teológico”, segundo a doutrina de Comte —, no que tangesse à administração do Império, nem deixar de consultar os interesses de nossa condição de País soberano quanto à presença inquietante de um consorte forâneo junto ao Trono, ainda que, como tal, este não pudesse suceder “na Coroa”, segundo a expressão do artigo 119 da Constituição do Império.

Urdida sob o manto do legalismo cameral, a Moção se constituiu em um dos mais bem esquematizados textos de sua época e no que mais aglutinou o Partido Republicano, tanto que, rompendo os limites de sua pequena oficina, acabou por ganhar impulso em outras câmaras, nas assembléias provinciais e nas ruas. E por ser, do ponto de vista formal, o documento em que com mais vigor se insinuava a atitude das “soluções pelos textos”, característica que lhe emprestava força para superar intenções exclusivamente subversivas, provocou que agisse, com mais presteza, a autoridade imperial e, com mais severidade, a sua Justiça.

Se é lugar-comum dizer-se que os republicanos de São Paulo eram mais ativos e os do Rio de Janeiro mais moderados enquanto não os imantou o jacobinismo florianista, não parecerá exagero também colher, na historiografia sobre a Propaganda, a afirmação de que, de todos os documentos vertidos em sua época em nosso Estado, a Moção foi o único que repercutiu nessas províncias não só de forma estrondosa como também com real proveito à causa. Decorre daí, dessa assertiva com aparente eiva de lógica, a feliz circunstância de que a ela se deve a definitiva presença de Silva Jardim nas hostes antimonarquistas, fato que, por si só, ilustra tal comparação.

Mas, ainda que mais ressoasse arrimado na voz do tribuno paulista, o Plebiscito propagou-se, por impulso próprio, a partir do apoio obtido no Rio Grande. Daqui, chegou até São Paulo, na capital, em São Simão, São João da Boa Vista, São Vicente, Itu, Itatiba, Casa Branca, Amparo, Guaratinguetá, ecoou depois nas câmaras fluminenses e mineiras, na imprensa, nas associações cívicas do centro do País, atingiu centros republicanos do Espírito Santo, em especial o de São José do Calçado, e agitou Pernambuco, coroando-se, finalmente, com as moções de adesão e apoio de Martinho Prado Júnior e Bernardino de Campos,

na Assembléia Paulista, e de Francisco Glicério, em ato público realizado em Campinas⁽¹²⁾.

Credite-se tamanho itinerário à eficiente exploração que fez dele Júlio de Castilhos desde seu primeiro momento, sem a qual o Plebiscito bem poderia ter sido abafado em seu nascedouro. Dando-lhe base política através da doutrinação diária, foi ele o seu maior sustentáculo e insuflador, tanto quanto Silva Jardim iria dar-lhe a base popular. E Castilhos, um semeador infatigável, confessaria, em carta a Pinheiro Machado, em maio de 1888, que o incidente plebiscitário continuava “a render novos contingentes valiosos”⁽¹³⁾. Sua habilidade não se deteria, porém, tão-só no aprofundamento do debate político da Moção. Como a questão se desdobrava paralelamente na esfera do judiciário, com as câmaras plebiscitárias **sub judice**, era de bom alvitre trazer à balha o contencioso técnico. Por esta fenda irrompeu, primeiro para atacar, em nome do fato concreto, a reforma da Carta Imperial, e, sub-repticiamente, para fustigar o indisfarçável apego à venalidade e à subserviência dos que administravam com parcialidade gentil a mão longa da Lei. No contraditório que se seguiu sobre se o direito de representação assegurado aos cidadãos como tais era extensivo às câmaras compostas de tais cidadãos, ele fez a querela ultrapassar dos lindes da rebeldia para os penetrais da *intelligentsia* contemporânea. Não será outra a concausa daquele seu conjunto vibrátil de sete artigos estampados em “A Federação”, nem terá sido gratuito o efeito derogatório que terá abalado o enfoque “silogístico”, ou a mera contestação cientificista que emprestavam aos fatos os republicanos fiéis ao Manifesto de 70.

Afirmando que “a magnitude da questão não permita delongas”⁽¹⁴⁾, Castilhos, em nome dos “republicanos novos”, conduziu então o Partido para o epicentro de um período de turbulência criativa como se vislumbasse, com plena nitidez, a realidade necessária, quase esquemática, daquelas “causas outras que não a influência moral de um manifesto”⁽¹⁵⁾, com as multidões demonstrando-se capazes de por instinto seguir o fulgor da chama revolucionária. Isso não era crer em demasia na abstração dos textos, mas captar o ponto em que a massa, sensível ao prestígio da palavra falada, tornava-se duplamente envolvida pelo da imprensa, quando esta já começava a preceder a ação enraizada na substância do momento.

A DECLARAÇÃO DA FAZENDA DA RESERVA

A “declaração” da Fazenda da Reserva, em 21 de março de 1889, é também um texto econômico, objetivo em suas três únicas frases, que os historiadores ora denominam “manifesto”, ora “ata”, ou simplesmente “documento” ou

(12) PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro — O ideal republicano e seu papel no segundo reinado: 1870-1889. São Paulo, ed. Arquivo do Estado, 1983, pp. 187-189. Ver nota no final do texto.

(13) SILVA, Ciro — Pinheiro Machado. Brasília, EUB. 1982, p. 41

(14) “A questão de honra. As Câmaras Rio-Grandenses”. “A Federação”, 10.2.1888.

(15) FREIRE, Felisbello — História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, EUB, 1983, p.224.

ainda “declaração”. Na verdade, embora o eminente Othelo Rosa a trate por “ata” e afirme que a reproduziu “na íntegra” em seu trabalho sobre Júlio de Castilhos⁽¹⁶⁾, parece procedente a informação do já citado Miranda, quando diz que “a ata propriamente dita, dessa reunião, ou não foi escrita ou não foi publicada até hoje” e que Possidônio da Cunha, um dos signatários, declarara-lhe possuir os originais da verdadeira ata, que ele, Miranda, ignorava ser “a ata geral da reunião ou uma ata parcial de declaração” que acabou sendo publicada mais tarde⁽¹⁷⁾.

A natureza do dumento em apreço, considerando-se o seu impacto, é indagação despicienda. No contexto dramático em que se situava, importa que ele assumiria conotações de verdadeiro manifesto de grupo, quicá de facção ou de minoria partidária radical. Seria, por excelência, o nosso documento de trânsito, porém de mão única, e cabalmente incontaminado. Com o termo “revolução” empregado de forma deveras patética, sua aderência à erupção republicana deu-lhe o direito a ser a primeira manifestação dispositiva sobre as grandes dificuldades do porvir, no âmago do qual, renunciando ou resignando para não dividir o poder, Castilhos fundaria seu glorioso Patriarcado.

Retomar-lhe-á, três anos mais tarde, os acentos de protocolo suicida, a Ata de Caseros.

O MANIFESTO DOS “TRÊS JOAQUINS”

Proclamada a República, surgiu em “A Reforma”, órgão do partido liberal, edição de 19 de novembro de 1889, 1ª página, o chamado Manifesto dos Três Joaquins, cuja linha reivindicatória, traçada sobre uma suposta maioria a ser conferida nas urnas, ia um pouco além das explicações que o vice-presidente em exercício havia publicado ao renunciar, no dia 16, ou das proclamações de estupor e conformismo que fizeram, em nome da concórdia ameaçada, o conservador Paulino Chaves, em 19 de novembro, e o líbero-monarquista Karl Von Koseritz, em 16.

Conquanto não fosse assinado por nenhum dos “três joaquins” (Joaquim Pedro Salgado, Joaquim Antônio Vasques e Joaquim Pedro Soares), e viesse encimado pelo título “Nossa posição”, fez praça entre nossos historiadores, a partir de Epaminondas Villalba⁽¹⁸⁾ a informação, hoje corrente, de que por eles fora firmado. Porém, se atentarmos para seu estilo, fica-nos a quase certeza de que era apenas um editorial daquela folha, que, por duas vezes, aliás, era nele citada no plural majestático, quer ao historiar sua própria conduta, quer ao apelar, também em seu nome, para a manutenção da ordem, após explicar que, com a prisão de Silveira Martins, “privado de sua direção, o partido liberal respeita-

(16) ROSA, Othelo. Op. cit., p. 88.

(17) MIRANDA, Francisco Gonçalves, op. cit., pp. 177-200.

(18) VILLALBA, Epaminondas — A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Lemmert, 1897, p. XXVI.

lhe o conselho”. Talvez por isso, Osvaldo Orico refira-se a ele como “incisivo editorial” e simplesmente “editorial”, em sua biografia sobre o Conselheiro⁽¹⁹⁾. Como, porém, foi escrito como uma norma de conduta diante das circunstâncias e da acefalia momentânea do Partido Liberal no Rio Grande, que acabava de perder o governo e só podia contar com seu chefe “em efígie”, pode-se, com algum malabarismo, considerá-lo uma espécie de procuração *apud acta* em sentido lato.

Neste particular, não há dúvida, poderiam tê-lo lavrado, ou inspirado, esses “três joaquins”, **maxime** Joaquim Pedro Salgado, reconhecido então como “o atual chefe da facção gasparista” até pelo Diretório Republicano em uma nota saída a 12 de fevereiro do ano seguinte.

Em linhas gerais, seu teor era um-puro truísmo que primava pela empatia do “fato consumado”, embora estivesse claro o vezo do poder que tanto distanciou os liberais de suas idéias promissoras que se haviam extremado na campanha pela Abolição e os tangeu de volta ao duro centralismo convenientemente esposado a partir de 1878.

Como a transição, no plano partidário, delineava-se com os liberais tentando segurar ainda as rédeas do mando para salvar a ordem pública e exercer sua magistratura acima do governo com a força que julgavam possuir, houve uma inversão de posições em relação aos conservadores, que, após purgarem as primeiras frustrações, haviam partido em acelerado para o adesismo, fenômeno de incontinência que, desde junho daquele ano, fizera o Visconde de Pelotas estimar, em carta ao coronel Joaquim do Vale, ter atingido dois terços desse partido na Província⁽²⁰⁾. Aliás, as adesões à causa republicana foram uma constante pendular, conforme se revezaram ambos os partidos situacionistas no plantonato ministerial, notadamente nos interstícios de 1866/67, 1868/77 e 1878/82, ano este que coincide com a Convenção Republicana, sobre as bases da qual as incrições na causa tornaram-se, em razão do pudor do republicanismo “histórico”, menos epidérmicas e mais duradouras. Este processo de “purificação” iria comprometer-se a partir da Proclamação, mormente pela falta de quadros do Partido Republicano Rio-Grandense para assumir o poder que se lhe oferecia abruptamente, e só cessaria no instante em que a recatada ortodoxia oposicionista cerrou fileiras para promover a guerra civil.

A ATA DE CASEROS

A grei republicana no exílio, reunida em Caseros, na Argentina, em 31 de março de 1892, amargava agora um quadro adverso. O Rio Grande passara por uma série de experiências políticas, dentre as quais a mais importante fora a da implantação da Carta de 14 de Julho. Com ela, Castilhos ascendera à presidência do Estado, e com ela caíra, tentando preservar a ordem pública durante o golpe

(19) ORICO, Osvaldo — Silveira Martins e sua época. Porto Alegre, Globo, 1935, pp. 289 e 291.

(20) CÂMARA, Rinaldo Pereira da — O marechal Câmara, sua vida política (Vol. III). Porto Alegre, IEL, 1979, p. 280.

de 3 de novembro de 1891. A crise assemelhava-se a um triângulo, cujos vértices emanavam justamente do Golpe, de Castilhos e de sua Constituição. E ali, em seu espaço, influenciado por forte carga emocional, o Partido Republicano, a sofrer a demarcação de suas áreas e a polarização em torno de seu líder máximo, fatores que vinham de longe apenas diluídos pela democracia interna ou sublimados pelo debate estrutural do Partido. Todavia, a começar no entremez fugaz do “governicho”, passando pelos governos efêmeros que se lhe sucederam, pairava no ar uma certeza — a de que o anti-castilhismo de todos os matizes catalizava-se na ânsia de reformar ou mesmo substituir o atual Estatuto Político.

Tal coisa era de fácil percepção. Deduzia-se da comistão entre saudosistas do Império, parlamentaristas que haviam esquecido o desequilíbrio dual que fulminara o *ancien régime* desde a queda do Gabinete Zacarias, velhos caudilhos decaídos pela dispersão da clientela gregária e parcelas ponderáveis de êxules republicanos. A base ideológica imediata deste período que já perdurava por mais de um ano, e que se convencionou chamar de “Anarquia”, forneciam-no vinte e quatro documentos de repercussão estadual, lançados posteriormente ao Manifesto dos Três Joaquins e rematados com a conspícua reconsideração do propósito de abandonar a política que fez o Visconde de Pelotas, em 21 de janeiro de 1892, para continuar emprestando seu braço aos liberais. Com este gesto, o prestigioso soldado exumava-se do silêncio temporário para ressuscitar no ápice da crise, tanto que, por desígnios que só a confusão do momento explicava, voltaria à presidência do Estado, logo a seguir, pelas mãos do ferrenho anticastilhista Barros Cassal.

Pelotas, em seus pronunciamentos desta fase, mal dissimulava o rancor em relação a alguns auxiliares de seu primeiro governo, cujos ressaibos tinham raízes na pecha de “tíbio, irresoluto e vacilante” que lhe atiraram os membros do Diretório Republicano ⁽²¹⁾, obrigando-o à réplica ⁽²²⁾, na qual aludiu às divergências já mencionadas, superficialmente, no manifesto quando deixava o governo ⁽²³⁾.

Mas havia mais: havia o longo arrazoado do general Tavares em defesa da “república conservadora” (19.05.1890), o manifesto anódino de lançamento da União Nacional, no qual, sob o pálio do saudosismo, os velhos partidos da Monarquia estendiam, em casamento morganático, a mão esquerda aos dissidentes republicanos tratados em plano inferior (8.6.1890) ⁽²⁴⁾, os manifestos desta mesma União contra a fraude eleitoral nas eleições à Constituinte Federal (28.08.1890) e pela participação no pleito à Constituinte Estadual (01.01.1891), as proclamações de Assis Brasil em representação de sua trisarquia inepta (12.11.1891) e do Gen. Rocha Osório contra a Ditadura (nov. 1891), e aquele terrível libelo do mesmo Assis Brasil contra Castilhos, no qual enveredava caudalosamente pela linha das grandes explicações pessoais (19.12.1891)...

(21) Manifesto do Diretório do PRR, 12.2.1890.

(22) Manifesto do Visconde de Pelotas, 20.2.1890.

(23) Manifesto do Visconde de Pelotas, 11.2.1890.

(24) Ver nota no final do texto.

Agravava o quadro o fato de que governava o Estado com carta de corso, naquele março de 1892, Barros Cassal, político audaz, de inegáveis qualidades, mas cuja “mira fora sempre mais o brilho efêmero das aclamações que a exata compreensão dos deveres de homem público” no dizer salobro de Wenceslau Escobar (25), e que o castilhismo militante havia defenestrado de seu aprisco justamente por esta espécie desagregadora de estrelismo excludente.

É neste clima que se reúnem os castilhistas em Caseros e, antecipando-se em dezessete dias ao Congresso de Bagé, lançam, pela mão de Aparício Mariense, uma ata de unânime escolha da via armada para redimir o Rio Grande “entregue a um governo anárquico, inconstitucional e criminoso”, após ouvir o “centro diretor da Capital” (26).

Documento de cunho juramental e preparatório, que retomava com absoluta clareza prática e com laivos de carta reversal — **pacta sunt servanda** — a linha suicida da Declaração da Reserva, ele recenseava, com premonição alarmante, o elemento móvel de primeira linha para o confronto que se avizinhava. Assinavam-no, por isso mesmo, não os intelectuais do Partido, mas aqueles que seriam, na quadra sangrenta da revolução federalista, os melhores capitães republicanos.

Se bem examinadas as origens deste documento, exsurge cristalina a inspiração de Pinheiro Machado, na medida em que ele é quem fala sem evasivas a seus pares resenhando-lhes os fatos, e opina pela ação revolucionária em primeiro voto. Fazia, assim, eco a seu próprio apelo, externado em São Paulo, no primeiro dia do ano — “A República nos chama!”. Com este vagido nascera o “Movimento Reivindicador” (27), que agora retinha nos sabres adormecidos no contubérnio de Caseros.

Daí em diante não haveria mais meio termo. Barros Cassal, arvorado em legislador singular, adiou por duas vezes as eleições para uma nova “convenção rio-grandense”, golpeou quase simultaneamente o funcionalismo público, a liberdade de imprensa e a Justiça, extinguindo, desta, o seu Tribunal de Relação sob o fundamento de haver decidido com minoria defesa em lei e contar, entre seus pares, com notórios conspiradores castilhistas (28); promulgou-se provisoriamente uma Constituição írrita e nula; nasceu o Partido Federalista, que adotou, como bases primordiais, “a substituição da Constituição comtista do Estado” e o parlamentarismo atentatório ao Artigo Primeiro da Carta Magna da República e à sua “cláusula pétrea”, consubstanciada na tradição do Parágrafo Quarto do Artigo Oitenta e Cinco do Decreto nº 914A, de 23 de outubro de 1890, a chamada Constituição do Governo Provisório, e no Parágrafo Quarto do Artigo

(25) ESCOBAR, Wenceslau — Apointamentos para a história da Revolução de 1893. Porto Alegre, Globo, 1920, pp. 20-21.

(26) FRANCO, Sérgio da Costa, op. cit., p. 154.

(27) SILVA, Ciro. op. cit., p. 51.

(28) CAMÊU, Francolino e PEIXOTO, Artur Vieira — Floriano Peixoto — vida e governo. Brasília, EUB, 1983. pp. 217-218. Ver nota no final do texto.

Noventa da Constituição de 1891 (29); não havia mais governo, nem legitimidade, nem consenso; a linguagem empreendeu uma nítida ultrapassagem da eloquência adjetiva para o raciocínio substantivo, desprezando-se o efeito pelo conteúdo. O tempo era de urgência, e tanta, que urgentíssimo foi o telegrama que o general João Telles dirigiu a Floriano, em 2 de novembro de 1892, indicando o caminho do estado de sítio e do governo militar (30).

Ascendeu então, no bojo dessa imanência, a figura acostumada ao mando quirritário do general Tavares. Com ele bradando “às armas”, o anticastilhismo combatente emergiria, enfim, de seus quartéis de inverno para atravessar o Rubicão enxuto da Carpintaria (31). Líder bem menos ingênuo que seus iguais, coubera-lhe ensaiar o alardo por duas vezes. E, em ambas, mostrou de que era capaz, quer ao desencadear a instabilidade que desembocou no “governicho”, através da Circular de 8 de novembro de 1891 (32), com a qual monopolizou a ação civil de retaliação, quer ao operar a junção de Bagé, em meados de 1892, apenas conjurada transitoriamente pela pronta ação republicana e salva do desastre pelo célebre apelo de Silveira Martins, em 21 de junho deste mesmo ano.

Esgotada toda a capacidade dos textos em sustentar o embate político no campo do ecletismo conceitual, não havia mais elasticidade suficiente para pregar a tolerância — coisa que só se consegue com o tempo e após muito exercício. Chegara a vez dos cálamos repousarem, cansados da celeuma, e das armas se agitarem, elevadas a um nível de superioridade fatal... Era como se, exaustos aqueles de glosar por cinco anos a intransigência dos homens, somente estas pudessem ser terçadas para dirimir para sempre as dúvidas robustecidas pela razão dos manifestos. E isto equivalia a reduzir-lhes o vasto repertório, aqui apenas tangenciado, àquela fórmula crudelíssima e assaz delineada pela filosofia das Luzes enquanto prescrevia a passagem da selvageria à barbárie: “A letra com sangue entra” (33).

Tal parece ser o valor e o interesse deste tema, o qual, sem a modéstia de meios nos quais o limitou este expositor, merece ser tratado por quem mais o conheça e possa.

(29) Ver nota no final do texto.

(30) CABEDA, Corálio B. P. — Comunicação ao II Simpósio “Fontes da Revolução de 1893”. Bagé, outubro de 1990. Não publicada.

(31) Ver nota no final do texto.

(32) CAMÊU, Francolino e Peixoto, Artur Vieira. Op. cit., pp. 188-189.

(33) Ver nota no final do texto.

NOTAS

- (1) As sessões em que o PRR se reunia eram chamadas "periódicas", e se realizavam anualmente a partir de 1º de março, mas não de modo contínuo. Esta intermitência oferece grandes dificuldades quanto a um quadro completo e seguro sobre as datas, a pauta geral ou outros registros sobre tais reuniões.
- (3) As datas preferem o dia da assinatura ou da publicação ou da distribuição. Eis a lista desses quarenta e três documentos:
 - /8 a 10/1887 — Indicação Separatista de Júlio de Castilhos.
 - 13/ 1/1888 — Moção Plebiscitária de São Borja.
 - 21/ 3/1889 — Declaração da Fazenda da Reserva.
 - 16/ 11/1889 — Manifesto à Província do Rio Grande do Sul do presidente em exercício Justo de Azambuja Rangel explicando as razões de sua renúncia.
 - 16/ — Manifesto (em alemão) de Karl von Koseritz aos amigos e correligionários.
 - 19/ 11/1889 — Manifesto à Província do chefe conservador Paulino Rodrigues F. Chaves conformando-se com a Proclamação.
 - 19/ 11/1889 — Manifesto dos Três Joaquins (saído em "A Reforma" com o título "Nossa Posição").
 - 20/ 11/1889 — Manifesto de Karl von Koseritz aconselhando a seus correligionários sujeitarem-se à nova ordem.
 - 11/ 2/1890 — Manifesto aos concidadãos do Visconde de Pelotas ao deixar o governo.
 - 12/ 2/1890 — Manifesto ao Rio Grande do Sul do Diretório do PRR sobre a crise que redundou na renúncia do Visconde de Pelotas.
 - 20/ 2/1890 — Réplica do Visconde de Pelotas ao manifesto do PRR sobre sua saída do governo.
 - 8/ 5/1890 — Manifesto ao Rio Grande do Sul dos Republicanos sobre a crise do Banco Emissor.
 - 16/ 5/1890 — Manifesto em favor da República Conservadora de Francisco da Silva Tavares, vice-presidente do Estado.
 - 4/ 6/1890 — Manifesto ao País e aos camaradas de Júlio Anacleto Falcão da Frota, Carlos Machado de Bittencourt, A. Alves Pereira Salgado, Arthur Oscar, Vespasiano G. De Albuquerque e Silva e Tomás T. Flores, respondendo a Tavares.
 - 8/ 6/1890 — Manifesto ao Rio Grande do Sul da União Nacional.
 - 28/ 8/1890 — Manifesto da União Nacional ao País e ao Rio Grande do Sul sobre as eleições de setembro.
 - ?/ 9/1890 — Manifesto ao eleitorado republicano dos constituintes federais.
 - ?/ ?/1890 — Resposta ao manifesto dos constituintes republicanos por Antão de Farias e Demétrio Ribeiro.
 - ?/ 1/1891 — Manifesto ao Rio Grande do Sul do Diretório da União Nacional sobre as eleições.
 - 16/ 1/1891 — Protesto do Diretório da União Nacional contra a prisão do editor de "A Reforma".
 - 8/ 11/1891 — Circular do General Tavares sobre a mobilização de correligionários.
 - 12/ 11/1891 — Ata da Proclamação da Junta Governativa do Estado do Rio Grande do Sul.
 - 12/ 11/1891 — Proclamação de Assis Brasil em nome da Junta de governo e respectiva circular.
 - ?/ 11/1891 — Proclamação de Manuel Luís da Rocha Osório contra a Ditadura apelando a seus concidadãos militares brasileiros.
 - 13/ 11/1891 — Manifesto de Júlio de Castilhos ao Rio Grande do Sul contra o "governicho".
 - 17/ 11/1891 — Proclamação ao Estado da Junta Governativa ao deixar o governo.
 - 30/ 11/1891 — Manifesto ao Rio Grande do Sul de Ramiro Barcellos e Borges de Medeiros contra o golpe de Deodoro.
 - 19/ 12/1891 — Manifesto de Assis Brasil contra Júlio de Castilhos.
 - 12/ 1/1892 — Declaração do Visconde de Pelotas retirando-se da vida pública.
 - 21/ 1/1892 — Reconsideração do Visconde de Pelotas dirigida à União Republicana (?) sobre sua decisão de se retirar da vida pública.
 - 13/ 3/1892 — Ata de Caseros.
 - 2/ 5/1892 — Manifesto em "A Federação" de Aparício Mariense sobre seu retorno a São Borja para restabelecer a legalidade republicana.
 - 8/ 6/1892 — Manifesto de Barreto Leite ao povo rio-grandense no momento de deixar o governo.
 - 8/ 6/1892 — Manifesto ao Rio Grande do Sul do Visconde de Pelotas ao assumir o governo.
 - 21/ 6/1892 — Intimação de Barros Cassal ao Gen. Bernardo Vasques.
 - ?/ 6/1892 — Manifesto do Cap. Ten. Cândido dos Santos Lara ao povo da Capital.
 - 15/ 6/1892 — Protesto do Cap. Ten. Cândido dos Santos Lara.
 - 21/ 6/1892 — Apelo telegráfico de Silveira Martins a Tavares para depor as armas.
 - 23/ 6/1892 — Manifesto do Visconde de Pelotas ao deixar o governo. (-)
 - 4/ 7/1892 — Ata da dissolução das tropas de Tavares em Bagé.
 - 22/ 10/1892 — Manifesto de Apolinário Porto Alegre, Visconde de Pelotas e J. B. da Cunha Bittencourt ao Partido Federal.
 - ?/ 11/1892 — Boletim do PRR ao povo rio-grandense.
 - 5/ 2/1893 — Proclamação às armas do Gen. Tavares.

(-) Pode-se acrescentar aí o manifesto de Cassal aos porto-alegrenses.

- (7) Indicação Separatista de Júlio de Castilhos ao 5º Congresso. Versão de Francisco Miranda, op.cit.: "O Congresso, tomando conhecimento da agitação separatista que se manifesta em diversas Províncias, sem deixar de considerar a organização federativa como base essencial do programa do partido republicano, não repele o separatismo como um meio capaz de operar a realização da aspiração federalista, nem supõe que se deva combater a separação, quando esta se impuser por incompatibilidade de hábitos, aspirações e interesses entre os habitantes das Províncias distintas, ficando a Comissão Executiva autorizada a corresponder-se com a direção do partido republicano nas outras Províncias e a fazer pública esta manifestação no momento em que, segundo o seu critério, for julgado oportuno. Demétrio Ribeiro, Júlio de Castilhos, Homero Baptista, Alvaro Baptista".
- (11) "Mais de uma discórdia sobreveio na falange republicana. A primeira e mais importante, pelos méritos de seus promotores, — Demétrio Ribeiro e Barros Cassal —, emergiu antes mesmo do Estado organizado constitucionalmente. A segunda, chefiada pelos irmãos Álvaro e Homero Baptista, baseou-se nas mesmas razões da primeira. Os que a constituíram foram denominados "nórmicos". Origina-se a alcunha do fato de advogarmos, no manifesto político ao Rio Grande, o restabelecimento das antigas normas da fase da propaganda republicana para a escolha dos representantes do povo nas Assembléias políticas. Júlio de Castilhos havia tudo derogado para sobrepor ao pronunciamento de seus pares sua vontade imperativa e aviltante". (CARVALHO, Setembrino de. *Memórias — dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro, ed. autor, 1950, p. 35); "Lembro até uma coisa interessante à Câmara e é que o partido situacionista nos apelidou — nórmicos — porque, tendo nós lançado um memorável manifesto redigido pelo depois Deputado Homero Baptista, aí se dizia que a nova dissidência republicana surgia para restabelecer as normas e regras democráticas do partido republicano, que a sociocracia castilhista havia abolido." (MOACYR, Pedro. *Discursos Parlamentares*. Porto Alegre. Globo, 1925, pp. 383-384).
- (12) Felisbelo Freire, op. cit. p. 228, cita 27 localidades nas quais Silva Jardim fez-se ouvir sobre a Moção e, p. 243, informa: "A moção da Câmara de São Borja (...) modificada na forma, reapareceu em outras além da província de São Paulo. O governo mandou processar as Câmaras que assim procediam e novos protestos surgiram em meetings e ainda mais violentos. A questão chegou à Assembléia Provincial, em virtude de representação das câmaras, e ficou resolvido que elas tinham direito de votar tais moções e que nos termos em que o faziam não violavam as leis".
- (24) "Diz-se também casamento de mão esquerda, quando celebrado por ministro de confissão religiosa, porque o marido nobre, no ato de sua realização, oferece à mulher a mão esquerda, em lugar da direita." (NUNES, Pedro. *Dicionário de tecnologia jurídica* (II vol.) Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1961, p. 180).
- (28) Barros Cassal foi a figura central do anticastilhismo neste período de pouco mais de sete meses, chamado "governicho", em que Castilhos esteve fora do governo e o Estado imergiu na anarquia. Com o afastamento de Assis Brasil, em 1892, Cassal ficou absoluto; daí a afirmação de que se arvorara em "legislador singular", embora muitos atos discricionários tenham a assinatura do General Barreto Leite, que governou o Rio Grande até 3 de março de 1892, quando lhe passou o governo.
- (29) Sobre a "cláusula pétrea", ver em LAPA et alii, José Roberto do Amaral. *História política da República*. São Paulo, Papyrus, 1990, p. 142, e ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana* (Tomo I). Brasília, EUB, 1979, pp. 437 e sgs.
- (31) Para uma visão mais completa e atualizada das operações militares da Revolução de 1893, ver MARIANTE, Hélio Moro — "A Revolução de 1893 na consolidação da República". in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* n.º 126. Porto Alegre, 1990, pp. 93-115.
- (33) A propósito dos estágios da filosofia das Luzes, ver in FURET, François — *A oficina da História*. Lisboa, Gradiva, s/d. pp. 201-203. A frase citada, segundo PICÓN-SALAS, Mariano — *De la Conquista a la Independencia*. México (DF), Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 85, é de Dom Pedro Guzmán de Maraver, bispo de Oaxaca.

ASPECTOS MILITARES DA CAPITANIA E PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Hélio Moro Mariente

No panorama sócio-cultural brasileiro o Rio Grande do Sul, por sua origem, formação e passado de lutas, ocupa lugar de destaque no cenário da comunidade nacional.

Estrategicamente posicionado por sua localização no meridião do domínio português na América do Sul é a unidade federativa brasileira com a maior fronteira viva, pois todos os seus núcleos populacionais, povoados, vilas e cidades, lindeiros com o Uruguai e com a Argentina encontram, vis-a-vis, uma réplica irmã.

O Brasil já tinha conhecida e povoada grande parte da costa brasileira e mesmo algumas áreas interiores, de Laguna para o norte, quando este trato de terra meridional passou a integrar a então Colônia Portuguesa, em 1737, com a fundação do Presídio Jesus, Maria e José, onde hoje se encontra a cidade de Rio Grande, pelo brigadeiro José da Silva Paes. A esse bastião lusitano foi adjudicada a funcionalidade de importante ponto de apoio logístico às operações da Colônia do Sacramento fundada em 1680.

Até então a vila de Laguna era o baluarte mais ao sul das plagas lusitanas nas Américas. A ereção do forte do Santíssimo Sacramento bem defronte a Buenos Aires foi o fulcro de uma luta secular entre as gentes da Bandeira das Quinas e as do Pendão de Castela.

Ao espaço físico ocupado pelo Rio Grande do Sul no período compreendido de 1680 a 1801, desde a fundação da Colônia do Sacramento até à conquista do território das Missões à margem esquerda do rio Uruguai pelos portugueses, os historiadores costumam denominar de TERRA DE NINGUÉM, em virtude das constantes flutuações das fronteiras oeste e sul.

Inúmeros Tratados, Acordos e Pactos, entre Portugal e Espanha, influíram nos limites dessa fronteira do vaivém, sendo os mais importantes os de Tordesilhas (1494), por seus efeitos até o século XIX e os de Madri e de Santo Ildefonso, respectivamente em 1750 e 1777.

O referido espaço representou o sofrido papel de pára-choque entre as duas poderosas coroas, que porfiavam pela posse desse importante trato de terra sul-americano.

Fastos e gestas decorrentes das ações guerreiras, bem como os resultantes dos acordos conseguidos pelas diplomacias das nações em litígio, enobrecem as histórias pátrias dos digladiantes.

Invasões e contra-invasões, batalhas, combates, escaramuças, de parte a parte, agitaram campos e coxilhas, quer em solo brasileiro, quer em terras uruguaias e argentinas.

A posse da terra, sua conservação, a sobrevivência da família e a garantia dos bens, representavam, no somatório dos interesses individuais, o domínio dessa importante área territorial pelo estado português.

Palco de acontecimentos bélicos quase que ininterruptos naquele então, era natural que o homem aí nascido e criado se impregnasse de um forte e permanente espírito guerreiro.

A própria vida pastoril, então a principal e quase única ocupação, semelhava a vida castrense. Vida de campo, vida de guerra, escreveu Dionélio Machado. A estância antiga lembrava uma caserna e, como nesta, uma hierarquia bem definida, do peão ao estancieiro. A lide campeira se afigurava uma operação militar, com seus serviços de ordens, buscas, cavalgadas e lutas. Os rodeios pareciam combates, não lhes faltando, sequer, o sabor das escaramuças, nos apartes das reses mais indóceis, nas marcações, castrações e curas do gado. As tropeadas modelavam-se às marchas das colunas militares. Para sua proteção mantinham um dispositivo símile ao das forças armadas, com um perfeito serviço de segurança na ponta, nos lados e no coice, vanguarda, flancoguardas e retaguarda militares. Durante o descanso da tropa um regular serviço de ronda, subdividido em quartos, idêntico ao procedimento de uma força guerreira.

Fato comum nesses prístinos tempos o de um estancieiro compor um contingente com seus homens e colocá-lo à disposição das autoridades. Cavalos, armas, munições e alimentação, tudo à sua conta e risco.

Souza Docca, escreveu:

“A defesa da terra mobilizou todos os homens, os submeteu à disciplina militar, fê-los cruzar o território em todas as direções e, assim, ampliou-lhe os horizontes, deu-lhes uma visão panorâmica da Capitania e da província, incutiu-lhes a noção clara dos interesses comuns e dos benefícios da solidariedade, despertou-lhes, intenso, o amor à Pátria, demonstrou-lhes as vantagens do poder público, criou a unidade de pensamento e formou a sociedade sul-rio-grandense, coesa e homogênea”.

Releva acentuar-se que, desde a fundação oficial do Rio Grande do Sul em 1737 até à proclamação da independência em 1822 todos os governantes, sem uma exceção sequer, foram militares!

Grande número de cidades tem origem militar, oriunda de um acampamento, de uma guarda, de um forte, de um posto, de um armazém de provisões, ou de um posto militar com finalidades aduaneiras.

Toda essa gama de acontecimentos chamou a atenção de ilustres viajantes estrangeiros que perlustraram nosso território, legando-nos preciosas informa-

ções e importantes exegeses, em relatos nos quais expendem seus pontos de vista a respeito do que viram e sentiram nas suas andanças por estes pagos.

De países diversos e de profissões e culturas variadas, com suas experiências e conhecimentos, com maior ou menor “animus elogiandi”, registraram paralelismos ou contrastes, entre a já vetusta cultura européia e a nascente americana.

Devemos levar em conta que todos analisaram os fatos com olhos europeus, muito embora se note até um certo esforço de alguns para compreender determinadas facetas dos hábitos americanos, para eles completamente desconhecidos. Por isso, não raro, enxergam o singular e o pitoresco em fatos absolutamente comuns e normais para as gentes destas bandas.

Sem dúvida deve ter-lhes causado estranheza a miscigenação americana, com brancos, negros e aborígenes mesclando-se constantemente.

Na primeira metade do século XIX vários viandantes estiveram no território do atual Rio Grande do Sul, em efêmera passagens uns, outros em mais demoradas estadas. Destacamos quatro deles, que nos deixaram registros de interesse para a nossa história.

São eles, o inglês John Luccock, os franceses Arsenne Isabelle, Nicolau Dreys e Auguste Saint-Hilaire, que, no que respeita à temática deste estudo, assim se manifestaram:

JOHN LUCCOCK, comerciante inglês, esteve dez anos na América do Sul, dos quais cerca de ano e meio na então Capitania de São Pedro do Rio Grande, no exercício de atividade comercial, com sede na vila de Rio Grande de São Pedro.

Suas impressões encontram-se na obra *NOTES ON RIO DE JANEIRO AND THE SOUTHERN PARTS OF BRAZIL, TAKEN DURING A RESIDENCE OF TEN YEARS IN THAT COUNTRY FROM 1808 TO 1818*.

Desse volume foi publicado um excerto em 1935, por ocasião das comemorações do centenário farroupilha, com o título de *ASPECTOS RIO-GRANDENSES*, edição Record. Rio de Janeiro. 1936. Tradução de Nelson C. de Mello e Souza. Faz parte da Coleção Biblioteca Histórica.

Em linguagem simples, relata suas impressões colhidas nos lugares onde mais se demorou. Esteve, também, na Argentina e no Uruguai.

Eis o seu registro no que interessa ao nosso tema:

“Ao desembarcar em S. Pedro uma sentinela conduziu-nos ao Governador D. Diogo de Souza por quem muito urbanamente fui recebido. Tendo examinado meu passaporte e ciente de que eu era estrangeiro, mandou, por uma praça, vir o coronel D’Elbeux, cavalheiro que servira em nossa Marinha e a quem pediu me apresentasse aos seus conterrâneos e a algumas pessoas distintas”.

.....
“Na zona Norte da cidade corre uma ruazinha nova que vai ter à única defesa da cidade a que, tolerantemente, chamam O FORTE, mais adequado a reprimir uma insubordinação que a rechazar uma investida inimiga.

Assentado sobre um monte arenoso e artificial, os flancos forrados de torções, tem no cimo uma plataforma cercada por peitoril de terra com ameias para seis canhões.

Aí há, também, um posto de sinalização, que anuncia o aparecimento de navios, quando ainda fora da Barra e o número dos que tenham entrado durante a noite”.

Acentua a importância do governador, então um general:

“O aparecimento do Governador pelas ruas anunciava-se com tambores ao som dos quais o povo acorria à frente das casas para cumprimentá-lo. Era um homem alto, magro e simpático e orçaria por cinquenta anos. Usava o uniforme de general e dava a impressão de ser pessoa experimentada.

Ressalta o espírito de disciplina reinante, não só no meio militar, como com reflexos no mundo civil:

“Em nenhum ponto da região tinha eu visto aquelas mostras de força, prudência e disciplina. Na banda oriental do Prata não lobrigara uma só sentinela, e os poucos soldados trajavam miseravelmente, com péssima equipagem. No Rio Grande, ao contrário, os homens d’armas estacionavam, bem municiados, junto ao Palácio do Governo, no cais e nas proximidades de todas as repartições públicas. A continência militar era corretamente feita e mui elegantemente respondida pelos oficiais, inclusive o coronel D’Elbeux que, com muita polidéz, me fez ver convinha os civis se descobrissem quando passassem por uma sentinela visto como, em serviço, ela era um representante do Soberano”. (Fls. 24/25)

Relata que todo cidadão podia ser chamado a servir quer no exército, quer na guarda nacional ou na milícia, quando escreve:

“Do que ficou dito poder-se-á concluir que a atividade militar estava respeitavelmente organizada em S. Pedro. A cidade é uma verdadeira guarnição e o Governante Comandante em Chefe. Tem sob suas ordens dois Regimentos de Infantaria, pertencendo um ao Rio Grande e o outro, o mais aguerrido, a São Paulo.

Há, ainda, um corpo de cavalaria e um regimento de milícia. Todo cidadão do lugar é reservista de um desses corpos. Considerável força, em sendo preciso, pode concentrar-se em pouco tempo. A guarda nacional e a milícia poderiam ser deficientes em tudo, menos em número. No campo surgiam com laços e aprisionavam o inimigo com destreza que não saberiam exhibir no uso de um mosquetão”. (Pg. 30).

ARSÈNE ISABELLE — (Louis Frédéric Arsène Isabelle). Nasceu no Havre — 1807. França. Faleceu na mesma cidade em 13.01.1888.

Viajante francês. Pelos idos de 1830 esteve na América do Sul, visitando a Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil.

É autor de uma vasta bibliografia. No que diz respeito a este trabalho escreveu “VOYAGE A BUENOS AIRES ET A PORTO ALEGRE, PAR LA PROVINCE DE RIO GRANDE DO SUL”.

Transitou em nosso território cerca de oito meses, de 9 de novembro de 1833 até julho de 1834, entrando por Uruguaiana, visitando esta cidade, Itaqui e São Borja, permanecendo na região cerca de dois meses. Após esteve em Alegrete, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente, Santa Maria, Cachoeira, Rio Pardo, São Francisco de Paula, (atual Pelotas), São José do Norte e Rio Grande. Deste porto marítimo regressa para o Prata.

Eis as suas impressões em nossa temática:

“ITAQUI. Esta Vila é a segunda guarda brasileira, vinda do Salto. Há um comandante militar, dependendo de S. Borja... (Pág. 12)

“SÃO BORJA. As autoridades e os comerciantes principais vivem nas antigas casas dos índios; o comandante militar ocupa o colégio.” (pág. 16)

“SÃO VICENTE (atual General Vargas). Passamos pelo lugarejo São Vicente. Uma capela, umas vinte famílias de índios guaranis dirigidas por um tenente brasileiro, dependendo da comandância de São Borja, formavam a população”. (Pág. 26).

“SÃO LEOPOLDO. As autoridades são brasileiras: compõem-se de um juiz de paz, dando audiência uma vez por semana, e de um comandante militar”. (Pág. 13).

Tece considerações gerais sobre a província. Destacamos:

“Todos andam armados, em viagem, de uma longa espada como no tempo da conquista e de um par de pistolas, penduradas no cinturão, que leva uma pequena cartucheira.” (Pág. 64).

“Quanto ao caráter dos rio-grandenses rescente-se naturalmente do gênero de trabalho ao qual estão inclinados; é cavalheiresco como o dos orientais e paulistas; suas longas contendas com os argentinos os tornaram guerreiros, e deram, mais de uma vez, provas de coragem, quando, por acaso, fossem comandadas por generais experimentados. São certamente com os paulistas, os melhores cavaleiros do Brasil.

São, igualmente, amigos das instituições livres e estusiastas das causas dos povos.” (Pag. 84).

Ao examinar a situação geral dos países por ele visitados, no tocante aos militares é de parecer que a arma de infantaria deveria ser convertida em cavalaria, entusiasmando-se com o tratamento dispensado ao cavalo pelos homens dos pampas.

Ao examinar o papel representado pelos portugueses e brasileiros nas lutas pela posse do território, não nos concede um lugar muito simpático na história.

NICOLAU DREYS — Nasceu em Nanci, França, em 21 de julho de 1781 onde fora funcionário público e militar. Os acontecimentos políticos de sua pátria em 1815 levaram-no a emigrar.

Viveu no Brasil 26 anos, de 1817 a 1843, como viajante comercial. Residiu no Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Em nosso território esteve de 1817 a 1828.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de janeiro de 1843.

Escreveu “NOTÍCIA DESCRITIVA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL”, donde extraímos os seguintes excertos atinentes a este estudo, não sem antes registrar o seu pendor para tecer considerações de estratégia militar, talvez resquícios de seu tempo de funcionário militar em sua pátria:

“PORTO ALEGRE — Considerado em relação com a ciência da guerra, Porto Alegre é uma posição militar respeitável, o que se pode facilmente deduzir dos detalhes topográficos que temos expendido; bastam algumas obras de campanha para o preservar de um assalto repentino, e bem se verificou este teorema nos últimos acontecimentos (Revolução Farrroupilha). Na época do primeiro sítio, apenas 300 homens de tropas regulares se achavam na cidade para guarnecer as trincheiras, servir as baterias, e cooperar em suma para o sistema de defesa geral; todavia, o exército inimigo, numericamente muito superior, auxiliado por uma artilharia formidável, consumiu-se em ataques infrutuosos: resultado que facilitou a força natural do lugar, bem que poderosamente ajudada pelo valor da guarnição e pelos talentos do general”. (Pág. 102).

“RIO PARDO — Pode-se dizer que o comércio é florescente, ou pelo menos assim estava, antes que a guerra levasse ali o luto e a desolação”. (Pág. 103).

“PIRATINI — É de supor que os dissidentes do Rio Grande se determinaram, ao princípio, a escolher para sua capital a vila de Piratinin, em razão da conveniência de sua situação topográfica nas circunstâncias atuais, e, com efeito, além de estar num território onde se podem achar algumas posições militares, ela está ainda por sua distância de Porto Alegre e dos outros pontos de união das forças legais, bastantemente afastada da base das operações para não ser envolvida inopinadamente na esfera dos movimentos espontâneos da guerra; acrescente-se a isso que, do lugar em que se assenta, ela comanda de um lado a porção mais rica da província que é o terreno das charqueadas entre o rio Pelotas e o de Santa Bárbara, podendo fazer nelas excursões de cavalaria em poucas horas; ao mesmo tempo que, do outro lado, se aproxima do rio Jaguarão para onde podiam os dissidentes retirarem-se no caso de revés”. (Pág. 110).

“RIO GRANDE — A cidade de Rio Grande está encostada ao NE, ou para melhor dizer, encosta-se a ela um torrão, que chamam FORTE, sobre o qual colocaram algumas peças de artilharia muito próprias para hostilizar o inimigo que se apresentasse da parte do mar, porém desprovidas do mesmo grau de utilidade contra um ataque intentado do lado oposto, isto é, pelo terreno que une ao S. a península às terras continentais; todavia, em seguimento dos acontecimentos da guerra presente, o sistema de defesa local tem admitido inovações metódicas melhor calculadas para coadjuvar a coragem experimentada da guarnição e dos habitantes.” (Pág. 114)

“PELOTAS — A freguesia de S. Francisco de Paula (atual Pelotas), nome primitivo da cidade, subsistindo ainda entre o vulgar, deve sua criação a Dom Diogo de Souza, governador e capitão general do Rio Grande, o qual, na volta de sua campanha no Uruguai, em 1815, formou ali um acampamento

a que acudiram logo alguns mercadores que foram os primeiros povoadores.” (Pág. 116).

“CAÇAPAVA — Caçapava adquiriu ultimamente uma triste celebridade pela capitulação de uma divisão do exército da legalidade, e tomou agora nova vida com a presença das autoridades centrais dos insurgentes do Rio Grande.” (Pág. 124).

“CERRITO — (Atual Jaguarão). “... mais abaixo desse último rio (Jaguarão) ergue-se a freguesia do Espírito Santo do Cerrito, no cume de uma eminência cujo declive continua com suavidade até às águas do rio. Ambos os lugares (Bagé e Cerrito) pouco têm de notável; fora da circunstância de sua posição na extrema fronteira que confina com os estados independentes de Sul América; a povoação do Cerrito, a saber: a parte superior que encerra os quartéis, os armazéns e a casa do comandante, está fechada com estacas que podem servir para preservá-la das correrias de patrulhas inimigas.” (Pág. 126).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

“A posição topográfica do Rio-grandense (sic) tem-se de contínuo conservado com as armas na mão desde o princípio da colonização, e o tem constituído em estado de guerra quase permanente, pois que até hoje a paz não tem sido para ele, em tempo algum, senão um armistício mais ou menos duradouro. Daí devia necessariamente seguir-se a introdução de costumes bélicos a que alguns sucessos, obtidos nas guerras precedentes, acrescentaram certa opinião de superioridade individual que harmoniza com as predileções patrióticas de que acabamos de falar; o certo é que as guerrilhas do Rio Grande, empregadas contra o estrangeiro nessas guerras, adquiriram uma reputação de firmeza e de coragem que o inimigo mesmo não desconheceu. A coragem do Rio-grandense é fria e perseverante: acostumado desde a infância a ver correr o sangue, a morte, com suas formas hediondas e a cada passo reproduzindo-se a seus olhos, já não lhe pode causar espanto, assim como também a vida parece ter perdido alguma coisa de seu preço.” (Págs. 151/152).

SAINT-HILAIRE — Agostinho Francisco Cesar Provençal de Saint-Hilaire. Adotou o nome de AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE.

Nasceu em Orleans, França, em 04.10.1779, tendo falecido na mesma cidade em 30.09.1853.

Naturalista e escritor, editou inúmeras obras, principalmente sobre botânica.

Entre 1816 e 1822 percorreu grande parte do território brasileiro, tendo visitado, também, o Uruguai e o Paraguai.

Esteve no Rio Grande do Sul cerca de oito meses, de 05 de junho de 1820 a 1º de outubro desse ano e de 26 de janeiro a 18 de junho de 1821.

Seu livro VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL é considerado a melhor obra de estrangeiro a respeito da província meridional do Brasil.

Respeitante ao assunto deste estudo, são inúmeras suas observações referentes ao militarismo e ao espírito militar dos sul-rio-grandenses.

Destacamos:

Ingressando em nosso território por Torres, no dia 5 de junho de 1821, registra em seu Diário:

“... chegamos a um forte, cuja construção está sendo ultimada neste momento e junto ao qual se acha o alojamento dos soldados do posto e do alferes que os comanda.” (Pág. 12).

“Porto Alegre, 22 de junho. Acompanhado do Major João Pedro, fui ao palácio para apresentar meu passaporte ao general (Conde de Figueira) e entregar-lhe as cartas de recomendação que trazia”.

“... Este, depois de examinar meus documentos, falou-me com muita delicadeza e me ofereceu cavalos, empregados e hospedagem no palácio. Agradei-lhe muitíssimo, retirando-me instantes depois. O Conde de Figueira pertence a uma das mais antigas casas de Portugal.” (Pág. 29)

No registro de 27 de junho comenta largamente a respeito das dificuldades por que estava passando a província, com o soldo dos militares muito atrasado. Critica a desonestidade dos chefes militares “acostumados a tirar proveito da desordem reinante nos serviços de abastecimento da tropa”. (Pág. 32).

Informa que na fronteira da capitania encontram-se cerca de 3.000 homens, compostos de milicianos da região e de uma legião de paulistas, os quais,

“há vinte e sete meses não recebem soldo, e há três anos que vivem apenas de churrasco, sem pão, farinha e sal. A ração de cada homem é de quatro libras de carne por dia (cerca de 2 quilos), e apenas se alimentam das partes mais gordas e carnudas do animal. Os oficiais comem fígado com carne, como se fosse pão”. (Pág. 32/33).

Importantes suas observações registradas no dia 10 de julho:

“Por haver sido esta Capitania, durante muito tempo, teatro de guerra, o governo militar empregou aqui mais força que nas outras províncias. Os habitantes acostumaram-se a suas irregularidades, e cada um comete, por sua vez, injustiças e humilhações que recebem, suportando-as com menos sofrimento quando por elas atingidos.

O regime militar age melhor do que a morosidade da administração ordinária de homens pouco instruídos, que vivem uma vida ativa, montados sempre a cavalo e possuindo todos os costumes dos povo semicivilizados. Nesta Capitania, os homens são considerados pelas suas patentes militares, e os funcionários civis e os juizes não gozam da menor consideração. Evitam-se as formalidades da justiça, e o general é nomeado árbitro em quase todas as questões. O caráter pessoal e a integridade do conde, comparados à venalidade comum dos juizes, devem ter contribuído, também, para inspirar essa confiança. (Pág. 39)

Em suas anotações do dia 1º de agosto, já na região do hoje município de São José do Norte, mais precisamente na Estância do Barros, registra o grande poder enfeixado nas mãos dos capitães-gerais, escrevendo:

“Os capitães-gerais representam o Rei em suas Capitanias e se acham investidos dos mais amplos poderes. Sua autoridade é ao mesmo tempo militar, administrativa e judiciária, não havendo nenhum posto acima deles. Contudo esse cargo é temporário, pois quando deixam as Capitanias, perdem-no, reassumindo o cargo que tinham antes. Disse-me o Conde da Figueira haver proibido ao cura de Porto Alegre enterrar cadáveres na igreja.” (Pág. 53).

No registro dia 19 de agosto, já em Rio Grande, comenta, com abundância de detalhes, a contemporização adotada pelo general Lecor, comandante das forças portuguesas no sul do Brasil.

“Não se pode negar ao exército português-europeu valor e experiência, mas ele não tinha o mínimo conhecimento da região e devia se tornar inútil em meio a uma guerra de partido que tomava caráter particular quanto aos hábitos totalmente estranhos aos europeus. Como poderiam, por exemplo, os soldados europeus sujeitar-se a viver unicamente de carne sem sal, farinha e pão? Como precisassem de outra alimentação, era necessário que o exército fosse acompanhado de considerável bagagem, o que lhe impedia de agir com a indispensável rapidez. Os caçadores, acostumados às guerras de escaramuças, foram, em toda a divisão, a tropa de que se tirou mais partidos; mas a cavalaria, obedecendo manobras muito exercitadas, não tinha o hábito de montar cavalos semi-selvagens, nem de se deslocar continuamente, para poder opor-se à de Artigas.” (Pág. 72).

Ainda encontrando-se em Rio Grande, em 13 de setembro, tece longas considerações a respeito do comportamento face à guerra na Europa, entre estados europeus e na América, entre os americanos. Ouçamo-lo:

“Quando um dos Estados europeus está em guerra, todas as suas províncias fornecem soldados e, por consequência, se a nação entra em luta, toda ela se torna beligerante. No Brasil tal não se verifica: a fronteira meridional deste país, há muito tempo, não goza senão de curtos intervalos de paz; mas, à exceção de algumas tropas enviadas de São Paulo e Santa Catarina, todos os soldados que lutaram contra a Espanha são naturais da Capitania. Nenhum recrutamento foi realizado nas províncias do Centro e do Norte. Disso resulta que, enquanto os hábitos desta Capitania são militarizados, os habitantes das outras províncias caem gradativamente na inércia, na indolência.”

Após dizer que as demais províncias brasileiras deveriam ter o espírito militar das gentes sul-rio-grandenses, adita:

“Esta Capitania, de qualquer modo, seria uma espécie de escola para as outras, dotada, então, de atividade, espírito militar e deste sentimento nacional que a guerra faz sempre nascer.” (Pág. 88)

Em registros de 1.º de outubro e de 5 do mesmo mês, em sua passagem pelos fortes de São Miguel e de Santa Tereza, hoje em território uruguaio, ressalta a excelência da localização dos mesmos.

Daí entra no Uruguai, onde permanece até 28 de janeiro. Retornando ao Brasil a 26 de janeiro de 1821, tendo entrado por Quaraí, a 22 de fevereiro encontra-se em São Borja que, segundo sua ótica

“... este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do comandante da província, onde está acantonado o regimento de guaranis e a casa do coronel do regimento de milícias, do qual há sempre um destacamento na aldeia.” (Pág. 276).

A seguir, em anotações de vários dias, descreve, com detalhes o regimento de guaranis, bem como o soldado nativo, assim por ele descrito:

“Os soldados guaranis têm muito boa aparência e manobram com precisão. Geralmente mais sensíveis que os homens de nossa raça às modulações da música, indicam o compasso, quando marcham, por uma cadência bem marcada. Em armas se parecem singularmente aos cossacos regulares, e o Conde da Figueira, admirado por essa semelhança, melhorou-a ainda, dando-lhes uniforme azul com golas vermelhas, mais ou menos talhados do feitio dos cossacos. Os guaranis apresentam, contudo, traços menos grosseiros e membros menos carnudos que os soldados do Don.” (Págs. 178/179).

Em sua obra, Saint-Hilaire registra inúmeras outras considerações a respeito do militarismo no Rio Grande do Sul.

Em sua despedida do nosso território, navegando pela Lagoa dos Patos, nas alturas de Três Irmãos, no dia 21 de junho de 1821, entra em longas considerações a respeito da situação do Brasil, depois de afirmar ser um inconveniente o poder absoluto dado aos capitães-generais, principalmente após haver o soberano fixado residência em nosso país, afirmando que

“... imprimiram uma administração colonial a um país que não era colônia. Cada capitania tornou-se uma espécie de “pachalick”, onde o capitão-general continuava a usufruir de um poder absoluto e podia, a seu bel-prazer, reunir em si todos os poderes.”

Mais adiante, prossegue:

“Já tive oportunidade de expor alguns inconvenientes desse sistema militar; isso pode trazer graves conseqüências a esta capitania. Como os corpos que dela dependem são quase inteiramente formados por homens da região, a guerra necessita de enormes verbas, proporcionando também grandes fortunas; constituiu-se aqui uma espécie de aristocracia de família, embaraçosa para os capitães-generais e perigosa para a tranquilidade dos cidadãos”. (Págs. 376/77).

Concluimos estas apreciações de estrangeiros à temática que nos propuzemos, transcrevendo um trecho da carta de José Garibaldi a Domingos José de Almeida: “*Quando penso no Rio Grande, nessa bela província, quando recordo o acolhimento com que fui recebido no grêmio de suas famílias; quando me lembro das minhas primeiras campanhas entre os vossos valorosos concidadãos e dos sublimes exemplos de patriotismo e abnegação que deles recebi, sinto-me*

verdadeiramente comovido. E este passado da minha vida se imprime na minha memória como alguma coisa de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico!"

Bibliografia

- ASPECTOS SUL-RIOGRANDENSES.** John Luccoch. Tradução de Nelson C. de Mello de Souza. Record. Rio de Janeiro. Imp. Emp. Gráf. Revista dos Tribunais. São Paulo. 1935
- VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL.** Arsene Isabelle. Tradução de Dante de Laytano. Museu Júlio de Castilhos. 1946.
- NOTÍCIA DESCRITIVA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DO SUL.** Nicolau Dreys. Introdução e Notas de Augusto Meyer. Instituto Estadual do Livro. Of. Gráf. da Livraria do Globo. Porto Alegre — RS. 1961
- VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL** Augusto de Saint-Hilaire. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Pub. da ERUS. Ed. por Martins Livreiro Editor. Porto Alegre. RS. 1987.
- ACHEGAS DO ARQUIVO DO AUTOR.**

IATES NA NAVEGAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Raphael Copstein

Os sessentões que na mocidade que, percorreram a maior laguna brasileira, a bordo do pontual CRUZEIRO ou em um dos muitos ITAS ou ARAS que, impontualmente, por ali navegaram, devem lembrar-se da paisagem.

Na imensidade da LAGOA DOS PATOS viam-se aqui e ali, durante a viagem Rio Grande-Porto Alegre, os iates. Eram veleiros levados habilmente com auxílio dos ventos a destinos pré-fixados.

Não era só na grande laguna que as velas conduziam homens e coisas quando o vento já perdera o seu tempo. Encontravam-se também, iates na MIRIM e, anteriormente, ainda no ATLÂNTICO.

Daquele mundo de pequenos navegantes e navios restam mudos testemunhos visuais em antigas pinturas e fotos, em não mexidos arquivos, em reduzidas notícias de jornais, na memória de velhos marinheiros e nas reminiscências de juventude, há muito perdidas de eventuais viajantes.

O pretendido é reviver, em algumas folhas, parte daquele passado. De per-meio, ficará uma demonstração de apreço por uma atividade jamais homenageada e a quem o Rio Grande deve algo do seu progresso.

A aplicação do vapor às embarcações foi tirando das águas, balandras, brigues, barcas, escunas, lúgares, patachos, polacas, sumacas e outros veleiros cujas dominações, como as citadas, foram desaparecendo da memória popular. Os iates foram os últimos a sucumbir. A resistência deveu-se a adaptação a condições peculiares que as grandes lagunas propiciavam. A navegação mais avançada foi a causa menor de sua ruína.

Não se localizou notícia sobre quando se deu o aparecimento dos iates em águas rio-grandenses. **O Regimento pelo qual se há de governar o oficial comandante da Guarda do Porto, o qual manda observar o Sr. Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho**, datado de 1744, cita sumacas, lanchas, catraias, faluas, bargantins, (SIC) balandras e escunas, donde presume-se serem estas, então, em Rio Grande, as embarcações mais comuns. A falta de referência a iates não atesta o desuso. Provavelmente, estariam considerados em "outras embarcações". Que eram conhecidos no sul do Brasil, alguns anos depois, não há qualquer dúvida. **O Mapa das embarcações de Sua Majestade Fidelíssima que servem nesta Praça da Colônia com todos os seus pertences**, datado de 25 de março de 1760, constante na História Naval Brasileira, registra o iate SÃO JOÃO BA-

TISTA. na mesma obra dois anos após, verifica-se a saída, da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro, do iate SÃO JOSÉ em busca de reforços.

A mais antiga referência a esse tipo de embarcação, em águas gaúchas, encontrou-se em Betamio que andou pelo Rio Grande após a expulsão dos espanhóis. Em sua **Notícia Particular do Continente do Rio Grande**, datada de 1780, no sub-título Despesas pela Fazenda Real — Folha Militar, Marinha, atribuiu 924\$000 (novecentos e vinte e quatro mil réis) “as praças do Iate MADRE DE DEUS”.

É de se conjecturar, portanto, que antes de 1780 os iates passaram a integrar a paisagem das águas rio-grandenses. É preciso, porém, levar em conta serem as citada embarcações, militares. Não foi esta a função que os consagrou no Rio Grande.

A importância dos iates na vida regional advem da expansão das charqueadas cuja atividade foi essencial à economia riograndense. Posteriormente, o escoamento da produção de outras fontes de trabalho da região sul-provincial aumentaram-lhe o destaque.

No início do século passado, as duas grandes lagoas: LAGOA DOS PATOS E LAGOA MIRIM já era velejadas por estas embarcações. Testemunha a afirmação, Domingos José Marques Fernandes ao referir-se a rios da Capitania, cita os iates em duas oportunidades:

O mesmo Rio Grande no ponto em que recebe o rio de São Gonçalo, forma com este uma enseada que tem mais de duas léguas de largura; esta é cômoda a todas as embarcações que sobem do mar e da barra por ter bom fundo e ser abrigada aos ventos do Sul. As mesmas embarcações que de ordinário são bergantins e sumacas, ali descarregam e carregam as fazendas, que descem pelo Rio de S. Gonçalo em HIATES^(*) que navegam facilmente até entrarem na Lagoa Mirim; e dela passam a entrar em alguns dos vários rios que nela desagüam.

O primeiro dos rios, que entra no de S. Gonçalo da banda do Norte, é o Rio de Pelotas,...). O mesmo rio de Pelotas dá navegação a HIATES^(*) quatro léguas até cinco e tem origem no alto da serra dos Tapes.

Por este informe, percebe-se ter o iate uma função intermediária, isto é, servia para baldeação e era também, apropriado à navegação do S. Gonçalo, sempre, de difícil singratura.

Luccock o comerciante inglês, sócio da firma William Lupton, de Leeds que andou pelo Rio Grande em 1809 deixou o seguinte trecho relacionado com as embarcações referidas:

Do último dos rios citados [Rio Grande] HIATES^(*) de cinquenta a setenta toneladas de carga passam pelo São Gonçalo para a Lagoa Mirim; daí pelo Jaguarão acima, cuja foz é o grande **rendez-vous** das embarcações provenientes de todos os pontos da Lagoa e donde se distribuem gêneros por todo o fértil território que lhe fica a oeste.

(*) Não destacado no original.

Não era apenas o sul da Lagoa dos Patos e a ligação para a Mirim a área da trajetória dos iates. Um ano antes de Luccock, Manoel Antônio de Magalhães no seu **Almanaque da Vila de Porto Alegre** diz que Porto Alegre conta:

com belíssima ponte d'alfândega (...) onde podem descarregar HIATES(*) e sumacas (...).

No primeiro decênio de oitocentos, as águas lagunares, de Porto Alegre a Jaguarão, eram percorridas por iates conduzindo riquezas e fazendo transbordos no porto do Rio Grande.

Saint-Hilare (1820) confirma o grande tráfego desses barcos no São Gonçalo. Viajou neles de Porto Alegre a Rio Grande e em duas oportunidades destaca a importância dos iates na última vila, como recebedores das mercadorias dos veleiros que ali não podiam atracar.

Da mesma época são os registros de Gonçalves Chaves sobre o grande movimento de mercadorias entre a Capital, Rio Grande, São Francisco de Paula (Pelotas), Serrito (Jaguarão).

O francês Nicolau Dreyz que por aqui andou quando da Revolução Farroupilha, fala da melhoria do porto rio-grandino graças a iniciativa de seus comerciantes e calcula a frota de iates em circulação na Província, entre 100 a 120 unidades.

Não difere muito a situação descrita em 1849 pelo Senador José Saturnino da Costa Pereira. Os navios continuavam a ancorar em São José do Norte e as mercadorias seguiam em iates para as margens do São Gonçalo onde Pelotas tornara-se centro redistribuidor além de sediar charqueadas.

A circulação entre Rio Grande e Jaguarão deveria prestar-se a fraudar o fisco sempre voraz que se movimentava em complicada legislação tributária. É o que se depreende do edital baixado pelo inspetor da Alfândega do Rio Grande, José Joaquim de Freitas em março de 1848, a seguir transcrito:

Faço saber aos despachantes, patrões de HIATES(*) e de quaisquer outras embarcações que navegam entre o porto dessa cidade e o da vila do Norte para Jaguarão, que de ordem da tesouraria da Fazenda, que me foi comunicada em portaria nº 79, com data de 1º do corrente, as embarcações que seguirem por ali com carga, deverão trazer um certificado do coletador declarando-se neste a descarga ali feita sem cujo documento não serão admitidos despachos na 2ª viagem depois da primeira visto que esta ordem principia agora a ter a devida execução.

A citação nominal de iates é medida da sua importância.

O comércio com o **Uruguai** através da **Mirim** ficou proibido pelo Tratado de Limites de 1853, mas, segundo Mulhall

(...) embora de vez em quando um barco carregado de telhas ou madeira de Jaguarão ou Pelotas possa ser visto subindo o Sarandi ou Taquari que são navegáveis por muitas milhas.

(*) Não destacado no original

Não eram apenas as mercadorias citadas por Mulhall as conduzidas do ou para o **Uruguai** pela **Lagoa Mirim**. As comunicações por essas águas que pertenciam, naquela época, apenas ao Brasil dependiam de licença especial como a registrada na imprensa em 10 de fevereiro de 1877:

A Presidência concedeu licença ao Dr. Pio A. da Silva para fazer navegar para Sebolaty e Taquari, portos do Estado Oriental na Lagoa Mirim, os iates IMPERIAL PEDRO e COELHO II a fim de conduzirem o produto de sua chaqueada.

A navegação lagunar não era a única praticada pelos iates, no século passado. Em 9 de dezembro de 1849, os jornais de Rio Grande anunciavam a saída para **Montevideu** “com gado em pé”, do iate PONTA DA AREIA de 76 toneladas. Trinta mil laranjas foram embarcadas para **Montevideu** no iate PAQUETE DE PELOTAS em 21 de dezembro de 1852. O “Diário do Rio Grande” anunciou a saída do iate DAMIÃO levando 100 sacos de farinha para o **Rio do Prata**. Não especifica qual, mas deveria ser farinha de trigo. Para **Maldonado**, foi o iate AMÉLIA, 39 toneladas, carregando “vários gêneros”, em fevereiro de 1861. O AMÉLIA pertencia ao Barão de São José do Norte, Eufrásio Lopes de Araújo que teve grande destaque na vida econômica da cidade do **Rio Grande**.

De **Santa Catarina** também procediam iates. O VELOZ, naufragado na costa do **Albardão** trazia farinha de mandioca e résteas de alho para Rio Grande.

A importância crescente dos iates na vida comercial do sul da Província é atestada pela concorrência feita, sob patrocínio da Associação Comercial de Rio Grande, em 1855, para mediante empreitada, abrir o CANALETE DOS IATES.

(...) da Macega em direção ao canal do Norte (...).

o referido canaleta deve ser aberto a rumo de NESW no comprimento de 2500 palmos, 200 de largura e 11 de profundidade nas marés baixas (...).

O período correspondente à Guerra dos Farrapos não foi nada favorável à navegação em geral. Na melhor das hipóteses, o número de iates estimado por Dreys não diminuiu, mas, na segunda metade do século, quando a navegação a vapor percorria as lagoas, a frota desses veleiros aumentou sensivelmente. Garimpando falas e relatórios dos Presidentes provinciais foi possível organizar a tabela 1.

(*) Não destacado no original.

Tabela 1 — Iates em trânsito

ANO	UNIDADES
1853	199
1860	247
1861	365
1862	255
1864	256
1867	267
1869	232
1871	233
1873	231
1875	237

Fonte: Relatórios e Falas Provinciais

Os dados da tabela nº 1 apresentam oscilações de difícil explicação. O referente ao ano de 1861 não será devido a deficiência de coleta? nem sempre se pode saber se incluem ou não iates de cabotagem e iates estrangeiros. Em 1862 entraram na barra do **Rio Grande** três dessas embarcações e saíram duas. Eram nacionais. No segundo semestre de 1862 passaram a barra 19 iates e só um rompeu o ano em **Rio Grande**. Estrangeiros, chegaram à Cidade-Marítima, seis e saíram, barra-fora, dez.

Os números referentes a iates que transpuzeram a barra mostram o amplo emprego desses navios na navegação interior.

Nos fins do século passado, uma tolerância governamental com a navegação praticada por barcos estrangeiros, em águas brasileiras, afetou os serviços das embarcações nacionais dirigidas para a cabotagem e para a navegação interior. Em **Rio Grande** a crise ensejou a fundação do **Club Naval Rio-Grandense**, de duração efêmera. O Clube, fundado em Rio Grande, em 1896, foi uma resposta à concorrência desleal atribuída aos barcos estrangeiros que navegavam nas lagunas.

O problema não era novo. Em 1873, o governo imperial permitiu, mediante concessões especiais, prática de cabotagem a barcos de outras nações. Com a República, a Constituição de 1891, pelo artigo 13 garantia essa navegação apenas aos nacionais. Na prática, porém, o estipulado no art. 13 da Lei Maior não funcionava a contento. Os armadores do sul do Estado queixavam-se das vantagens outorgadas aos alienígenas. Uma eram legais outras não. Com isso prejudicavam-se os filhos da terra conforme se lê em **Navegação de Cabotagem**, opúsculo editado pelo **Club Naval Rio-Grandense**.

A publicação transcreve inúmeros editoriais do jornal **Eco do Sul**. Neles o articulista diz que a não aplicação do princípio constitucional poderia justificar-se em outras regiões brasileiras, não na realidade vivida pelo **Rio Grande do Sul**. Aqui, os navios da **Sueda-merikanische**, além de penetrarem nas águas

lagunares, ferindo a lei, não deixavam nada no país. Trazendo da Europa todo o material exigido pela conservação dos barcos, utilidades necessárias à vida de bordo, incluindo a alimentação, não gastavam um tostão nestas bandas. Os custos decorrentes dessas despesas eram menores do que os pagos pelos nacionais, pois estavam isentos de impostos oneradores dos barcos gaúchos. Prolongava-se a queixa denunciando o comércio de parte das mercadorias trazidas para o consumo próprio sob complacência das autoridades governamentais. Era uma forma peculiar de contrabando. Junto a esses inconvenientes reais percebe-se uma maior eficiência dos denunciados.

As conseqüências da “invasão estrangeira” às águas interiores rio-grandenses foram nefastas à frota de iates. Os proprietários desanimados abandonavam as embarcações que necessitavam consertos dispendiosos. O quadro nº 1 relaciona os iates que deixaram de trafegar por não poderem compensar os gastos com obras exigidas.

Quadro 1 — Iates saídos de circulação — 1895

DENOMINAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES	
1 Aberto	30 Oriente
2 Alfredo	31 Pacífico
3 Anibal	32 Palmeiras
4 Aquidabã	33 Papagaio
5 Atevido	34 Pacote
6 Ave Maria	35 Pacote Monique
7 Barão do Jacuí	36 Passaritan
8 Boa Vista	37 Pelotense
9 Carolina	38 Pirai
10 Deus te Guie	39 Pocrane
11 Dois Amigos	40 Porto Alegre
12 Dom Luiz	41 Primavera
13 Espada	42 Profeta
14 Espírito Santo	43 Protegido
15 Flor do Arroio	44 Providência
16 Flores da Praia	45 Rocambole
17 Fortes	46 Santa Bárbara
18 Fortuna	47 Santa Cruz
19 Glória	48 Santa Vitória
20 Graças	49 Santos
21 Harmonia	50 São Domingos
22 Hermínia	51 São José
23 Herval	52 Sempre-Viva
24 Itajaí	53 Taipas
25 Jaguarão	54 Três de Julho
26 Maria Francisca	55 Triunfo
27 Memória	56 Tucano
28 Novo Memória	57 Ulisses
29 Lídia	58 Ventura

Organizado com dados extraídos de “Navegação de Cabotagem”

Cinquenta e oito embarcações foram retiradas no penúltimo quinquênio do século passado. Foi o princípio de uma longa decadência desse tipo de navegação.

As despesas de um iate eram altas. Alegavam os proprietários que aqui a tripulação não se sujeitava às **condições miseráveis dos que vêm da Europa**. Parece haver exagero na afirmativa. O Império não estava tão longe e, na sua vigência, parte das tripulações nacionais eram escravas, alugadas ou não.

O quadro nº 2 esclarece os custos que oneravam os nacionais sem atingir os concorrentes. Estes estavam sujeitos apenas a direitos de entrada e ao pagamento do passe de 200 réis quando em viagem para outros portos.

Quadro 2 — Despesas anuais — 1895

Iate de 100 toneladas	
Despesas	Mil Réis
Imposto do cais	30\$000
Imposto de Indústrias e Profissões	25\$000
Imposto de Carga de 7000 arrobas	70\$000
Imposto Municipal	5\$000
Idem para expor no cais	360\$000
Imposto/Alfândega	23\$220
Direitos de Doca	20\$000
Cais de Pelotas	20\$000
Salário de Mestre	1:800\$000
Idem Contramestre	960\$000
Idem 4 tripulantes	3:360\$000
Idem cozinheiro	960\$000
Custo da Alimentação	5:880\$000
Materiais navais	3:000\$000
Serviço de calafate, carpinteiro, etc	4:000\$000
Seguro	800\$000
TOTAL	21:313\$220

Organizado com dados extraídos de "Navegação de Cabotagem".

Devido as múltiplas desvalorizações da moeda brasileira, torna-se difícil avaliar, qual seria, hoje, o poder aquisitivo do quantum correspondente às despesas de manutenção de um iate de 100 toneladas, há um século. Para ter no de comparação, mesmo precário, obteve-se, através de anúncios, valores de iates no passado. O GERENTE foi adquirido, em 1893, por dezoito contos de réis pela firma Assumpção Cia. Em 1901, o TEMERÁRIO, em hasta pública alcançou seis contos e vinte e cinco mil réis. Em 1910 o cidadão Manoel Pereira de Carvalho comprou um desses barcos por dez contos de réis. Com esses valores, pode-se inferir que as despesas anuais de um iate grande suplantavam o custo de aquisi-

ção de um pequeno. Os menores, seguramente, tinham menos tripulação e conseqüentemente, menos gastos.

Com a relação dos iates em tráfego em 1895 foram organizados os quadros de nºs 3, 4 e 5. Os dois primeiros definem precisamente as rotas dos componentes. O último, com maior número de embarcações, abrange rotas mais variadas: **Camaquã**, **Lagoa Mirim** e outras não indicadas na fonte. No total os barcos somavam 154 unidades o que mostra, comparativamente a 1873, uma redução de 35% na frota.

O cotejo das tabelas revela que a rota **Rio Grande-Porto Alegre** ocupava um número de embarcações correspondente ao dobro da **Rio Grande-São Lourenço**. Esta transformou-se na principal rota nos últimos sessenta anos de existência desta navegação. A de **Rio Grande-Porto Alegre** desapareceu engolida pela concorrência da navegação a vapor.

Com o surgimento e expansão da cultura do arroz irrigado (1905), os iates aumentaram a freqüência para as bocas do **Camaquã** e passaram a atracar em **Tapes** que surge com a rizicultura. O fenômeno repetiu-se na **Lagoa Mirim**.

Quadro 3 — Rota Rio Grande — Porto Alegre — 1895

I A T E S	
1 Abreu	26 Gravataí
2 Acácia	27 Granja I
3 Adolfo	28 Guaíba
4 Agradecida	29 Ipiranga
5 Álvaro	30 Itaquí
6 Amazonas	31 Jaguareense
7 Anibal	32 Janota
8 Brilhante	33 Jeni
9 Cacique	34 José I
10 Camponês	35 Maricá
11 Conde de Porto Alegre	36 Monteiro
12 Coelho II	37 Moreira
13 Democrata	38 Olga
14 Diligente	39 Olinda
15 Doca	40 Oliveira
16 Dom Afonso	41 Oriente
17 Dom Luiz	42 Rio Douro
18 Dona Ignes	43 Sant'Ana
19 Dona Lisbela	44 Santo Antônio
20 Dona Lúcia	45 São Francisco de Paula
21 Dona Rachel	46 Salvador
22 Escuna	47 Simpatia
23 Federal	48 Taquari
24 Frank	49 Viamão
25 Gerente	50 Voluntários da Pátria

Fonte: Navegação de Cabotagem

Quadro 4 — Rota Rio Grande — São Lourenço — 1895

I A T E S

- 1 Ajudante
 - 2 Arlindo
 - 3 Beija-Flor
 - 4 Bismarck
 - 5 Boa Sorte
 - 6 Bojuru
 - 7 Capão do Meio
 - 8 Colônia
 - 9 Dá cá
 - 10 Dois Amigos
 - 11 Esperança
 - 12 Hermínia
 - 13 Humberto I
 - 14 Ida
 - 15 Itajaí
 - 16 Juvino
 - 17 Leonel
 - 18 Netuno
 - 19 Novo Capão do Meio
 - 20 Novo Dois Irmãos
 - 21 Olga
 - 22 Ponciano
 - 23 Realidade
 - 24 Romeu
 - 25 Silva
 - 26 Urú
 - 27 Vencedor
 - 28 Vitória
-

Fonte: Navegação de Cabotagem

Quadro 5 — Diversos Destinos — 1895

I A T E S		
1 Adelaide	27 Dona Julieta	52 Novo Bitú
2 Almirante	28 Dorinha	53 Novo Carlota
3 Arthur	29 Dorvalina	54 Novo Feliz
4 Ave	30 Dois Amigos	55 Novo Recreio
5 Bardo	31 Dois Irmãos	56 Oliveira
6 Benguela	32 Encarnação	57 Palpite
7 Bernadino I	33 Farol	58 Patriota 1º
8 Bernadino II	34 Feliz Destino	59 Patriota 2º
9 Bernadino III	35 Flor do Rio Grande	60 Pompeu
10 Bernadino IV	36 Flor de Tapes	61 Prontidão
11 Bolívia	37 Gará	62 Portimão
12 Brasil	38 Guasque	63 Prazeres
13 Carolina	39 Indiano	64 Providência
14 Carolina I	40 Iris	65 Recreio
15 Casa Nova	41 Jave	66 Rio Ave
16 Ceci	42 Jovem Pelotense	67 Rosa
17 Cecília da Graça	43 Juncal	68 Rosina
18 Celeste	44 Leonídia	69 Santa Gemina
19 Conceição	45 Macafa	70 São João
20 Correio	46 Machado	71 São Pedro
21 Correio 2º	47 Maria Carolina	72 São Torquato
22 Cruzeiro	48 Maria das Dores	73 Silveira
23 Desengano	49 Martins	74 Social
24 Despique	50 Menino Deus	75 União
25 Destino	51 Nova Vida	76 Vileta
26 Dona Bela		

Fonte: Navegação de Cabotagem

A partir de 1900 há dificuldade de encontrar dados sobre o número de iates em trânsito. A consulta a relatórios da Intendência Municipal de Rio Grande propiciou a organização da tabela 2. Ela não reúne todos os barcos existentes, apenas os ali registrados.

Tabela 2
Iates

ANO	UNIDADES
1906	82
1907	117 (')
1909	85
1910	81
1918	66
1919	78 ('')

(') O dado é exagerado.

('') Iates e lanchões

O dado referente a 1907 destoa do conjunto. Leva a crer ou a existência de erro por excesso ou incluir outras embarcações a semelhança do que ocorreu com o referente a 1919. A última alternativa é a mais plausível.

No conjunto, a tabela 2 demonstra uma redução do número de iates. O fenómeno explica-se pelo natural avanço da navegação a vapor que inclusive eliminou a rota para **Porto Alegre**.

Dois documentos municipais trazem elementos sobre o panorama dessa navegação interior à vela, nos anos a que se referem. São, o de São João Batista de Camaquã, **Mensagem do Intendente José Domingues de Carvalho Bastos ao Conselho Municipal e o Relatório do Intendente de Jaguarão**, Major Domingos Soriano, ambos de 1926.

Do primeiro citado, extraiu-se um rol de 39 iates que aportavam no Município, distribuídos nos quadros seis e sete. Do último colheu-se os dados para organizar o de número nove.

Quadro 7 — Iates que aportaram no Velhaco (Arambaré) — 1924

NOME	TONELAGEM	PROPRIETÁRIO
1 Anibal	70	Antônio Pedone
2 Camponês	80	Frontino
3 Conde de Porto Alegre	100	Oscar Ritter
4 Cristal	100	Américo Lima
5 Dois Irmãos	45	Américo Lima
6 Dom Carlos	20	Américo Lima
7 Dorabela	50	Júlio Pinheiro
8 Frank	50	Américo Lima
9 Gravataí	75	Ricardo Tavares
10 Herval	50	Antônio G. Vianna
11 Itaqui	50	Cel. Pedro Osório
12 Julieta	60	Antônio Pedone
13 Machado	60	Júlio Moreira
14 Oliveira	40	Arno Eyler
15 Oriente	120	Cel. Pedro Osório

Fonte: São João Batista de Camaquã — Mensagem (...) Intendente José Domingos de Carvalho Bastos — 1926

Quadro 8 — Iates entrados e saídos de Jaguarão — 1924

NOME
1 Anibal
2 Dois Amigos
3 Frank
4 Gaúcho
5 Julieta
6 Rosita
7 S. Roberto
8 Urú

Fonte: Município de Jaguarão — Relatório apresentado em 20 de setembro de 1925 (...) pelo Intendente Major Domingos Soriano Rodrigues.

Quadro 6 — Iates que carregavam e descarregavam no Rio Camaquã — 1924

Nome	Ton.	Calado Palmos	Proprietário	Residência Proprietário
1 Aliado	50	8	João Duarte	S. Lourenço
2 Aliança	50	8	Otávio Silva	Camaquã
3 Antonieta	25	5		Pelotas
4 Bom Amigo	30	5	Albino Nunes	S. Lourenço
5 Bismarck	30	6	João G. da Cunha	S. Lourenço
6 Cacique	50	8	Bernardo Padilha	S. Lourenço
7 Capão do Meio	30	6	Vva. C. Helms	S. Lourenço
8 Cristóvão Pereira	75	8	Vva. C. Helms	S. Lourenço
9 Doca	70	9	Hildeb. Centeno	Camaquã
10 Dois Irmãos	45	6	Ludgero Pereira	S. Lourenço
11 Encarnação	35	7	J. Antônio Vieira	S. Lourenço
12 Hermínia	25	6	Antônio G. Faria	Camaquã
13 Leopoldo	23	5	Leopoldo Dias	S. Lourenço
14 Mustarda	50	7	Jacinto Silveira	R. Grande
15 Nova Carlota	60	6	Guilherme Timm Cia.	S. Lourenço
16 Novo Ajudante	50	8	Vva. Carlos Helms	S. Lourenço
17 Oceano	25	6	Gervásio Colares	Camaquã
18 Passos	50	8	Leonídio Martins	Camaquã
19 Primavera	25	6	Boav. Ferreira	Camaquã
20 Rival	20	6	Joaquim Ferreira	S. Lourenço
21 Rosina	56	7	Hildeb. Centeno	Camaquã
22 Sant'Ana	60	7	Minoti Gentili	Pelotas
23 São João	25	5	Francisco Faria	Camaquã
24 Silveira Martins	50	8	Arno Eyler	S. Lourenço
25 União	40	7	Abrelino L. Santos	Camaquã

Fonte: São João Batista de Camaquã — Mensagem (...) Intendente José Domingues de Carvalho Bastos — 1926

Esses quadros não devem incluir todos os iates que navegavam em 1924 mas abrangiam, sem qualquer dúvida, a maior parte deles. A comparação dos quadros sete e oito mostra que três iates, nesse ano, freqüentaram tanto o Velhaço (atualmente Arambaré) como Jaguarão. É de se presumir uma maior repetição em outros anos. Quando do término da navegação por iates, alguns, dos que constituem os quadros citados, haviam sido substituídos por outros. Também houve mudança de proprietários.

Os quadros seis e sete permitem calcular a proporção de iates grandes e pequenos. Para isso são considerados como grandes, os de 40 toneladas e mais. O critério baseia-se no fato de que estes possuíam um tripulante a mais do que os de tonelagem inferior.

Dos 40 iates que formam os dois quadros, onze, ou 27,50% dessas embarcações eram pequenas, 18, ou seja, 45% do total, compreendiam barcos entre 40 e 60 toneladas, inclusive.

O sustento da navegação praticada pelos iates se fazia à custa do transporte de produtos agropecuários.

Não há quase documentação que descreva e quantifique o conduzido anualmente pela frota. Não havia obrigatoriedade, ao menos nos últimos anos, quando os iates não se dirigiam mais ao estrangeiro, de emitir guias de despacho e se havia não se cumpria. Papéis que porventura tivessem sido recolhidos à Alfândega de **Rio Grande** foram destruídos junto com os arquivos dada falta de responsabilidade com que se trata a documentação no país.

As mercadorias levadas aos portos platinos não deveriam avultar na atividade iatista e nem os iates eram os únicos veleiros a dirigir-se àquelas plagas.

Na navegação interior, e não é demais frisar, havia grande adaptação dos iates às condições locais de navegabilidade, o que lhes permitiu, apesar dos percalços, resistirem por meio século.

Saint-Hilaire anotou que o seu hospedeiro, Gonçalves Chaves, enviou a **Rio Grande** um iate carregado de carne seca. Pinçando a esmo, na imprensa, sem preocupações quantitativas, e sem grande abrangência temporal, pode-se ter um panorama qualitativo das mercadorias transportadas. A notícia do naufrágio do **GENEROSO FELIZ** no **Diamante**, em abril de 1857, informa que a carga era constituída de couros; o naufrágio, em maio do ano anterior (1856), do **CABO PELOTAS**, ancorado em **São José do Norte**, devido ao mau tempo, permitiu salvar os 719 couros salgados perdendo-se o sebo e a carne.

Duas cargas acompanharam os iates até os últimos dias, a lenha e o carvão vegetal. Era uma forma inteligente de transportar combustível pobre sem queimar petróleo importado.

Saint-Hilaire assinalou dois carregamentos de lenha no iate que o conduziu em sua última viagem de Porto Alegre a Rio Grande. Conta o sábio francês que em virtude de calmaria nas proximidades de **Porto Alegre** e posteriormente, devido a ventos desfavoráveis em **Bojuru**, o Mestre mandou a tripulação cortar lenha nas proximidades e carregou-a para vendê-la em Rio Grande. Em outra passagem o autor registra Camaquã como fornecedor de lenha. Ainda no século passado há diversos testemunhos da imprensa sobre transporte de combustível. O naufrágio, no **Mosquito**, do iate **CACIQUE**, proveniente da Capital, em novembro de 1854, foi noticiado com o detalhe da carga: carvão e lenha. O **PROTETOR**, em outubro de 1866, foi a pique na altura do **Diamante**, onde fundeara para carregar lenha.

No século atual a lenha que os iates traziam para aquecer os fogões de Pelotas e Rio Grande já não provinham mais das colônias próximas à Capital. A **Serra do Sudeste** era a fornecedora através das áreas colonizadas de **São Lourenço**, hoje do Sul, e de **Camaquã**.

Sobre a comercialização e transporte da lenha em **Camaquã** colheu-se interessante descrição que inclui um tipo de navegação primitiva já desaparecida.

O corte procedia-se nas terras mais altas e os toros eram transportados para as margens do rio. Amarrados uns aos outros formavam uma balsa que descia o **Camaquã** até os chamados **Portos de Lenha**. Estes eram trapiches pertencentes a armazéns situados a beira-rio, onde os moradores das redondezas encontravam as mercadorias que não produziam. A balsa ancorava no trapiche, era vendida ao armazeneiro que a desmanchava e a machado transformava os toros em achas. Estas eram vendidas e transportadas pelos iates, ao local de consumo onde eram serradas antes de ir para o fogão.

A lenha viajava no convés da embarcação. O mesmo não ocorria com o carvão. Conduzido à granel, no porão, era ensacado no destino. Eram fornecedores de carvão as áreas coloniais. O proveniente de **Porto Alegre** era oriundo das colônias de **São Leopoldo**. Com a fundação de **São Lourenço do Sul** esta colônia tornou-se abastecedora do sul do Estado. Apesar da importância do carvão vegetal, o que avultava na exportação lourenciana era a batata cuja cultura atingiu ali grande desenvolvimento.

Uma relação de preços dos produtos coloniais vendidos pelos iates no cais de **Rio Grande**, em janeiro de 1910, revela muitos dos transportados e os respectivos valores de venda.

Quadro 9 — Produtos coloniais — cotação nos iates — 1910

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO/MIL RÉIS
Banha	Arroba	13\$000
Batatas	saco/35kg	2\$800
Carvão	saco	1\$300
Charque	Arroba	10\$000
Farinha comum	saco	5\$500
Farinha especial	saco	8\$000
Feijão preto novo	saco	9\$000
Idem de cor	saco	10\$000
Lenha	cento	de 3\$000 a 7\$400
Manteiga	Kg	2\$500
Milho	saco/50Kg	5\$500
Ovos	dúzia	de \$990 a 1\$200
Peito de ganso	Unidade	1\$200
Porco em pé	Kg	\$700
Toucinho	Kg	1\$000

A diferença de preços da lenha explica-se pela qualidade. A chamada lenha vermelha era, sempre, muito mais cara do que a lenha branca.

O quadro não abrangeu todos os produtos trazidos pelos iates. Eles transportavam, ainda, das colônias, capoeiras, com galinhas, queijos, frutas, origone de pêssego, mel, cera, etc.

Houve modificações na forma de acondicionamento de alguns produtos conduzidos pelos iates. No mês de março de 1902, os proprietários desses barcos que negociavam cereais, em **Rio Grande**, anunciaram ter resolvido “de comum acordo, vendê-los todos ensacados, abandonando, assim, o antigo sistema de serem vendidos os mesmos artigos em envoltórios”.

Não se pôde distinguir o pretendido pelos proprietários ao substituir **envoltórios** por sacos.

Se a área da pequena propriedade, servida por iates, fornecia carga dos chamados produtos coloniais, as de criação, como as de **Camaquã** (que também fornecia lenha), **Jaguarão** e **Santa Vitória do Palmar** eram responsáveis pelos derivados da pecuária. Em **Santa Vitória** embarcava, principalmente a lã. Quando o município tornou-se produtor destacado de arroz, a navegação da **Lagoa Mirim** praticamente havia desaparecido. **Jaguarão** escoava charque, graxa e couros. **Camaquã**, charque, couros e mais tarde arroz. **Tapes** teve no arroz o principal embarque. Do lado oriental da **Lagoa dos Patos**, a riqueza transportada era a cebola produzida em **Mostardas**; **São José do Norte**, **Pelotas** e **Rio Grande** constituíam-se em centros intermediadores dessas produções.

Houve também outras cargas que apareciam com menos constância. Em meados do século passado o iate **PARECI** oferece a venda de cal em **Rio Grande**. O **OLIVEIRA**, naufragado em julho de 1865, carregava tijolos. Nos últimos anos de navegação, os iates transportaram material de construção. Inusitada foi a concorrência aberta pela Capitania dos Portos de **Rio Grande**, em 1874. Nela solicitava-se dois iates para transporte de carvão de pedra para **Porto Alegre**. Durante a Segunda Guerra Mundial, a cerveja da Companhia Sul-Brasil de **Pelotas** vinha de iate para **Rio Grande**.

Como carga de retorno às áreas de produção, os iates levavam querosene, gasolina em latas, arame, ferramentas, café torrado, açúcar, sal entre outros manufaturados.

Com exceção de **Rio Grande**, não havia embarcadouros organizados e mesmo na Cidade Marítima, os locais reservados aos iates não contavam com aparelhagem mecânica para carga e descarga. O braço humano, constituído, pelos marinheiros da tripulação e eventuais contratados, nas imediações, eram os descarregadores dos navios e os ensacadores do carvão a granel. Quando a legislação trabalhista obrigou a utilização da estiva organizada na descarga desses veleiros, instalou um dos furos que fez essa navegação sossobrar.

Tapes e **Arambaré** possuíam trapiches onde os barcos atracavam e os serviços de carga e descarga era facilitados. Em **Mostardas**, o procedimento era diverso. As résteas de cebola, armazendas em precários barracões, ficavam a espera dos iates. Quando estes chegavam, encostavam, lá onde existiam, nos trapiches. Onde não os havia, a carga era posta em carros puxados por juntas de bois ou por cavalos. Os veículos entravam na água da Lagoa até onde era possível sem prejudicar a mercadoria. Dali era passada para a lancha — um pequeno barco, menor do que uma canoa, movido por dois remos, que acompanhava

obrigatoriamente cada um dos iates. Da lancha a cebola era transportada para o iate. Em viagens normais, o carregamento levava mais tempo do que o gasto no percurso. Em **Santa Vitória do Palmar**, o transporte da lâ obedecia a procedimento semelhante.

O período médio de carga e descarga da embarcação variava. Em **Rio Grande** não passava de oito horas, em outros atracadouros poderia durar até dois dias.

Em **Rio Grande**, três locais serviam para o acostamento. Um, conhecido como a **praia**, situava-se atrás do mercado, possuía cais. Era um velho local de atracação em frente do qual era permitida a exposição e comércio de mercadorias. Em janeiro de 1874, o Conselho Municipal pretendendo regularizar o que ali descarregavam os iates, baixou a seguinte resolução:

Que o fiscal do mercado não consinta que se faça depósito de lenha e materiais nos fundos do edifício do Mercado, podendo somente conceder arrendado do mesmo, sessenta palmos na frente do lado leste, em linha reta da estacada até a praça Municipal, 200 achas de cada iate.

A regulamentação não teve cumprimento fiel. Ao menos nos últimos anos da navegação desses barcos, as mercadorias eram depositadas tanto à face norte como à leste do mercado e muito mais do que duzentas achas de lenha ficavam expostas em pilhas.

Os produtos em exposição, no calçamento por trás do cais, eram protegidos contra a intempérie. O carvão, a lenha e as batatas eram cobertos por lonas. Ovos, carne de porco, mel, etc. eram guardados em caixas coletoras dotadas de tampas e cadeados.

À noite havia guarda para proteger o depositado. Os armazéns, que antes da era dos supermercados, pululavam em cada uma das esquinas da cidade velha do Rio Grande, ali abasteciam-se dos produtos coloniais.

A oeste do Mercado, à Rua Chaves Campelo, para onde davam fundos as firmas exportadoras de cebolas, ficava o **Rincão da Cebola**. Ali — em trapiches naquele tempo não havia o cais hoje existente — atracavam os iates vindos de **Mostardas, São José do Norte, Bojuru, Tavares, Capão da Marca, Capão do Meio** para entregarem os bulbos enresteados que, acondicionados em caixas de pinho, eram exportados.

No cais existente atrás do armazém da Estação Marítima, encostavam os iates da firma armadora M. Elichirigoyti. Ali descarregavam a cerveja pelotense antes referida. Os iates da firma C. Timm Cia de **São Lourenço**, que tinham representação em **Rio Grande**, também usavam esse cais.

O iate **PARECI**, já citado, atracou no Beco do Afonso. Nesse local, foi a única informação colhida.

Quando entravam na área portuária, os iates faziam o transbordo de gêneros de exportação, diretamente para os navios de cabotagem. No caso, utilizava-se a aparelhagem do navio para recolher a carga. O mesmo poderia ocorrer nos casos de importação como informa esta notícia de maio de 1905:

À tarde devido ao forte WSW de tufões que soprava, o iate Conde de Porto Alegre, que recebia carga de bordo do vapor Rio Negro encostado a este vapor alemão, rebentou as amarras e foi garrar na praia de São José do Norte.

Quanto às formas de propriedades, os barcos em estudo, apresentavam diversidade. Havia iates conduzidos pelo proprietário, que, também, era mestre. Ocupava-se unicamente com fretes. Recebiam as mercadorias a serem transportadas e as entregavam nos destinos sem ter qualquer envolvimento com a comercialização. O **ÁGUIA** pertencente a Albino Nunes de Almeida, registrado em **São Lourenço do Sul**, era um exemplo. Carregava produtos coloniais de **São Lourenço do Sul** para **Rio Grande**, na safra, buscava cebolas nas áreas de produção. Outros iates pertenciam a firmas que negociavam com produtos coloniais. Os iates trabalhavam apenas para as proprietárias. A firma João Jobim Duarte, de **São Lourenço**, possuía ali um armazém com mais ou menos 600m², onde depositavam os produtos coloniais que adquiriam e remetiam para **Rio Grande** ou para **São José do Norte** em iates próprios. Pertenceram-lhe os iates **ALIA-DO**, 60 toneladas, **PERI**, 30 toneladas, **AJUDANTE**, 30 toneladas e **SANTA GEMINA**, 30 toneladas. A firma, ao mesmo tempo, só foi proprietária de duas embarcações.

Em **Rio Grande**, ficava o sócio **Marcílio Pedro da Silveira** encarregado de comerciar o remetido pela firma. Certas mercadorias tinham até clientes preferências. As galinhas eram, geralmente adquiridas pela Santa Casa do Rio Grande. Porcos vivos, pelo Frigorífico Anselmi. Outros produtos eram vendidos na praia. Algumas viagens transportavam apenas batatas destinadas à exportação. Neste caso, os iates encostavam nos navios de cabotagem atracados no porto e faziam o transbordo utilizando instrumentos auxiliares dos navios. Para a firma **Agostinho Petrone** de **São José do Norte**, costumavam fornecer lenha e carvão. Esta era uma viagem direta de **São Lourenço do Sul** a **São José do Norte**.

Carlos Helms Cia, fundada na sede do município de **São Lourenço do Sul**, dedicada ao comércio de produtos coloniais era, em 1926, proprietária dos iates: **CAPÃO DO MEIO**, **CRISTÓVÃO PEREIRA** e **NOVO AJUDANTE**. O **CAPÃO DO MEIO** não navegava mais nos anos 50. Havia sido substituído pelo **REX**.

Menotti Gentilini de **Pelotas**, casa dedicada a vários ramos comerciais era proprietária do **SANTANA**, na segunda década do século. Com ele buscava arroz na área de **Camaquã** para o engenho da firma em **Pelotas**.

O **ITAQUI** e o **ORIENTE** pertenciam ao Coronel **Pedro Osório** (Tabela 9) cuja firma dedicava-se a atividades de charqueada e a cultura de arroz no município de **Pelotas**.

Américo Lima de quem não se pode determinar o interesse, era proprietário, de uma frota de quatro iates (Quadro 9) que aportaram no **Velhaco** em 1924. É de presumir-se que se dedicava a transporte.

Hildebrando Centeno, proprietário dos iates **DOCA** e **ROSINA**, possuía na **Barra do Camaquã** a Fazenda do Brejo onde se dedicava à pecuária, orizicultura e fabrico de charque. Os iates ocupavam-se, principalmente do transporte da

produção da firma ou de mercadorias que a mesma necessitava.

O deslocamento dos iates, nas diversas rotas, apresentava dificuldades ligadas a fenômenos meteorológicos. Em várias oportunidades, mostrou-se, através de noticiário da imprensa, exemplos de efeitos prejudiciais devidos a intempéries. Era preciso ter em conta os caprichos dos ventos ou das tempestades.

Sendo o vento o propulsor dos iates, da sua favorabilidade ou não, dependia a maior ou menor duração da viagem. Também a correnteza poderia ser fator positivo ou negativo. As viagens, assim, não poderiam ter duração previsível. A tabela apresenta a duração média das consideradas normais.

Tabela 4
Iates — Duração normal de viagem

ROTEIRO	Propulsão	
	Vela Horas	Motor Horas
Rio Grande/Pelotas	6	4
Rio Grande/São Lourenço	8	6
Rio Grande/Camaquã	12	10
Rio Grande/Mostardas	16	14

A falta de vento podia atrasar uma viagem por vários dias. Quando tal ocorria, a tripulação ocupava-se em cuidar do velame ou em outras atividades de conservação. Segundo um antigo mestre nunca faltava o que fazer em um iate.

O açoreamento das rotas era um dos obstáculos ao bom desempenho da navegação. Os encalhes eram freqüentes no caminho dos iates que de **Pelotas** dirigiam-se a **Jaguarão** e a **Santa Vitória do Palmar** através do **São Gonçalo**. Para São Lourenço do Sul as dificuldades maiores encontravam-se na **Feitoria**.

Os instrumentos de navegação limitavam-se a duas bússulas, barômetro e o prumo. O prumo, em caso de dúvidas, media as profundidades e pelos aluviões que, engenhosamente, trazia, o mestre sabia se estava no canal ou fora dele. No primeiro caso, o sedimento era constituído por lama mole. No outro, os detritos eram arenosos.

Não havia regularidade de horários e nem partidas em dias pré-fixados. Os iates que carregavam apenas para as respectivas firmas estavam presos às suas necessidades. Os que viviam de fretes dependiam das ofertas de carga. Podiam recebê-la em diversos embarcadouros para entregas em destinos variados.

Como condutores de passageiros, os iates, ao que parece, não tiveram grande importância.

No **O CORSÁRIO**, romance de Caldre e Fião, que se passa durante a Revolução Farroupilha, em duas passagens há iates transportando passageiros.

Matias estava de tal maneira firme em fazer parte do partido sedicioso (...) e neste mesmo dia fretou um iate para São José do Norte e embarcou-se para lá. (...) eles saíram daqui em tua procura, embarcaram em um iate e foram ter a Pelotas.

No século atual constatou-se dois casos, um baseado em noticiário e outro em testemunho. O primeiro, datado de janeiro de 1909, anunciado na imprensa, foi o naufrágio do iate **VITÓRIA** que levava para veranejar em **São Lourenço do Sul** a família do Cônsul uruguaio em **Rio Grande**. O outro, em 1943, quando uma turma de alunos do então Ginásio Municipal Lemos Júnior embarcou no iate **SANTÍSSIMO ROSÁRIO**, para disputar uma partida de futebol em **São Lourenço do Sul**.

Ainda como transporte de passageiros registra-se o de parentes da tripulação mas isso não se constituía em fato regular.

A tripulação dos iates nos anos 30 e 40 era pequena. Os veleiros de mais de 40 toneladas levavam além do mestre, um marinheiro, um moço de convés e um conzinheiro. Quando a motor levava mais o motorista. Os com tonelagem inferior não tinham o moço de convés.

Comparando o número de tripulantes empregados pelos iates, em seus últimos tempos, com os dados da tabela 3 vê-se que houve, em meio século aproximadamente, uma redução de 75 % na tripulação dos iates grandes. Essa redução só pode ser explicada pela preocupação em diminuir despesas a partir das dificuldades surgidas em 1895.

O Mestre e, posteriormente, o motorista estavam dispensados das operações de carga e descarga.

A aprendizagem profissional era feita na prática. O candidato empregava-se como moço de convés e passava a marinheiro por determinação do mestre. Os marinheiros para chegar a mestre de pequena cabotagem submetiam-se a exames na Capitania dos Portos.

A hierarquia na embarcação era a seguinte: mestre, marinheiro, moço de convés e cozinheiro.

Era freqüente o parentesco entre mestre e marinheiros. Os primeiros costumavam iniciar os filhos na profissão. Havia os que entravam nela pelo casamento. Nada impedia, e era comum nas embarcações das empresas, a entrada de estranhos na tripulação.

As tripulações professavam, na totalidade, o catolicismo. A grande festa religiosa dos iatistas era a de Nossa Senhora dos Navegantes. Não se verificava o sincretismo religioso atualmente dominante nas tripulações dedicadas à pequena navegação.

As embarcações estavam sujeitas a vistorias por parte da Capitania dos Portos. Uma, anual, era denominada **flutuante** e a outra a cada dois anos chamada a **seco**. As vistorias eram feitas por comissão composta pelo patrão-mor, um carpinteiro e um marinheiro quando se tratava de um veleiro. Acrescia-se de um maquinista quando a motor.

Os iates passavam, anualmente, por uma revisão. Entre os meses de novembro e março, interrompiam as atividades por vinte ou trinta dias. Recolhiam-se a um dos estaleiros existentes em São Lourenço do Sul — os mais importantes nos últimos anos da navegação — Rio Grande, Pelotas ou São José do Norte para reparos. Os carpinteiros da ribeira e os calafates executavam os trabalhos especializados.

A tripulação não era dispensada, nesse período. Competia-lhe a pintura da embarcação e o conserto do velame. As duas equipes trabalhavam concomitantemente. A mão-de-obra mista era uma peculiaridade digna de registro.

Os iates conseguiram manter-se trafegando nas águas lagunares após a crise que os atingiu nos fins do século anterior. Não porque a situação criada eliminando um número apreciável de barcos tivesse garantido o ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda. Se a conservação era cara, o custo do transporte era inferior ao das embarcações rivais.

Nos anos 30 inicia-se o começo do fim dessa antiga forma de escoamento de riqueza. O relatório da Prefeitura Municipal do Rio Grande, publicado em 1937, anuncia uma realidade que deixa muito a desejar. O Prefeito Meireles Leite assim manifesta-se:

As vias fluviais e marítimas de pequena navegação interior estão barradas ao transporte de detalhe. As taxas portuárias e outros ônus impostos a pequenas embarcações gravam sobremodo as mercadorias transportadas por água, de modo a tornar decadente o tráfego de iates em contraste com as facilidades, isenção e subvenções concedidas aos navios das grandes empresas a fim de que não encareçam o transporte em grosso das mercadorias já oneradas de dispendioso transporte em detalhe. Os navios nada pagam por transitarem em canais abertos especialmente para seu uso; os iates pagam as taxas portuárias mesmo que não se utilizem do porto e dos cais (...) e sofrem ainda a competição que lhes faz a via férrea com suas tarifas reduzidas para os casos concorrentes.

Da insuspeita afirmativa e na falta de estatística, pode-se inferir uma diminuição crescente do número das embarcações. Em uma publicação intitulada **Defesa de Pelotas** consta haverem, em 1930, 40 iates registrados em **São Lourenço do Sul**. Esta seria a maior frota de então.

O golpe final sofrido pelos iates veio com a política rodoviária estadual em 1938 (fundação do DAER). Eles foram acompanhados na desgraça — triste consolo — mas foram os primeiros atingidos.

No IX Congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em 1957, uma tese apresentada pela Câmara do Comércio do Rio Grande, encerra afirmações merecedoras de transcrição, mesmo não se referindo apenas a iates.

Nos últimos anos vêm se constatando a diminuição progressiva do número de veículos aquáticos que trafegavam nos rios e lagoas interiores deste Estado (...). Demonstrando a razão de ser do articulado, basta citar o caso específico verificado no Porto do Rio Grande: em 1945 estavam registradas, na

Capitania dos Portos do Estado 121 embarcações para tráfego fluvial e lacustre, com capacidade entre 20 e 100 toneledas classificadas nas categorias de iates, cúters, chalupas e lanchas. Dez anos depois, em 1955, toda a frota de pequenas embarcações propulsionadas a vela, a motor auxiliar ficou reduzida a 54 embarcações.

Os iates resistiram a navegação a vapor mas não puderam competir com o caminhão que também atingiu a atividade das motonaves lagunares. O transporte rodoviário, mais rápido, menos onerado por taxas, sem sujeição à estiva, tornada obrigatória na descarga dos iates, e gozando de combustível a preços privilegiados, só poderia triunfar sobre uma navegação onde, além das desvantagens citadas, tiveram modificadas as relações consuetudinárias do pessoal, pela ação da legislação trabalhista. Para não prolongar o rol desvantajoso encerre-se dizendo, o caminhão recebe e faz entrega de porta à porta.

Os iates do último período não se entregaram sem luta. Muitos passaram a ter motor auxiliar, mas o esforço foi vão, deixaram de navegar e **São Lourenço do Sul**, que nos últimos anos dominava essa navegação, emprestou o local para o cemitério de uma das mais antigas navegações que singraram as águas do Rio Grande.

Sem perder-se em qualquer saudosismo, sem querer postular uma impossível volta ao passado, deixa-se uma pergunta sem responder: foi o progresso que abateu a navegação em que os iates foram as primeiras vítimas?

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Abeillard — **Tentativas espanholas de domínio do Sul do Brasil**. In História Naval Brasileira, tomo II, 2º vol. Rio de Janeiro, Ministério da Marinha/Serviço de Documentação, 1979.
- BASTOS, José Domingues de Carvalho — **São João Baptista de Camaquã**, Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1926.
- BETAMIO, Sebastião Francisco — **Notícia particular do Continente de Rio Grande**. In Revista do I.H.G.B., Tomo XXI, 3º trimestre. Rio de Janeiro, 1858.
- CALDRE e FIÃO, José Antônio do Vale — **O Corsário**. Porto Alegre, Movimento-IEL/INL/MEC, 1979.
- CLUB NAVAL RIO GRANDENSE — **Navegação de cabotagem**. Rio Grande, Of. Livraria Americana, 1896.
- COUTINHO, André Ribeiro — **Registro pelo qual se há de governar o oficial comandante da guarda do porto o qual manda observar o Sr. Mestre-de-Campo**. In Anais do Arquivo Histórico do R.G.S. P. Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/IEL, 1977. Vol. I.

- DREYS, Nicolau — **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Rio Grande, Biblioteca Rio-Grandense, 1927.
- FERNANDES, Domingos José Marques — **Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar**. Separata da Revista Pesquisas. P. Alegre, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1961.
- FERREIRA JÚNIOR, Manoel Pinto — **Fatos e coisas de antanho** Recortes de vários anos do Jornal Rio Grande existentes na Biblioteca Rio-Grandense da cidade do Rio Grande.
- GONÇALVES CHAVES, Antônio José — **Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil**. P. Alegre, Erus, 1878.
- LUCCOCK, John, — **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo, Livraria Martins, s/d.
- MAGALHÃES, Manoel Antônio — **Almanaque da Vila de Porto Alegre**. In Boletim Municipal, ano II, nº 6. Porto Alegre, Diretoria Geral do Expendente da Prefeitura Municipal, 1940.
- MEIRELLES LEITE, Antônio Rocha — **Relatório apresentado à Câmara Municipal**. Exercício de 1936. Rio Grande, Of. do “Rio Grande”, 1937.
- MONTE Domecq’ Cia — **Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona, Est. Graphico Thomas, 1916.
- MULHALL, Michael George — **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs**. P. Alegre, Ed. Bels S.A/IEL/SEC, 1974.
- PERREIRA, José Saturnino da Costa — **Roteiro das Costas do Brasil** (extrato Instruções sobre o porto do Rio Grande do Sul) in Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul — Histórico, Vol. III. P. Alegre, Of. graphics d’A Federação, 1924.
- RODRIGUES, Domingos Soriano — **Município de Jaguarão. Relatório apresentado em 20 de setembro de 1925 e lei orçamentária nº 106 para o exercício de 1926**. Jaguarão, Typ. Cantalício, s/d.
- ROTARY-CLUBE DE PELOTAS — **Defesa de Pelotas**. Sem local e sem editora, 1930.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de — **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Ariel Ed. 1935.
- S/AUTOR — **São Lourenço do Sul — 100 anos**. Porto Alegre, CORAG, 1984.
- FALAS E RELATÓRIOS DA PROVÍNCIA do Rio Grande do Sul — Diversos anos.
- N.B. O autor cumpre o grato dever de agradecer as valiosas colaborações prestadas pelos seguintes amigos: Áureo Nunes de Almeida, Prof. Gilberto Centeno Cardoso, Dr. Atilano Almeida e mestres de iates Darci Martins e Osvaldo Silveira.

Trabalho lido, em Sessão de Assembléia Geral, em 04 de abril/1992, no IHGRGS.

NOVOS ASPECTOS DO HINO RIO-GRANDENSE

Francisco Riopardense de Macedo

Associando-se às comemorações da Semana Farroupilha, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul aborda importante aspecto da história daquela revolução. Atendendo convite do presidente desta Casa, professor Cibils, diremos alguma coisa sobre a história do Hino Rio-grandense e os valores que transmite. Aplicando-nos de certo tempo a esta parte aos estudos da grande revolução rio-grandense temos surpreendido, a cada passo, ricos veios daquela tecitura de eventos, que situam o gaúcho em patamar especial na história do Brasil. Ademais, o estudo daquele hino tem uma conotação diferente no conjunto, pois não se trata de combate, mas de intervalo entre eles, em lugar de movimento é uma pausa; e sendo intervalo, sendo pausa, é o canto de uma vitória e a promessa de um futuro.

É, sem dúvida, um assunto diferente, não diríamos novo, mas o afirmáramos raro. De um tempo em que cada vez mais a luta armada precisa ceder lugar à compreensão, em que os vitoriosos devem se sentir responsáveis pelo futuro dos vencidos. O ideal, presente naquele hino, no verdadeiro Hino Rio-grandense, é o que se persegue até hoje.

O LEMA DO INSTITUTO

Mas nesta possibilidade, a de ressuscitar uma canção de altos propósitos, outra oportunidade colhemos para a presente manifestação, a de registrar no vernáculo o lema que remata, circulando, o escudo deste Instituto. Desde que fomos eleitos para esta Casa, há mais de vinte anos, temos nos interessado pela sua tradução, um interesse que, antes de ser curiosidade, era a compreensão de que, para uma associação como a nossa, a inscrição de uma frase em seu símbolo, não poderia ser gratuita.

Finalmente a direção deste Instituto indicou uma comissão de latinistas, membros dele, para ensaiar a tradução e coube ao confrade Padre Arthur Rabuske a difícil missão de redigir o parecer. Na verdade não nos enganávamos quanto à importância do texto. Extraído da obra *Historiae*, livro I, cap. 1 de Caio Cornelius Tacito, nascido por volta do ano 55 de nossa era, possivelmente em Galia, e falecido por volta do ano 122, é de difícil tradução. Lothar Francisco Hessel, apreciando o trabalho de Arthur Rabuske, externa preferência por algumas das

traduções possíveis, entre as quais a francesa de Henri Goelzi: “**Quem fez profissão de lealdade incorruptível deve falar de cada um sem amor e sem ódio**”. (Revista do IHGRGS, nº 125, p. 127).

Tal como imaginávamos, o lema propõe uma posição de análise, de exame ou interpretação sem arrebatamentos, aconselha uma posição de comprometimento com a lealdade, o que vale dizer, disposto a dizer realmente o que pensa, mas também distante de extremos sentimentais para não constrianger outras manifestações que também deveriam ser “sem amor e sem ódio”. Enfim, o lema aconselha, no nosso entender, um comportamento que crie ambiente para todas as manifestações, mesmo as mais personalistas, contanto que não iniba qualquer outra, isto é, que o amor e o ódio não constriangam os que igualmente fazem “profissão de lealdade”.

EXO BIOLOGIA

Continuando esta interpretação, com base na tradução indicada pelos latinistas deste Instituto, não seria exagero afirmar que o pensamento de Caio Cornelius Tacito indica para a história a condição de ciência. Aconselha preocupação com o evento como se ele fosse uma experiência, sem amor e sem ódio, podendo dele extrair, pragmaticamente, mais de uma realidade.

No momento em que interpretamos o lema deste Instituto, pelas razões já expostas, formamos ao lado dos que consideram a história como ciência, amparado, agora, pelos trabalhos de Thomas Kuhn e defendido recentemente por Eduardo Barcelos, em defesa de tese na Universidade de São Paulo. São cientistas que, acima da sua pesquisa, preocupam-se com a relação dela com as demais, configurando exobiologia que “como espelho da ciência contemporânea tem na **fertilidade cruzada das disciplinas** um de seus marcos. Ao romper com as barreiras convencionais que dividem ciências humanas e naturais, **Barcelos** entende que a EXO BIOLOGIA exige a multidimensionalidade do saber científico, chamando a si contribuições, da história à astrofísica”. (Folha de São Paulo, 2/8/1991, p. 7-3, col.1).

FERTILIDADE CRUZADA DAS DISCIPLINAS

Na exaltação da fertilidade cruzada das disciplinas podemos relacionar um conjunto de princípios comuns às ciências físicas e às humanas que, quando devidamente recorridos, facilitam o entendimento da história como processo, ou orientam a interpretação do processo histórico pela devida valoração das experiências. Um deles é a tese da experiência pluralista; outra é a do contínuo espaço-tempo.

EXPERIÊNCIA PLURALISTA

No estudo dos fenômenos a que estamos sujeitos ou do espaço em que estamos inseridos, levamos a efeito experiências que nos indicam realidades. Henri

Poincaré, depois de se referir às geometrias de Euclides, de Riemann, de Lobatchevsky e de Hilbert, diz: “Perguntar se a geometria euclidiana é verdadeira é o mesmo que perguntar se o sistema métrico é verdadeiro e as medidas antigas falsas, se as coordenadas cartesianas são verdadeiras e as polares falsas. Nenhuma geometria pode ser mais verdadeira do que outra, o que ela pode é ser mais cômoda”. (Poincaré, p. 54). Em outro trecho o autor opina: “A experiência não é o que prova uma lei geral, mas somente o que seleciona dentre outras leis gerais possíveis”. Ou partindo de outra analogia: a experiência não é a verdade, é apenas o conjunto de elementos em interação que contém realidades a serem eleitas pelo cientista para o seu trabalho.

CONTÍNUO ESPAÇO — TEMPO

O relacionamento da realidade que resultou de uma experiência, com as de outras experiências, implica na consideração de um número infinito de posições intermediárias. É ainda Poincaré quem diz: “Um sistema de elementos formará um contínuo se pudermos passar de qualquer um deles a um outro qualquer por uma série de elementos consecutivos encadeados”. A ruptura tanto no espaço como no tempo sujeita a pesquisa à perda de elementos aglutinantes, podendo ocorrer o enfoque como se fossem duas experiências distintas.

UM HINO APÓS O COMBATE

A interpretação do Hino Rio-grandense deverá partir de uma experiência que foi o registro de acontecimentos posteriores ao combate do Barro Vermelho em Rio Pardo (1838) desencadeantes de certo número de canções que permaneceram no tempo, inclusive após a derrota dos rebeldes. Considerando o conjunto das canções, desde a coetânea com a composição de Mendanha, até o final do século, partimos para a busca de um critério de escolha. Admitimos então que, partindo da tese da **realidade pluralista**, mais de uma delas merecem interpretação.

De outro lado entendemos necessário o exame do contínuo espaço-tempo, em virtude do assunto ter sido retomado quarenta e nove anos depois da primeira composição. Embora na mesma povoação desta, a descoberta ocorre em outras circunstâncias. Viviam-se na monarquia, mas a propaganda republicana ensaiava seus primeiros passos.

O surgimento do hino rio-grandense está ligado ao combate do Barro Vermelho, no dia 30 de abril de 1838, no qual os legalistas sofreram a maior derrota daquela revolução. Vencidas as diversas unidades distribuídas pela cidade, somando 1600 ou 1800 homens, os rebeldes, reunidos na praça da Igreja do Rosário, ouviram tiros distantes, pela proximidade da ponte, do outro lado da rua principal, e para lá se dirigiram, pois o inimigo “estava se fazendo forte naquele lugar” (Rev. IHG, 1927 — I e II Trimestre, p. 366). Logo que vencida e aprisionada a tropa inimiga o chefe farroupilha, Domingos Crescêncio, pergunta onde

estava o Mendanha com os seus músicos, e tendo o oficial respondido que eles estavam em uma casa imediata à ponte, ele ordenou: “Pois que apareçam que serão tratados como prisioneiros”.

O maestro Joaquim José de Mendanha, filho de Diamantina, MG, nascido em 1800, era músico do 2.º Batalhão de Caçadores e acompanhava o exército legalista naquela oportunidade. Em 1840 consegue fugir, passando a músico da igreja das Dores e da do Menino Deus, em Porto Alegre. Faleceu solteiro em 2 de setembro de 1885.

A apreensão da Banda foi um dos sucessos mais festejados daquela grande vitória farroupilha. Quatro dias depois Antonio de Souza Neto escrevia a Bento Gonçalves da Silva: “Fizemos presa de uma rica banda de música que felizmente ficou intacta ...”. Os republicanos com a banda dos “corcundas” iam fazer seu hino, que seria tocado pela primeira vez em um baile, seis ou sete dias mais tarde.

A leitura atenta do jornal farroupilha O POVO nos permite saber, hoje, exatamente o sentido da letra deste hino. Um ano depois, comemorando o aniversário daquele combate, o jornal a publicava (O POVO, nº 63, 4/5/1839).

OS VERSEJADORES

Vencida a revolução, a música permaneceu para embalar a mais variada coleção de versos, cantada pelos dois lados, inclusive alguns humorísticos, maldosos, próprios para “desafios”, de um e outro lado.

Muitas ainda eram lembradas no fim do século, pelos que viveram aquele episódio na juventude. Entre todas uma teve maior duração e era usada pelos dois bandos, cada um com a sua letra própria, conhecidas pelo verso: “Senhor Neto, vá-se embora”. Segundo depoimento de Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena, foi feita por um soldado legalista, irmão da mulher do tenente Felisberto Fagundes, morto no combate de 1837. Este soldado que se passara dos rebeldes para os legalistas e destes desertara, onze ou doze dias antes daquele combate já andava escondido, pois sabiam alguns que era ele quem tinha feito uns versos contra o general Neto e enviado cópia ao tenente Belizario da Cruz.

Diziam os versos cantados pelos legalistas: “— Senhor Neto vá-se embora/não se meta a capadócio/vá cuidar dos parelheiros/que faria melhor negócio”. Ao que respondiam, com a mesma música os cantadores rebeldes: — “Senhor Neto não precisa/ir cuidar dos parelheiros/porque tem pra seu andar/a tropilha do Medeiros”.

A DESCOBERTA DO HINO

Pois a **música permaneceu** na memória do povo durante os anos que ainda sobreviveu a monarquia, para as mais diversas glosas. A que reproduzimos aqui foi ouvida pelo músico e advogado rio-pardense, José Gabriel Teixeira, em 20 de setembro de 1887, que ficou revoltado com o deboche do hino cuja execução

primeira ouvira quando menino, e escreveu a “Memória Histórica sobre os fatos que originaram a Composição do Hino Republicano Rio-Grandense”. Nesta incluiu a que considerava a verdadeira letra, conforme sua memória, atribuindo-a a Serafim J. de Alencastre, e dela remeteu cópia a todos os clubes republicanos e ao jornal **A Federação** que a publicou no dia 3 de dezembro.

No entanto, no mesmo ano em que Gabriel Teixeira iniciava o longo processo de recuperação do hino — 1887 — a Revista Musical de Porto Alegre, em seu número de 15 de dezembro, publicava cinco letras do hino. Três destas de autoria do popular “Chiquinho da vovó”.

Realmente a intervenção de José Gabriel Teixeira foi importante para resuscitar o hino ou, ao menos para levantar a questão de autenticidade. Até o fim do ano surgiram várias versões.

Assim, a composição musical de Joaquim José de Mendanha chega à república brasileira e ao Rio Grande republicano com destaque a três letras; a original, publicada pelos próprios farroupilhas em o jornal O POVO, dia 4 de maio de 1839; a defendida por José Gabriel Teixeira, publicada em **A Federação** de 3 de dezembro de 1887, e a de Francisco Pinto da Fontoura, alcunhado de “Chiquinho da vovó” que, pela própria alcunha deveria ser um tipo popular e prolífico versejador.

Três letras diferentes representando três posições. Percebe-se grande semelhança entre as duas primeiras, a começar pelo coro. Tanto uma como a outra consideram o galardão, a liberdade, como o resultado da constância e da coragem. A terceira (a oficial) começa com uma contradição, de um lado considera aquela guerra ímpia e injusta e, de outro, oferece as façanhas, que nela desenvolve, de modelo a toda a terra. Além de contraditório é jactancioso.

A segunda estrofe nas duas primeiras letras começa com um chamamento: “Avante oh! povo brioso, nunca mais retrogradar”. A terceira letra (a oficial) parte para evocações da história antiga, quer que “entre nós reviva Atenas” e que “sejamos gregos na glória e na virtude romanos”, o que é bem confuso mesmo para os versados na história daquele tempo e espaço.

A terceira e quarta estrofe é que apresentam diferenças também entre a primeira e segunda letras. A **primeira destas**, a original, registrada no jornal O POVO, um ano depois de composta a música, canta dizendo na terceira estrofe que a ordem social que adotaram é a máxima garantia para o progresso e, na quarta estrofe se colocam diante do mundo certos de que “ao pesar nossas ações, bendirá nossos esforços”. A segunda letra, defendida por José Gabriel Teixeira em 1887, lembra os dois grandes vértices da revolução até aquela data, o 20 de setembro (de 1835) e o trinta de abril (de 1838), é um brado de entusiasmo concreto diante de duas realidades vividas pelos revolucionários. A terceira letra (a oficial) tem apenas a terceira estrofe que, ao contrário das duas primeiras letras, não festeja vitórias, não canta o sistema eleito, não se coloca a julgamento do mundo, apenas diz que não basta a luta e a bravura para serem livres, é preciso serem virtuosos para não se tornarem escravos. Em lugar de cantar a vitória da

constância e da coragem que os conduziram até aquele momento, ameaça com a possibilidade, a posteriori, de se tornarem escravos se não forem virtuosos. Versos que bem poderiam ser assinados pelos contrários.

Resumindo:

1. A letra publicada no ano de 1839 considera a liberdade como o prêmio da constância e da coragem, conclama à continuação da luta, e reafirma sua fé na república e confiança no julgamento do mundo!
2. A letra descoberta em 1887 também considera a liberdade como o prêmio da constância e da coragem e conclama à continuação da luta, lembrando os dois vértices da revolução até a data do combate recente.
3. A letra de Francisco Pinto de Fontoura é contraditória e jactanciosa, equipara-se aos povos da história antiga e depois deste hermetismo ameaça os vitoriosos com a condição de escravos se não forem virtuosos.

Infelizmente é esta terceira a oficial, cantada até hoje nos atos oficiais. A segunda letra, apresentada na ocasião da descoberta da música (1887), tem todos os elementos de evocação do evento, de persistência do entusiasmo e de amarração na cronologia, que a fazem objetiva. Mas a primeira, reproduzida pelos revolucionários no seu próprio jornal, em 1839, é a mais rica, tanto pelas evocações e registros, comuns à segunda letra, como por duas qualidades raríssimas neste tipo de composição poética: reafirmam com energia e decisão sua fé na república e, humildemente, se colocam ao julgamento do mundo.

É esta, no nosso entender, que deveria ser a oficial.

AS TRÊS LETRAS

A ORIGINAL (1839)

(publicada em O Povo de
4 de maio de 1839)

Nobre povo rio-grandense
Povo de heróis, povo bravo
Conquistaste a independência
Nunca mais serás escravo.

Coro

Da gostosa liberdade
Brilha entre nós o clarão
Da constância e da coragem
Eis aqui o galardão.

Avante oh! povo brioso
Nunca mais retrogradar
Porque atrás fica o inferno
Que vos há de sepultar.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

O majestoso progresso
É preceito divinal
Não tem melhor garantia
Nossa ordem social.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

O mundo que nos contempla
Que pesa nossas ações,
Bendirá nossos esforços
Cantará nossos brasões.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

A APRESENTADA EM 1887

(de Serafim J.
de Alencastre)

No horizonte Rio-Grandense
Se divisa a divindade
Extasiada em prazer
Dando vivas à liberdade.

Coro

Da gostosa liberdade
Brilha entre nós o clarão;
Da constância e da coragem
Eis aí o galardão.
Avante oh! povo brioso
Nunca mais retrogradar
Porque atrás fica o abismo
Que ameaça vos tragar.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

Salve o vinte de setembro
Dia grato e soberano
Dos heróis continentistas
Ao povo republicano.

Coro

Salve oh! dia venturoso
Risonho trinta de abril
Que os corações patriotas
Encheste de gostos mil.

Coro

A OFICIAL

(de Francisco Pinto da
Fontoura, o Chiquinho da Vovó)

Como a aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o vinte de setembro
Precursor da liberdade.

Coro

Mostremos valor, constância
Nesta ímpia, injusta guerra
Sirvam as nossas façanhas
De modelo a toda terra.
Entre nós reviva Atenas
Para assombro dos tiranos.

Sejamos gregos na glória
E na virtude, romanos.

Mostremos valor, constância
etc., etc.

Mas não basta pra ser livres
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo.

Mostremos valor, constância
etc., etc.

Sinhô Neto, vai s'imbora

Canção Popular m. 35

TEMPO de MARCHA

Sinhô Neto vai s'imbora não se meta a la-pa-

do-cio vai xui-da dos pa-re-lhe-no, que fá-

na me-lhor ne-go-cio. Vai xui-da dos pa-re-

lhe-no que fá-na me-lhor ne-go-cio.

BIBLIOGRAFIA DO HINO RIO-GRANDENSE

1. APONTAMENTOS do Major João Baptista Rodrigues Pereira (Pelotas 1898) **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 8:73, I e II trim., 1928.
2. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, 46:181, parte I, 1883 (carta de Souza Neto e Bento Gonçalves)
3. Bento, Claudio Moreira. **Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul**. Recife, 1971. p. 33
4. CALDEIRA Manoel Alves da Silva. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 8:367, III trim., 1927.
5. CASTRO, Enio de Freitas. A música no Rio Grande do Sul no século XIX. In: **Enciclopédia Rio—Grandense**; o Rio Grande Antigo. Canoas, Regional, 1956. v.2, p. 165-82.
6. CORTE REAL, Antonio. Hino Rio—Grandense sua música e seu poema. In: _____. **Subsídios para a história da música no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre, Movimento, 1984. p.307-47.
7. _____. Em torno do hino rio—grandense. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 out. e 15 dez. 1971.
8. A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 03 dez. 1887.
9. _____. Porto Alegre, 22 nov. 1890.
10. FREITAS, Leopoldo de. O hymno Rio-Grandense. **Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1911**. Pelotas, Livraria Americana, 1911. p. 149—50
11. MACEDO, F. Riopardense de. O Hino Rio-Grandense, um símbolo que faz 15 anos. **Jornal ZH, Caderno D**, 24 de janeiro de 1988.
12. O POVO: jornal político, literário, e ministerial da República Rio-Grandense. Cassapava, n.46, 06/mar./1839.
13. _____. n. 63, 04/maio/1839 (1º aniversário)
14. PROCESSO dos Farrapos. **Publicações do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 29:471-3, 1933.
15. RELATÓRIO DE José Gabriel Teixeira, original de 19 out. 1887. **Arquivo Histórico de Porto Alegre**.
16. REVISTA MUSICAL DE PORTO ALEGRE, Porto Alegre, 15 dez., 1887. Publica cinco letras do hino, três delas são de “Chiquinho da Vovó”.
17. RIO GRANDE DO SUL. Leis, decretos, etc... Lei nº 5.213 de 5 de jan. de 1966. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, 7 jan. 1966, republicado com correção no Diário Oficial do Estado de 11 nov. 1968.
18. RODRIGUES, Alfredo F. O hymno da República Rio-Grandense. **Almanak Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul 1910**. Pelotas, Livraria Americana. p.219-20.

19. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Culturais. **Hino rio-grandense, referências históricas sobre os símbolos rio-grandenses**. Porto Alegre, 1976.
20. SPALDING, Walter. Bandeira, brasão e hino rio-grandense. **Boletim do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul**. (DAER), Porto Alegre 18(69):37- dez 1955.
21. _____. Joaquim J. de Mendanha. *Rev. Farroupilha*. 1987. p.144.
22. TEIXEIRA, José Gabriel. Hymno republicano rio-grandense. **Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1911**.
23. _____. Hymno republicano rio-grandense (com partitura). **Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul de 1892**. Porto Alegre, 1892. p. 130-6.
24. _____. Hymno Oficial da ex-república Rio Grandense, composto por jm Jé Mendanha, inclui a letra e a “Explicação dos motivos que levaram-me a escrever de memória esta música...” (Rio Pardo, 12 de novembro de 1887). **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**.

*Escrito por simples
eminiscencia por
José Gabriel Teixeira.*

Hymno official da ex-republica Rio-Grandense.

Composto por JOSÉ MENDANHA

Allegro Marcial.

PIANO.

Voz

Coro

1st voices

Coda

D.C.

FIM